

# **Perceção das crises nas governações socialistas: o papel da comunicação no entendimento da política pelos estudantes ubianos**

**Bruno Miguel Monteiro Barreiro**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações  
Públicas**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Bruno Miguel Carriço dos Reis

**Maio de 2025**

**Folha em branco**

## **Declaração de Integridade**

Eu, Bruno Miguel Monteiro Barreiro, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M12735 de Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 30/ 05/ 2025

**Folha em branco**

# Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a mim mesmo,

Recomeça... se puderes. *Sem angústia e sem pressa*. E os passos que deres, nesse caminho duro do futuro. Dá-os em liberdade. Enquanto não alcances, não descanses. *De nenhum fruto queiras só metade*. (...)

*Miguel Torga (1999), p.20, Excerto Sísifo, Diário XIII*

O ultrapassar obstáculos deixam-nos marcas, mas projetam-nos para o futuro. Obrigado pela resiliência, continua com entusiasmo. O conhecimento será a tua base.

Em segundo, um agradecimento para o meu Orientador, professor Dr. Bruno Carriço dos Reis, pelo seu suporte ao longo destes meses. A sua predisposição positiva para esclarecer todas as dúvidas, a serenidade para reler a minha escrita, a disponibilidade para diversos contatos, ou pelas palavras de “ânimo”. Um contributo essencial para a conclusão deste trabalho, o meu obrigado! Também agradeço ao professor Miguel Andrade, pela disponibilidade em auxiliar na utilização da ferramenta MaxQda.

Obrigado aos estudantes que retiraram um pouco do seu tempo, mesmo aqueles em época de exames, e se disponibilizaram para participar nas entrevistas em estudo.

Aos que fizeram parte da “minha” Covilhã, aos amigos, aos menos amigos e aos vulgos de passagem. Todos parte deste capítulo repleto de anos que deixarão saudades. Em particular, aqueles que me ouviram constantemente, à Mariana, à Carolina, e ao José, o meu obrigado! Amizades imprescindíveis, por me tolerarem e por me motivarem, agradeço a vossa presença repleta de emoções nestes últimos cinco anos. Sem vós, esta pequena jornada teria sido um deserto de sombras. Aos amigos da minha cidade, o meu obrigado por sempre estarem lá.

Mais que um agradecimento, dois talvez. À minha família, expresso gratidão. A todos, mesmo estando longe, estiveram perto. Foco especial às marcas deste mestrado a recordar, felizes pelo meu sobrinho, por mais uma alegria ao mundo. Díficeis, pela partida cedo do meu tio Francisco, que a tua memória guardarei com carinho. À minha Boneca, que o teu ladrar enérgico, por vezes podia incomodar, agora deixa saudade.

A todos os que contribuíram para a realização deste trabalho, direta ou indiretamente, obrigado por o terem tornado possível.

Grato!

**Folha em branco**

## Resumo

Este estudo exploratório procurou interpretar o entendimento e percepção de jovens universitários da Beira Interior (UBI), acerca das governações socialistas em períodos de crise. Através de uma abordagem centrada na socialização política e o papel dos *media*, na construção dos fatores individuais e fenómenos sociais no desenvolvimento das percepções, formulou-se um enquadramento que visa interpretar a base das suas perspetivas. O clima de instabilidades políticas na atualidade (2019-2023), surgiu associado aos ciclos de governações socialistas no caso português, remetendo a momentos de crise do passado socialista. O emergir de escândalos políticos e crises político-mediáticas, motivou uma reflexão sobre os seus efeitos na percepção dos jovens ao ser mediada pelos seus consumos de conteúdos de natureza política. Desde os meios convencionais às TIC. Por uma abordagem metodológica qualitativa, foi realizado um estudo empírico por recolha de entrevistas de resposta aberta (Lune e Berg, 2017). Os participantes em estudo, com idades entre 18 e 26 anos, possibilitaram uma conversa que refletisse considerações acerca das governações socialistas e considerações de política, crises e escândalos. A informação foi analisada por codificação (Daymon e Holloway, 2011), com o auxílio da ferramenta de análise MaxQda, no objetivo de interpretar e aprofundar os padrões das perspetivas recolhidas. Os resultados indicam que os jovens possuem um elevado consumo conteúdos mediático-políticos em períodos de maior atividade e eventos políticos. As percepções aparentam ser moldadas pelos processos de socialização política, em que os agentes, a família, os pares e os ecossistemas de comunicação assumem um papel central na aprendizagem e interpretação dos contextos políticos. Através da mediação no desenvolvimento de conhecimentos, interesse e maturação política, moldam valores e crenças caracterizadoras das percepções. A narrativa mediática e conteúdos em TIC, alvos de crítica, surgiram intermediários de percepções desfavoráveis. Com um julgamento de elevada literacia mediática, os participantes, consideram compreender as complexidades e adversidades informativas em tempos de crise. Refletindo-se um padrão transversal de criticismo e descontentamento, tanto em relação à esfera política, como às governações socialistas.

## Palavras-chave

Percepção dos jovens; Governações Socialistas; Socialização Política; Ecossistemas de Comunicação; Crises Políticas

**Folha em branco**

# Abstract

This exploratory study aimed to interpret the understanding of youth perceptions of university students from Beira Interior (UBI), regarding socialist governance during times of crisis. Throughout an approach centered on political socialization and the role of media in shaping individual factors and social phenomena, involved in the development of perceptions, a framework was created to interpret the basis of their perspectives. The current climate of political instability (2019-2023) is linked to the cycle of socialist governments in Portuguese politics, evoking moments of past crisis during socialist leadership. The emergence of political scandals and mediatized crises prompted a reflection on the effects over the students' perceptions, as mediated by their media consumption of political content. Ranging from traditional media outlets to ICT and digital platforms. Using a qualitative methodology, the study was based on open-ended interviews (Lune and Berg, 2017). Participants aged between 18 and 26, discussed and shared their views on socialist party government, politics, crises and political scandals. The information was analyzed using coding techniques (Daymon and Holloway, 2011), with MaxQda software, to interpret and explore the patterns within the collected perspectives. Findings suggest the participants have high media consumption, especially during periods of heightened political activity or events. The perceptions appear to be shaped by socialization processes, in which agents, such as family, peers, and the communication ecosystems play a central role in their interpretations over political contexts. As well as in mediation of the development of political knowledge, interest and political maturity, they shape the values and beliefs that create their perceptions. The media coverage and ICT political content, subject of criticism, emerged as a key factor shaping unfavorable perceptions. With high media literacy self-assessment, participants claimed to be able to understand complex political and information adversities, during crisis situations. A consistent pattern of criticism and dissatisfaction was evident, both regarding the political sphere and the socialist administration.

## Keywords

Youth Perception; Socialist Governance; Political Socialization; Communication Ecosystems; Political Crises

**Folha em branco**

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>19</b>
<b>Parte 1. Cultura política e o sistema político português .....</b>	<b>21</b>
1.1. A Cultura política e democracia em Portugal .....	21
1.1.1. O Sistema Político e Eleitoral Português.....	23
1.2. Governações e tempos de Crise: o caso do Partido Socialista português .....	26
<b>Parte 2. Socialização Política juvenil: conhecimentos e percepções.....</b>	<b>32</b>
2.1. A socialização como aprendizagem política.....	32
2.2. Os agentes Socialização política.....	35
2.2.1. A família: o agente primário .....	37
2.2.2. A instituição escolar: uma socialização para cidadania.....	41
2.2.3. Socialização horizontal: os grupos de pares .....	44
<b>Parte 3. O ecossistema comunicativo na socialização política juvenil.....</b>	<b>47</b>
3.1. <i>Media</i> Tradicionais como agentes de socialização .....	47
3.1.1 A comunicação política e poder político.....	50
3.1.2 Os <i>media</i> na construção social da realidade e percepções.....	53
3.2. Do tradicional ao digital: A <i>Web 2.0</i> na comunicação política .....	55
3.2.1. Das <i>Fake-News</i> à Literacia mediática: os desafios da nova era de comunicação .....	57
3.3. A socialização e atitudes políticas dos jovens na transição digital.....	60
<b>Parte 4. Protocolo Metodológico .....</b>	<b>64</b>
4.1. Métodos.....	64
4.2. Técnica de Recolha de Dados .....	65
4.3. Os Participantes.....	67
4.4. Procedimento para Análise e Tratamento de Dados .....	68
<b>Parte 5. Apresentação e análise de Resultados .....</b>	<b>71</b>
5.1. Apresentação e discussão dos dados .....	71
5.2. A Perceção Socializada .....	75
5.2.1. Autopercepções de conhecimento político.....	75
5.2.2. A transmissão de conhecimentos por agentes de socialização.....	77
5.2.3. Do interesse político ao posicionamento ideológico: (des) representação e objeção aos extremos .....	83
5.2.4. (Des)confiança nas instituições políticas.....	91
5.3. Os consumos de natureza política: uma percepção mediatizada .....	93
5.3.1. Consumos Políticos e Fontes de informação.....	93
5.3.2. A narrativa mediática e as percepções dos jovens .....	98
5.4. Perceção dos períodos de governações e crises socialistas.....	104
5.4.1. Conhecimento Governações e memórias de Crises Socialistas .....	104

5.4.2. Entendimento de Crises Políticas .....	107
5.4.3. Percepções e atitudes dos períodos de crise socialistas.....	109
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>114</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>119</b>
<b>Apêndice (s) .....</b>	<b>138</b>

# Lista de Figuras

<b>Figura 1.</b> Órgãos de Soberania e funções no Sistema Político Português. ....	25
<b>Figura 2.</b> [a] Modelo vertical/ tradicional de Socialização Política, [b] Modelo horizontal de socialização política. ....	36
<b>Figura 3.</b> Modelo de Transmissão de Valores Direto .....	39
<b>Figura 4 -</b> Modelo integrado de interação dos processos de socialização política.....	48
<b>Figura 5.</b> O processo de Comunicação Política. ....	50
<b>Figura 6.</b> Desenho de Investigação por etapas. ....	65
<b>Figura 7.</b> Gráficos de Frequência de codificação "conhecimento de governações socialistas": [a] Frequência de codificação em relatos; [b] Frequência de codificação por participantes. ....	105
<b>Grafo 1.</b> Excertos por Codificação "autopercepção conhecimento político". ....	75
<b>Grafo 2 -</b> Excertos por Codificação "conversas políticas familiares".....	78
<b>Grafo 3.</b> Excertos por Codificação "alienação de conversas políticas familiares".....	79
<b>Grafo 4.</b> Excertos por Codificação "escola promotora de conhecimento". ....	81
<b>Grafo 5.</b> Excertos por Codificação "interesse pela dimensão política".....	83
<b>Grafo 6.</b> Excertos por Codificação "sensação de falta de representatividade".....	87
<b>Grafo 7.</b> Excertos por Codificação "aversão a extremos".....	89
<b>Grafo 8.</b> Excertos por Codificação "invocação do partido Chega".....	90
<b>Grafo 9.</b> Excertos por Codificação "confiabilidade nas instituições políticas". ....	92
<b>Grafo 10.</b> Excertos por Codificação "meios de comunicação no núcleo familiar". ....	94
<b>Grafo 11.</b> Frequência de Codificação "fontes de informação".....	95
<b>Grafo 12.</b> Excertos por Codificação "narrativas mediáticas".....	99
<b>Grafo 13.</b> Excertos por Codificação "confusão e exaltação político-mediática". ....	101
<b>Grafo 14.</b> Excertos por Codificação "sensacionalismo e <i>framing</i> mediático". ....	102
<b>Grafo 15.</b> Excertos por Codificação "literacia mediática".....	103
<b>Grafo 16.</b> Excertos Codificação "autopercepção de Crises Políticas". ....	107
<b>Grafo 17.</b> Excertos por Codificação "percepção crítica das governações socialistas" .....	109

**Folha em branco**

# Lista de Tabelas

<b>Tabela 1-</b> As Governações socialistas nos últimos 50 anos .....	27
<b>Tabela 2.</b> Timeline de eventos de crises governações socialistas .....	28
<b>Tabela 3-</b> Contextualização de Crises (PS).....	29
<b>Tabela 4.</b> Modelo de Análise - Percepção dos jovens.....	69
<b>Tabela 5-</b> Caracterização de Cada Entrevistado .....	72
<b>Tabela 6.</b> Ideologias Políticas dos jovens .....	85

**Folha em branco**

# Lista de Acrónimos

AR	Assembleia da República
ARTV	Canal Parlamento da Assembleia da República
BE	Partido Bloco de Esquerda
CDS	Partido Centro Democrático Social
CNN	<i>Media Cable News Network</i>
CMTV	<i>Media Correio da Manhã TV</i>
ENEC	Estratégia Nacional de Educação para Cidadania
ESS	<i>European Social Survey</i>
FFMS	Fundação Francisco Manuel dos Santos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDEA	International Institute of Democracy and Electoral Assistance
IL	Partido Iniciativa Liberal
MAI	Ministério da Administração Interna
MFA	Movimento das Forças Armadas
MP	Ministério Público
PAN	Partido Pessoas- Animais- Natureza
PCP	Partido Comunista Português
PGR	Procuradoria Geral da República
PM	Primeiro-Ministro
PP	Partido Popular
PPM	Partido Popular Monárquico
PRP	Presidente da República Portuguesa
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social-Democrata
RP	República portuguesa
RTP	<i>Media Rádio e Televisão Portuguesa</i>
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SIC	<i>Media Sociedade Independente de Comunicação</i>
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TVI	<i>Media Televisão Independente</i>
UE	União Europeia
WWW	<i>World Wide Web</i>

**Folha em branco**

# Introdução

O estudo do envolvimento e participação dos jovens na política tem um assinalável trajeto investigativo (Cruz, 1985; Fernandes, 2023; Magalhães, 2022; Magalhães e Moral, 2008; Matos et al., 2023). Contudo, registam-se como escassas as investigações que procuram compreender o papel dos meios de comunicação como agentes de socialização, conhecimento e perceção por parte dos jovens portugueses (Resende e Caetano, 2017; Rodrigues et al., 2018). Os efeitos das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e *media*, na sociedade de informação digitalizada, levantam questões sobre os efeitos mediáticos nas atitudes políticas dos jovens.

Cinco décadas após a instauração da democracia, em contexto globalizado, a política portuguesa refletiu adaptação e transformação enquanto sociedade democrática aos elementos de comunicação. Na atualidade, a sucessão de um ciclo de oito anos de governações socialistas, enfrentaram fragilidades governativas e instabilidades políticas. Conduzindo a crises e escândalos políticos, equivalentes a crises do passado governativo socialista. Acontecimentos, que podem caracterizar efeitos nas perceções do eleitorado, particularmente nos jovens.

A evolução da *web 2.0*, tornou a mediatização imediata e o fluxo de informação uma marca da contemporaneidade. Enquanto intermediários, os *media* e as TIC assumem um papel de extrema relevância para a perceção das questões políticas por parte dos jovens (Austin e Domgaard, 2022; Thorson et al., 2016). A hipermediatização da política produziu nas democracias liberais uma perceção de disputa permanente e intensificação das sensações de crises e escândalos constantes (Schudson, 1992). As Crises, como momentos disruptivos, provocam efeitos político-mediáticos, alimentando um clima de desconfiança da população em relação às instituições democráticas (Habermas, 1988).

O objeto de estudo desta pesquisa exploratória, debruça-se sobre as perceções dos jovens universitários da Universidade da Beira Interior (UBI), relativamente às governações socialistas e a sua ação em tempos de crise. O contexto da atualidade da política portuguesa tem sido marcado por sucessivos eventos de tensão e incerteza. Exemplos como, a dissolução parlamentar em 2021, e posterior dissolução em 2023, são representativos de um clima de instabilidade na terceira república. As atuais crises políticas culminaram com a demissão do Antigo Primeiro-Ministro Socialista, António Costa, após constituído arguido num processo de alegada corrupção.

Esta não é a primeira vez que uma crise política associada ao PS culmina com dissolução parlamentar. Em 1985, 2002 e 2011 já foram vivenciadas situações semelhantes, nas demissões de Mário Soares, António Guterres e José Sócrates. Neste contexto, a problemática centra-se em compreender como os ciclos de governações e instabilidades são percecionados pelos

jovens universitários. Num cenário em que os *media* e o digital assumem um papel fundamental na construção de entendimentos políticos. Os consumos mediáticos de natureza política e as suas interações sociais, levantam dúvidas sobre os efeitos das crises e escândalos nas perceções das políticas, atores políticos, e instituições durante as governações. Tal como, os desafios da informação rapidamente difundida, e a capacidade de os estudantes interpretarem a informação criticamente. A investigação emerge motivada de perceber a articulação das duas dimensões na formação de perceções políticas em períodos de crise: as socializações políticas e os consumos de conteúdos de natureza política.

A rápida disseminação pela partilha de informação nas plataformas digitais, representam novos desafios às democracias e sistemas mediáticos. Os jovens, enquanto principais consumidores das TIC, encontram-se suscetíveis aos fenómenos como as *fake news*, populismos, e ou, polarizações. Em períodos de crise, a expressividade dos fenómenos tende a aumentar, revelando-se essencial compreender como os jovens interpretam os contextos e formulam perceções. As narrativas mediáticas como intermediárias políticas, atribui-lhes responsabilidade pela sua posição. Tornando-se fundamental interpretar como os estudantes universitários se apercebem das governações e crises políticas. Neste paradigma, a investigação parte da questão: *as perceções juvenis resultantes das governações Socialistas são moldadas de forma expressiva pelos seus consumos mediáticos?*

O principal objetivo desta dissertação é de compreender as perceções construídas pelos jovens ubianos das governações encabeçadas pelo Partido Socialista. Tendo por objetivos particulares: 1) investigar os processos de formação política dos jovens; 2) Compreender o papel específico dos *medias* no moldar das atitudes, perceções e configurações de ideologias dos jovens; 3) Analisar a perceção das crises socialistas por parte dos jovens ubianos.

A revisão de literatura terá sido delineada por três partes, contemplando uma síntese explicativa dos processos de formação da perceção juvenil. Numa primeira parte, enquadrou-se a cultura do sistema político português. Caracterizando-se as governações socialistas e as suas crises ao longo do período democrático mediante entre o ano 1976 e o ano 2023.

Procurando construir-se uma compreensão nas partes seguintes, dos fatores e variáveis dos elementos de construção da perceção mediante o entendimento do processo de socialização política dos jovens. Aferindo com particular atenção, o papel que desempenha a esfera mediática na construção das perceções dos universitários. Fenómeno que a aferir mediante a recolha de entrevistas, posteriormente tratadas por recurso a ferramenta MaxQda.

# **Parte 1. Cultura política e o sistema político português**

A percepção, numa perspetiva de construção social, resulta da interação de fatores internos, como as interpretações pessoais, e fatores externos, derivados do meio envolvente. Elementos, que em conjunto, moldam a interpretação da realidade e do que nos rodeia. A cultura política, enquanto expressão do ambiente coletivo, encontra-se intrinsecamente ligada às configurações dos sistemas políticos. Neste primeiro tópico, explora-se a cultura política, e em particular, do contexto português e o sistema político-democrático contemporâneo. Procura-se analisar os fatores contextuais dos meios envolventes na formação das percepções políticas dos jovens.

## **1.1. A Cultura política e democracia em Portugal**

O conceito de Cultura Política, enquanto objeto de estudo, deriva de várias áreas das ciências sociais. A “cultura”, é um termo abrangente e a sua amplitude refere-se a características associadas a períodos de tempo, grupos sociais ou sociedades. A cultura como um fenómeno, será um conjunto de comportamentos desenvolvido intergeracionalmente. Fenómenos, aos quais, as sociedades partilham valores, significados, padrões e normas de comportamento (Birukou et al., 2013; Schein, 2012)

Por Cultura Política conceptualiza-se o englobar das predisposições e orientações em determinado sistema político. Segundo, Almond (1956) existem dois pontos essenciais de Cultura Política: 1) os padrões sociais e orientações, estendem-se além dos limites de um “Sistema Político”, que podem não coincidir diretamente com o sistema ou a sociedade; 2) não se poder considerar, a cultura política, equivalente ao termo no seu sentido mais amplo. A cultura política envolve a intelectualidade e racionalidade, numa adaptação de estruturação dos valores em detrimento da cultura e da política. A definição de Cultura Política é descrita nas palavras de Almond e Verba (1963, p.12) em *The Civic Culture*:

Refere-se às orientações especificamente políticas. Atitudes em relação ao sistema político e suas várias partes, e atitudes em relação ao papel do próprio indivíduo no sistema. Falamos de uma cultura política da mesma forma que podemos falar de uma cultura económica ou religiosa. É um conjunto de orientações em direção a um conjunto especial de objetos e processos sociais.

Os autores, enfatizam-na numa abrangência para a internalização de sentimentos, por predisposições no seio de uma sociedade. Debruçando-se sobre diferentes contextos de diferentes nações democráticas, aproximaram a noção de cultura política a uma cultura cívica. Compreenderam uma versão sinonímica da educação e participação cívica, proporcionando

aos cidadãos os conhecimentos políticos da nação, as estruturas e os seus papéis em diferentes contextos. O pensamento cívico, permitiria a formação individual e percepções das normas cívicas para uma participação cultural ativa. Num processo participativo das estruturas sociopolíticas (Almond e Verba, 1963).

A relação entre a democracia e cultura política, vincula-se aos valores democráticos que constituem uma cultura cívica. Composta por um conjunto de normas sociais, a cultura cívica torna-se fundamental para a contribuição da saúde das democracias. A subsistência de um sistema democrático, manifesta-se com o reflexo do desempenho dos princípios fundamentais da democracia e das atitudes dos cidadãos (Freire, 2003). Estudos incidentes na cultura política, enfatizam a importância de os cidadãos possuírem conhecimento político para poderem participar ativamente nos processos cívicos e políticos. Considera-se que a cultura cívica mantém o equilíbrio e coesão da democracia ao ser promotora de atitudes cívicas participativas e, conseqüentemente, incentivar à aprendizagem de conhecimento político dos cidadãos (Campbell e Conradt, 2015; Dalton e Shin, 2014; Kingzette e Neblo, 2021).

O conhecimento político constitui o primeiro passo para uma cultura cívica participativa. Numa tentativa de transmitir a capacidade de desconstruir as complexidades e interpretar os contextos políticos, torna-se necessário expandir a cultura cívica como o conhecimento político permitindo aos cidadãos formar as suas próprias opiniões fundamentadas e desenvolverem juízos de valor justificados (Dalton e Shin, 2014; Kingzette e Neblo, 2021). Argumenta-se que o conhecimento político está diretamente associado a um maior envolvimento e interesse, tanto cívico como político. A literatura considera que os mais informados tendem a ter um maior interesse por questões políticas e participação cívica (Carpini e Keeter, 1993; Galston, 2001; Ognyanova, 2022; Owen e Soule, 2015).

Sintetizando-se, cada sistema democrático encontra-se envolvido de padrões e orientações políticas, caracterizados por normas e valores coletivos, que necessitam ser compreendidos como um todo nos sistemas. Isto é, por uma cultura política (Almond, 1956). Contudo, os sistemas adaptam-se e evoluem com as sociedades, podendo surgir incongruências entre as estruturas das instituições políticas e a cultura política dos cidadãos. Como exemplo, a apatia para com o sistema, que se revela pela variável de orientações cognitivas e afetivas, pode alcançar padrões de alienação aos sistemas (Almond e Verba, 1963). As percepções dos cidadãos consolidam-se por processos de adaptação às culturas políticas nos seus sistemas políticos.

A consolidação da democracia portuguesa associa-se ao desenvolvimento do contexto europeu no pós-Segunda Guerra Mundial. Portugal, situado no eixo da Europa do Sul, partilha similaridades políticas e sociais com os seus homólogos desta região geográfica (Fernandes et al., 2019). No conjunto de países do Sul, a evolução das estruturas demográficas, surgiu da transição de regimes autoritários e contextos socioeconómicos, tardiamente comparado com o

eixo norte. De forma similar, Espanha e Portugal, aboliram os regimes ditatoriais e empreenderam o seu caminho para democracias quase de forma sincrónica, dando azo a uma renovada cultura política (Braga e Serfaty, 2019; Estevens, 2018). Abrindo espaço para a instalação da “Terceira Vaga” de redemocratização (Huntington, 1991).

A definição de democracia é complexa. Em termos gerais, surge representativa da ideia de decisões coletivas baseada na vontade dos cidadãos. O sistema português consolidando-se uma democracia-liberal, consagrou um conjunto de valores que garantiriam a homogeneidade de direitos. De acordo, com o Relatório *International IDEA* (2023), atualmente uma Democracia visa-se composta de instituições governamentais e não governamentais que repartem as responsabilidades, poderes e prioridades. Numa estrutura institucional orientada aos interesses da sociedade civil, contrabalançando as decisões políticas e a sua integridade.

No entanto, Lima e Sá (2005), argumentaram que um país apenas transita verdadeiramente para uma democracia se alcançasse fundamentos constituintes essenciais: “considera-se que um país torna-se democrático quando atinge elevados níveis de rendimento per capita, bem-estar e industrialização” (p. 128). O jogo democrático revela a necessidade de constituir valores internos e externos, pelas suas variáveis, para o desenvolvimento económico e consequente coesão democrática. Contrariamente, variáveis antidemocráticas utilizam e acentuam as fragilidades da democracia e dos fatores económicos, representando obstáculos à cultura política, perceções e crenças dos eleitorados (Lima e Sá, 2005).

A cultura política portuguesa passou a incorporar princípios e valores democrático-liberais, consagrados os principais na Constituição da República. O funcionamento do sistema político foi assegurado por um sistema eleitoral, garantindo, os valores fundamentais de dignidade do povo português, como a sua representatividade. Desde a consolidação democrática, na década de 1970, o sistema político tem enfrentado desafios e instabilidades, potenciados por flagelos internos e os contextos globalizados. Assim, contextualiza-se, o funcionamento do sistema político português, articulando brevemente da história política à cultura do sistema.

### **1.1.1. O Sistema Político e Eleitoral Português**

A compreensão de um sistema político, parte da assimilação da realidade política nos seus contextos, em que as coortes jovens possuem um papel central. Contextualiza-se a realidade da política portuguesa, sintetizando os principais elementos e órgãos do sistema político da República Portuguesa. A estrutura do sistema português é composto por multipartidarismo de representação popular das diferentes ideologias que compõem a pluralidade da AR e uma divisão entre os órgãos políticos e judiciais, desde a transição para a democracia em 1974.

Syzdykov et al. (2016), Almond (1956) e David Easton (1979), enfatizam que um sistema político não se caracteriza isoladamente, devendo ser compreendidos no seu contexto social,

convergiendo à sua cultura política. Definindo-se como “um mecanismo de natureza universal que inclui vários níveis de comunicação e interação das instituições de estado e sociedade” (Syzdykov et al. 2016, p.2190).

Manuel de Braga Cruz (2017), em “O Sistema Político Português”, advoga que a democracia em Portugal, nasceu da abolição da estrutura do regime autoritário “Estado Novo”. Em 1974, ao emergir um processo revolucionário das Esquerdas e das MFA, iniciando-se a instauração democrática. Pelo que, Lobo et al. (2012) sublinham que a evolução da Democracia apenas terá ocorrido pelo período essencial da ascensão da esquerda, marcando-a na cultura política portuguesa. Consagrando-se uma nova constituição, em reposta ao regime<sup>1</sup> autoritário anterior.

O fim dos regimes e o surgimento das democracias liberais, reiterou-se por novas práticas de novos valores liberais como a “liberdade de imprensa, liberdade de expressão, relatos políticos, eleições regulares e honestas, e, transições sucessivas e pacíficas de poder” (Maxwell, 1989, p.161). Em Portugal, o fim do regime ditatorial permitiu a afirmação desses novos valores democráticos. Desenvolveram-se reformas estruturais, sociais e políticas, que visaram a consolidação de um novo regime composto de um sistema partidário e eleitoral.

Legitimamente, Portugal afirmou-se um Estado de Direito Democrático pela constituição<sup>2</sup>, reforçando-se por base de um sistema de eleições por soberania popular<sup>3</sup> (Braga e Serfaty, 2019; Lobo et al., 2012). Originando um sistema eleitoral proporcional através do método de Hondt<sup>4</sup>, na garantia de pluralidade e responsabilidade na representação (Cruz, 2017). No entanto, o novo regime eleitoral e político encontrar-se-ia numa fase de embrionária, necessitando de revisões nos anos seguintes para combater instabilidades governativas nos processos de consolidação (Braga e Serfaty, 2019; Cruz, 2017; Freire, 2022).

O espectro político português, apresenta um sistema multipartidário, com pluralidade de ideologias. O Estado português é, no entanto, unitário e centralizado, com o parlamento a ser o mandatário e representativo de todas as regiões do país. André Freire (2022) caracterizaria Portugal como um país homogéneo, tanto ao nível da linguagem, religião e etnicidade. Porém, destaca as desigualdades económicas e sociais da população portuguesa.

O sistema político português passa a ser caracterizado pela separação de poderes e pela independência das instituições (Cruz, 2017). Dividido numa governabilidade por semipresidencialismo, entre um presidente e a Assembleia da República (AR) de composição

---

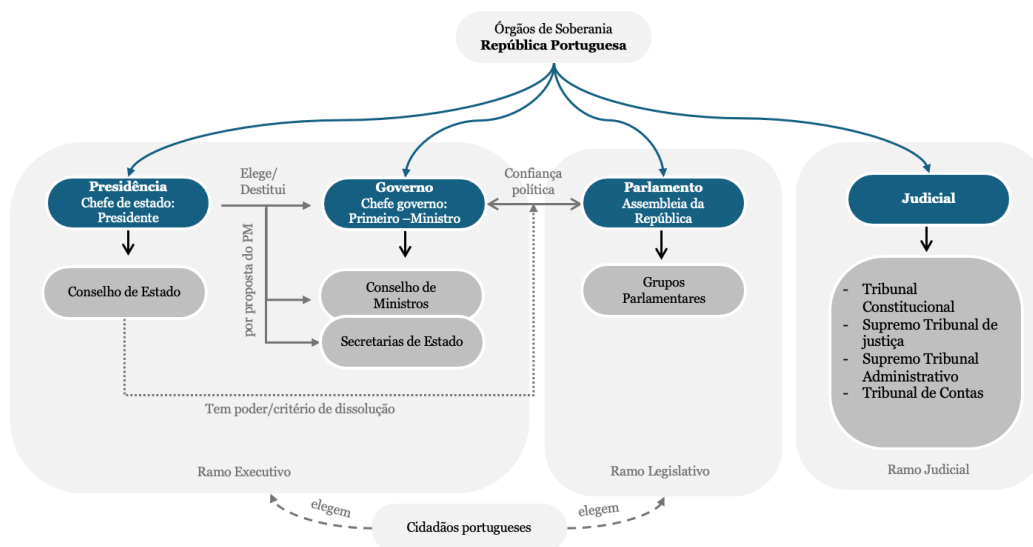
<sup>1</sup> Exploração acerca da ascensão da democracia portuguesa e do seu desenvolvimento no final do século XIX ; Barreto, 1994; Braga e Serfaty, 2019; Stevens, 2018; Lima e Sá, 2005; Maxwell, 1989; Pinto et al., 2009; Schmitter, 1992)

<sup>2</sup> Artigo n.º 2 de Constituição Da República Portuguesa (2005)

<sup>3</sup> Para aprofundar os funcionamentos do sistema eleitoral português (CNE, 2024b; J. A. Monteiro e Costa, 2007)

<sup>4</sup> Exploração do método de Hondt (CNE, 2024a; Loján Fierro, 2012; Teixeira, 2016)

multipartidária. Conjunto de partidos, democraticamente eleitos para exercem tomadas de decisão e funções legislativas. Jalali (2017) cita Giovanni Sartori, e aponta que a partidarização conceptualiza as propriedades de coesão e interação. Estruturas dinâmicas necessárias nos quadros políticos democráticos, que compõem limites fronteiriços ideológicos, numa separação de partes. Competindo interactivamente nos sistemas políticos (Jalali, 2017; Mateus e Ramalho, 2013). Sistema estruturalmente representado na figura 1.



**Figura 1.** Órgãos de Soberania e funções no Sistema Político Português.

Fonte: Adaptado de Fakhra (2021), e representação da estrutura governamental portuguesa consagrada na Constituição Da República Portuguesa (2005).

O regime semipresidencialista, equacionou os poderes de chefe de Estado, pelo Presidente da República (PRP), detendo poderes simbólicos perante o sistema político (Feijó, 2020). Mecanismos de pressão sobre os órgãos de soberania, por uma capacidade de influência e de responsabilidade, como a dissolução parlamentar. O PRP possui uma função de balanço, pela sua isenção política em representação dos interesses dos cidadãos. A sua posição sem filiação partidária durante o mandato, como noutras democracias europeias, permite teoricamente neutralidade (Pinto e Rapaz, 2018). Dinamizando uma bipolaridade entre presidente e AR por eleições independentes, ao reforçar o equilíbrio e o decoro das instituições democráticas.

No pós 25 de Abril, as mudanças vincaram-se no espectro político português. Os principais partidos, como os fundadores das reformas do novo sistema partidário, consolidaram-se em torno do espectro ideológico esquerda-direita. Os principais partidos do arco da governação foram o Partido Socialista (PS) (com suporte nacional e próximo da Vertente Socialista Internacional) e Partido Social Democrata (PSD). Partidos centristas, de aproximação à esquerda, e à direita, respetivamente. Demonstraram uma relevância ao longo da democracia portuguesa, consolidando um modelo bipartidista (Belchior, 2008; Freire, 2006; Mateus e Ramalho, 2013).

Sistema político, ainda complementado à época por partidos de menor expressão eleitoral: Partido Popular Monárquico (PPM), Partido Comunista Português (PCP), Movimento Democrático Português (MDP) e Partido de Centro Democrático Social (CDS). Apesar de, fundamentais para a construção do regime democrático, a sua expressividade viu diminuir com o tempo (Braga e Serfaty, 2019; Espírito Santo e Costa, 2017; Freire, 2006).

Centra-se o interesse no PS, atendendo ao âmbito de estudo desta dissertação. Desde a fundação da democracia, o partido refletiu uma vitória simbólica da esquerda sobre a direita nacionalista, vincando a sua posição na cultura política. Ao longo do regime democrático, o PS liderou múltiplas governações, muitas refletidas por períodos de crises políticas e escândalos mediáticos. Passíveis de moldar a perceção da opinião pública sobre o partido e o seu papel no sistema político, exploram-se as governações em tempo de crise.

## **1.2. Governações e tempos de Crise: o caso do Partido Socialista português**

Pelo objeto de estudo, contextualizam-se as governações e períodos de Crise do PS na Democracia portuguesa. O partido, ideologicamente à esquerda do espectro político, caracteriza-se por ser de centro-esquerda (Cancela e Magalhães, 2020). Como exemplo de partido para as massas, com um “discurso em torno do papel do Estado na economia e nas políticas sociais” (Mateus e Ramalho, 2013, p.10),

A expressividade do PS e do Socialismo possuíram peso na fundação da democracia da República Portuguesa. A constituição, inicial de 1976, ditava no Preâmbulo: “abrir o caminho para uma sociedade socialista” e pelo Art. nº1, referia que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes”, e no Art. nº2, “tem por objetivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras” (República Portuguesa, 1976). A relevância do PS destaca-se no contexto da transição, protagonizando um papel estabilizador. Contudo, o seu enraizamento inicial do socialismo internacional, sobrepunha a ideologia socialista a uma democracia pluralista.

Tendo o texto constitucional sofrido alterações significativas (Alves, 1997). Em 1982, a primeira alteração visou reduzir a carga ideológica desta primeira versão de 1976, afastando a transição para o socialismo. Até à atualidade, diversas outras revisões foram elaboradas com o objetivo alterar consoante as necessidades evolutivas, numa adaptação à sociedade, à política e à economia (Assembleia da República, 2010).

O PS destacou-se em várias legislaturas com governos minoritários, por coligação, ou maioria absoluta. Convergiu para as governações socialistas no século XX e XXI, entre 1976 e 2023. Representou-se uma breve radiografia na seguinte tabela 1.

**Tabela 1-** As Governações socialistas nos últimos 50 anos

<b>Primeiro Ministro período governamental e</b>	<b>Composição</b>	<b>Duração (meses)<sup>[1]</sup></b>	<b>Razão de término</b>
<b>Mário Soares I (1976-1977)</b>	PS	17	Moção de confiança rejeitada
<b>M. Soares II (1978)</b>	PS + CDS <sup>[2]</sup>	6	Exoneração do Primeiro-Ministro pelo PR
<b>M. Soares IX (1983-1985)</b>	PS + PSD <sup>[3]</sup>	24	Resignação do Primeiro-Ministro
<b>António Guterres XII (1995-1999)</b>	PS	48	Eleições
<b>A. Guterres XIV (1999-2002)</b>	PS	24	Resignação do Primeiro-Ministro
<b>José Sócrates XVII (2005-2009)</b>	PS <sup>[4]</sup>	48	Eleições
<b>J. Sócrates XVIII (2009-2011)</b>	PS	19	Resignação do Primeiro-Ministro
<b>António Costa XXI (2015-2019)</b>	PS, (PCP, BE) <sup>[5]</sup>	48	Eleições
<b>A. Costa XXII (2019-2022)</b>	PS, (PCP, BE)	29	Orçamento de Estado chumbado
<b>A. Costa XXIII (2022-2023)</b>	PS <sup>[6]</sup>	22	Resignação do Primeiro-Ministro

[1] -Período de legislatura equivale a 48 meses; [2]- Acordos PS-CDS por tentativa de estabilidade; [3]- coligação de governo PS-PSD comumente o “Bloco Central”; [4]- Primeira maioria absoluta do PS; [5]- criação da “geringonça” demarcada por uma composição à esquerda; [6] - Segunda maioria absoluta do PS, em pós dissolução da geringonça.

Fonte: adaptado de Freire (2006); Rodrigues et al. (2015); Histórico XXI Governo – (República Portuguesa, n.d.); Monteiro e Pinto (2022); Paris (2023); Paris e Silveira (2023).

Desde a abolição da ditadura de 1974, em 50 anos pós 25 de abril, o PS terá sido apontado a formar Governo numa totalidade de dez vezes para as pastas dos executivos. Tendo o partido governado num somatório aproximado de 25 anos em legislaturas. Portugal assistiu, inicialmente na primeira década de democracia, a períodos de instabilidade na solidificação governamental. Nenhuma das legislaturas teriam sido cumpridas na íntegra até 1987, data do surgimento da primeira maioria absoluta no parlamento pelo seu partido antagonista (Paris, 2023). O cumprimento máximo de legislatura integral do PS, estabilizou-se em quatro vezes (1995-1999; 2005-2009; 2015-2019). O completar das legislaturas na sua plenitude, deixa em aberto as razões, remetendo aos períodos de crises políticas. As governações socialistas na história da democracia portuguesa demarcam-se, desta forma, por períodos de instabilidade.

O alcançar da democracia em Portugal realçou o crescimento da esquerda. A importância das governações socialistas no início da democracia, terão sido prominentes, estendendo-se à sua

presença na atualidade. O PS desenvolveu pluralidade numa identidade de esquerda moderada, aproximando-o dos modelos ocidentais. No entanto, este registo alterou-se, pois até “2015, a extrema-esquerda e os socialistas, nunca tiveram a oportunidade de formar coligações a nível nacional”, ocorrendo nesse ano, uma convergência dos partidos à esquerda pela “geringonça” (Freire, 2022, p. 9). Formalizando-se a governabilidade entre o PS e partidos ao extremo esquerdo do espectro (BE e PCP) alterando o registo centrista/moderado do partido.

Os governos socialistas atravessaram diversas crises, por períodos de instabilidade, desde crises económicas e sociais, nacionais e globais, a escândalos mediáticos. As instabilidades, o afastamento do centro em aproximação à esquerda e sucessivos desequilíbrios, consistiram no culminar dos tempos de crise no contexto político da atualidade (Freire, 2022; Pinto e Teixeira, 2019). Remetendo ao problema de estudo, as crises político-mediáticas demonstram impactos no sistema político português, e consequentemente permissíveis de desenvolver efeitos nas perceções dos jovens.

Sintetizou-se as crises consideradas mais relevantes das Governações Socialistas. Selecionaram-se crises político-mediáticas, numa correlação entre o PS e o impacto para com a política portuguesa, nos últimos 50 anos de democracia. Por ordem cronológica a Tabela 2 seguinte.

**Tabela 2.** *Timeline* de eventos de crises governações socialistas

<b>Crise</b>	<b>Ano (s)</b>	<b>Evento</b>	<b>Governo (s)</b>
<b>a) Política e económica</b>	1977-1978	1ª intervenção do FMI	Mário Soares
<b>b) Política e económica</b>	1983-1985	Queda do Bloco Central PS-PSD, e 2ª intervenção FMI	Mário Soares
<b>c) Política</b>	2001	Descontentamento Político leva a demissão de António Guterres	António Guterres
<b>d) Corrupção</b>	2005-2009	Caso Freeport, por irregularidades na construção	José Sócrates
<b>e) Política e Económica</b>	2008-2011	Crise financeira nacional e internacional “Grande Recessão”, “troika” e 3ª intervenção FMI	José Sócrates
<b>f) Corrupção</b>	2010	Processo “Face Oculta”	José Sócrates
<b>g) Corrupção</b>	2014	Caso “Marquês “e Vistos Gold	José Sócrates
<b>h) Política e segurança interna</b>	2017	Os incêndios florestais de Pedrogão Grande, responsabilidade política e demissão de ministra do MAI	António Costa
<b>i) Política e Saúde: Covid-19</b>	2020-2022	Pandemia à escala global, paralisando os países e economias	António Costa
<b>j) Política</b>	2021	Chumbo do OE pela “geringonça” para 2020, consequente dissolução da AR	António Costa

<b>k) Política</b>	2022	Caso gestão da TAP	António Costa
<b>l) Corrupção</b>	2023	Operação “Influencer”, leva a demissão do PM, seguido de investigação	António Costa

Fonte: Elaboração própria (resumido em seguida).

Nos períodos de 50 anos, as crises político-mediáticas, apresentam-se dispersas. Constatando-se sucessivos eventos de instabilidade ao longo das governações, especialmente durante executivos socialistas. Uma justificação, poderia residir pelo maior número mandatos, consequentemente, aumentaria a probabilidade de envolvimento em crises políticas. Os chefes de Governos Socialistas viram-se envolvidos em casos de corrupção, a processos na justiça e escândalos mediáticos, ou um misto. Assim como, Ministros e Secretários de Estado, que em diversas ocasiões não cumpriram os seus cargos de forma idónea ou manifestaram incapacidade de permanecer em funções para as pastas dos Governos. Contextualizam-se brevemente, as crises da tabela anterior:

**Tabela 3-** Contextualização de Crises (PS)

a) 1977 a 1978 - Surge pela inflação gerada do pós-25 de abril, Mário Soares, PM à data, solicita auxílio ao FMI de forma a estabilizar a economia, seguido da sua renúncia<sup>5</sup>, por um clima de instabilidade social (Falcão, 2015; L. Rodrigues, 2011);

b) 1983 a 1985 - A recessão de 1983 à escala global, com economias muito dependentes do petróleo, sofrem uma tremenda inflação e o desemprego aumenta. As taxas de juro foram aumentadas exponencialmente de forma a amortizar uma crise económica generalizada. Portugal, numa débil economia, sofre um programa de ajustamento com um 2º pedido de auxílio ao FMI. Desentendimentos entre a aliança de bloco central, PS-PSD, e a mudança de líder do PSD, leva à queda do acordo entre partidos no governo (Almeida, 2011; Reis et al., 2024);

c) 2001 - A demissão de António Guterres surge após sucessivos momentos de tensão entre governantes e contexto internacional. Um período de instabilidade político-social, ao qual, o governante decide que a demissão é a melhor medida a tomar como prevenção (Castanheira e Baião, 2016);

d) 2005 a 2009 - Crise que surge de escândalo mediático por longas investigações sobre alegados subornos para a construção do espaço comercial Freeport em zona protegida do Estuário do Tejo (Público, 2016; RTP, 2009).

e) 2008 a 2011 - Após uma grande recessão económica à escala global, Portugal enfrenta uma crise de défice económico e aumento da dívida pública. Notícias à época referiam que José Sócrates perdeu orientação das contas públicas. A necessidade de pedir o 3º auxílio ao FMI dá-se, levando à resignação do PM em funções (FMI, 2011; Jorge, 2017; Pinto e Teixeira, 2019; Rodrigues, 2011);

f) 2010 - Caso mediático correlacionado a José Sócrates. O processo “Face Oculta” terá sido instaurado por motivações de lavagem de dinheiro, evasão fiscal, corrupção da ligação de empresas e grupos económicos, com atores políticos e altos cargos públicos. Índícios contra José Sócrates levaram a este ser um caso amplamente difundido (Antunes, 2017; Kusters, 2017);

<sup>5</sup> Reportagem RTP Ensina, “As Intervenções do FMI em Portugal”. Fonte: <https://ensina.rtp.pt/artigo/as-intervencoes-do-fmi-em-portugal/>

g) 2014 - José Sócrates vê-se envolvido num escândalo mediático de corrupção. As investigações em torno do antigo PM apresentam novos indícios de recebimentos indevidos de dinheiro, transferências para offshores. A operação viu ainda envolvido uma polémica com os Vistos Gold, com recebimentos indevidos em milhares de euros por parte do governante (Coelho, 2015; Lusa, 2021; Oliveira e Dias, 2024).

---

h) 2017 - Durante a gestão de António Costa, um desastre natural, pelo incêndios de Pedrógão grande. O relatório técnico aos incêndios foi claro na evidência da impreparação das entidades públicas e resposta aos acontecimentos. Assumindo-se culpas políticas, levando à demissão da ministra do MAI (Barros, 2017; Dinis, 2017; Rosa, 2017).

---

i) 2020 – 2022 - Na gestão de António Costa, a pandemia à escala global deixou marcas socioeconómicas profundas, em que o executivo foi obrigado a tomar medidas preventivas (Melo e Piano, 2021; Monteiro e Jalali, 2022). A espiral que viu demorar 2 anos, levou à paralisação de economias globais<sup>6</sup>, porém as críticas apontaram-se à gestão nacional. Pelo tribunal de contas e o relatório do observatório dos sistemas de saúde, revelaram falhas e gastos avultados pelo executivo, na gestão e testagem. Desencadeando narrativas críticas na esfera mediática (Caeiro, 2024; Sic Notícias, 2021).

---

j) 2021 - A separação da Geringonça de António Costa, com os partidos mais à esquerda, culminou no chumbo do orçamento de estado e respetiva dissolução da AR (Bizarro, 2021; Botelho, 2021; PRP, 2021).

---

k) 2022 – No ciclo e instabilidades da governação de 8 anos de A. Costa, desencadeia-se Crise associada à gestão da TAP. Companhia ligada ao seu passado com a troika, e sobre atenção mediática desde então, surgiu nova polémica entre o Ministro das Infraestruturas Pedro Nuno dos Santos, e pagamentos indevidos. No centro, estaria uma indemnização paga no valor de meio milhão, a uma administradora da TAP que passou a secretária de estado e do tesouro. Eventos que levaram à demissão do Ministro<sup>7</sup> pela sua inexplicabilidade fragilizaram a posição do executivo de António Costa (Lusa, 2023; Magone, 2024; Soares, 2022; Suspiro e Machado, 2023).

---

l) 2023 - A operação Influencer em outubro de 2023, correlacionou o nome de António Costa num processo de corrupção. Tal como a descoberta de milhares de euros escondidos no gabinete do seu chefe de gabinete. Em resposta, o PRP, decide pela segunda vez, recorrer à dissolução da AR (DCIAP, 2023; Demyon e Gonçalves, 2023; Magone, 2024; L. Rosa et al., 2023; XXIII governo, 2023).

Fonte: Elaboração Própria

A relevância do PS na cultura política e democracia portuguesa são claras, todavia, os escândalos e crises políticas constatarem-se fenómenos de exposição negativa. Os cidadãos ao percecionarem os escândalos, podem representar mudanças na sua confiança política. Os sistemas mediáticos, ao promoverem a partilha e difusão dos escândalos políticos, contribuem para uma erosão da sensação de estabilidade e de diminuição da confiança (Aassve et al., 2024; Schultz, 1998). Entre os jovens, as perceções negativas podem atribuir responsabilidades às figuras políticas, associando uma desmobilização ou desconfiança, por associação de ceticismo

---

<sup>6</sup> Impactos da pandemia Covid-19 em Portugal, FFMS. Fonte: <https://ffms.pt/sites/default/files/2022-08/resumo-do-estudo-um-novo-normal-impactos-e-licoes-de-dois-anos-de-pandemia-em-portugal.pdf>

<sup>7</sup> Polémica que levaram ao inquérito à TAP. Fonte: <https://www.noticiasao minuto.com/economia/2275552/as-polemicas-que-tem-feito-correr-tinta-e-levaram-ao-inquerito-a-tap>

à atuação de partidos tradicionais (Silva et al., 2022). Refletindo-se na forma como se apercebem dos contextos políticos, das crises e da socialização ao longo da sua aprendizagem.

## **Parte 2. Socialização Política juvenil: conhecimentos e percepções**

A socialização política encontra-se intimamente ligada à cultura política. A percepção dos jovens, as atitudes e valores cívicos, desenvolvem-se pela interação entre a cultura política e a sociedade. Ao longo do desenvolvimento, os jovens encontram-se sujeitos a efeitos por parte dos seus sistemas políticos, estruturas sociais e contextos culturais. Contribuindo no moldar das suas crenças, valores e normas coletivas (Onkarappa, 2021). O conhecimento político resulta tanto das características individuais, como de elementos socioculturais e interações interpessoais. Os contactos sociais revelam-se fundamentais na formação política e no moldar de opiniões (Ognyanova, 2022).

O conceito socialização política, surge no contexto ‘pós’ segunda guerra mundial. Após diminuição de interesse nesse período, a sua retoma destaca-se nos anos 90, acompanhada do emergir e evolução das Democracias liberais (Haegel, 2020; Jennings, 2015). A socialização política, enfrentou outro antagonista. O desinteresse relativo, em comparação com o crescimento de estudos com foco na participação política, em detrimento dos processos de socialização. A sua relevância ressurgiu interligada a contextos das evoluções na sociedade do século XXI. Nomeadamente, pela expansão dos meios de comunicação de massas, como o caso da televisão e pelo emergir de novos *medias* (Carriço Reis et al., 2019; Thorson et al., 2016). Colocando-se a questão: como se desenvolveu os fenómenos da socialização política na atualidade? E, como se integraram os novos meios de comunicação e TIC?

A Socialização Política, pela sua complexidade, poderá ser equacionada como “ecossistema”, pelas suas interações e processos. O fenómeno de socialização política, interliga-se ao desenvolvimento social pelos avanços tecnológicos. As sociedades democráticas, cada vez mais digitalizadas e globalizadas, integram novos ciclos e paradigmas de socialização. Os ecossistemas de comunicação pelos novos *media* e TIC, diluem-se nas interações sociais, criando novos paradigmas de mediatização política, consequentemente na difusão das crises e escândalos políticos. Numa sequência aponta-se: 1) a caracterização e fatores da socialização política; 2) os agentes de socialização política; Em ponto seguinte, a integração dos meios de comunicação convencionais, no paradigma de percepções mediatizadas, progredindo para a digitalização do processo numa integração da *web* e TIC.

### **2.1. A socialização como aprendizagem política**

A socialização política pode ser compreendida como um processo de aprendizagem, especialmente em crianças e jovens. Teorizada em diversa áreas, associa-se a um processo de

formação de conhecimentos políticos. Por exemplo, a teoria do construtivismo da área da psicologia, propõe que a aprendizagem do indivíduo seja moldada por integração de interações sociais (Tennyson e Volk, 2015). De um ponto de vista filosófico, as bases da aprendizagem humana, caracterizam-se pelos conceitos “o eu, a natureza, a criação, e sociedade<sup>8</sup>” (Tennyson e Volk, 2015, p.699). Diversos fatores intervêm no processo da aprendizagem política, contudo a atenção direciona-se para o particular: a Socialização. Por socialização entende-se, o estabelecer de compreensão dos valores e normas, no sentido do “eu” enquanto membros da sociedade (Carriço Reis, 2019; Cromdal, 2006).

Os indivíduos, enquanto participantes ativos na construção do seu próprio conhecimento, associam novas informações às experiências previamente adquiridas, reorganizando e estruturando novos conhecimentos de forma contínua (Tennyson e Volk, 2015). Todos os conhecimentos são um processo de criação e associação individual, mas como se relaciona socialização no processo político? Cromdal (2006), destaca que, inicialmente, os estudos de socialização evidenciavam o foco de estudo nas crianças e os seus comportamentos. Abordagem não só ligada à psicologia, mas também à sociologia.

No campo da socialização política diversos foram os fatores de foco, em associação ao desenvolvimento das sociedades contemporâneas. As perspectivas mais importantes como sintetiza, Onkarappa (2021), estiveram associadas: à psicológica pela cultura, sociopsicológica de aprendizagem por elites, abordagens micro e macrológicas, individuais e do sistema, e as sociopolíticas. Pelo que, a maioria das abordagens de investigação apontam para o desenvolvimento de orientações e comportamentos de socialização adquiridos na infância e adolescência, ou como as expressam em adultos em contexto social.

Em resposta, entre a relação de socialização no processo, Sigel (1965) afirma que “uma criança recém-nascida não nasce socializada. A socialização é um processo de aprendizagem”<sup>9</sup> (p.2), isto é, um processo formativo ao longo da sua vida. Os jovens elaboram processos de aquisição de conhecimentos e das normas sociais, não existindo limitações dessa aprendizagem. Porém, como aponta, são as próprias crianças que individualmente, têm de conseguir desenvolver as suas próprias interpretações da aprendizagem política. A socialização é todo um processo, tanto social, como individual, em que o indivíduo adquire conhecimentos das normas, valores e atitudes. Ideais políticos, que preenchem um espaço vazio quando nascemos, e desenvolvemos como cidadãos, por comportamentos e experiências com sociedade que se coabita. Podendo, por sua vez, incentivar ou desencorajar o envolvimento político (Neundorf e Smets, 2017; Thorson et al., 2016).

---

<sup>8</sup> Tradução de “Self, nature, nurture, and society” (Tennyson e Volk, 2015, p.699), “nurture” poderá ter mais que um significado, focamos aqui a ideia de desenvolvimento, cultivo ou educação.

<sup>9</sup> Traduzido de “The newborn child is not born socialized. Socialization is a learning process.” (Sigel, 1965, p.2)

A aprendizagem de conhecimentos políticos por socialização, convergem opiniões e interações, que conduzem à assimilação de orientações políticas. Ou seja, à formação de atitudes políticas. Por “socialização Política” na conceptualização de Hyman (1959), ao tentar compreender os comportamentos e atitudes políticas, apontava-a como um fator, ao qual, os indivíduos desenvolviam as suas próprias orientações políticas. Num processo gradual de construção, ao longo das experiências e socializações, culminavam em atitudes e comportamentos políticos.

Nesta perspetiva, “é a aprendizagem gradual das normas, atitudes, e comportamentos aceites e praticados do sistema político que se encontra”<sup>10</sup> Sigel (1965, p.2). Acrescentava-se que o objetivo principal da Socialização Política, não seria só a aprendizagem, mas o capacitar, os indivíduos de conhecimentos e valores políticos do sistema que se inserem. O conjunto de processos desenvolvem como “cidadão político”, numa aprendizagem progressiva que o adequa à sociedade. Assimilando as normas e valores de comportamentos socialmente aceites, levando a uma formação e educação de cidadania. Transformando-os em cidadãos participativos ativos, na sociedade e na política. Assegurando uma continuidade de partilha desses valores às gerações seguintes (Hyman, 1959; Neundorf e Smets, 2017; Sigel, 1965). Ou seja, é “um processo de aprendizagem da cultura política de uma nação” (Onkarappa, 2021, p.813).

A Socialização política será não só, fonte de conhecimento, como de incentivo e envolvimento político. A lealdade dos cidadãos entendida como forma de legitimação, revela-se essencial ao funcionamento dos sistemas políticos. Sigel (1965) e Galston (2001), ao apontarem as perspetivas filosóficas de Platão e Aristóteles, sublinham a importância da educação cívica e envolvimento dos cidadãos para as democracias. Os seus interesses afluíam no pensamento sobre envolvimento cívico, ao que “os filósofos não chamavam ao processo, socialização política, invés chamavam de educação cívica, lições de patriotismo, treino para cidadania ou treino de carácter”<sup>11</sup> (Sigel, 1965, p.3), equiparando a socialização política a uma educação cívica necessária para o desenvolvimento de lealdade como cidadão. Em contrapartida, os cidadãos que se aproximam de uma perspetiva mais apática, tendencialmente perderiam lealdade aos seus sistemas políticos.

Os conceitos fundamentais de socialização política descrevem-se, não só, por um mecanismo de aprendizagem, mas por um desenvolvimento individual de atitudes políticas. A ciência política, na compreensão da identificação partidária, revela que as identidades políticas constroem-se no decorrer do ciclo de vida. Os indivíduos desenvolvem as suas atitudes e posicionamentos políticos, progressivamente ao longo da vida, influenciados pelo nível de

---

<sup>10</sup> Traduzido de “is the gradual learning of the norms, attitudes, and behavior accepted and practiced by the ongoing political system” (Sigel, 1965)

<sup>11</sup> Traduzido de “philosophers, however, did not call the training process political socialization; rather they called it civic education, lessons of patriotism, training for citizenship, or character training” (Sigel, 1965, p.3)

informação a que têm acesso (Neundorf e Smets, 2017). A socialização política, ao ter efeitos sobre a aprendizagem política, reflete-se na percepção dos jovens. Percepções moldadas por diversas variáveis, que possuem, por sua vez, efeitos sobre a aquisição de valores, normas, crenças e atitudes. Variáveis individuais pela idade e ciclo de vida, escolaridade, género, classe social e localização geográfica, que podem afetar o envolvimento político, os comportamentos e percepções políticas dos jovens (Thorson et al., 2016).

Em suma, a socialização política revela-se fundamental para as sociedades contemporâneas, sendo um meio de apreensão de conhecimentos estruturais, políticos e sociais, através das suas socializações. As suas características remetem para uma educação de valores, normas, crenças e atitudes, que levam aos indivíduos a entender a política, e a sua concordância com o sistema e cultural política, originando as suas perspetivas (Carriço Reis et al., 2019; Haegel, 2020; Jennings, 2015; Neundorf e Smets, 2017; Thorson et al., 2016). Na atualidade, a socialização caracteriza-se além de posições de educação de valores e normas. Possui variáveis de contextualização, por interações e dinâmicas de aprendizagem. Complexidade que se perlonga ao longo do tempo, levando à necessidade de compreender a adaptação pelos agentes políticos.

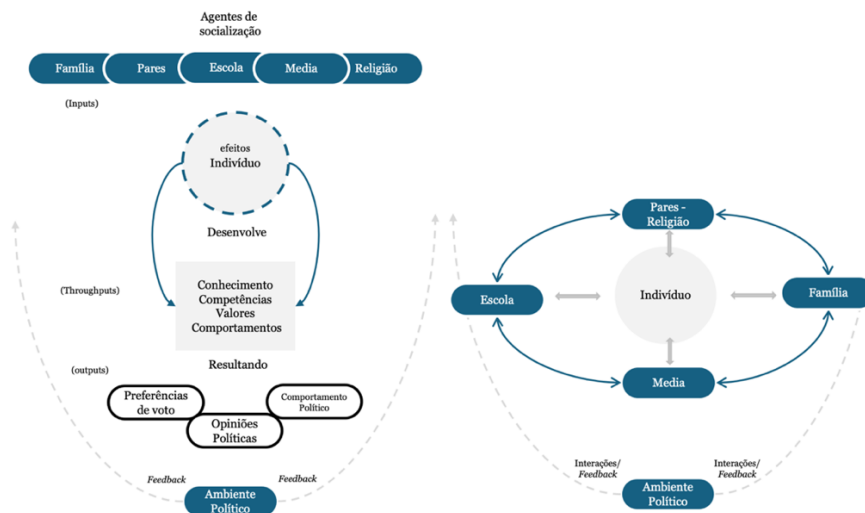
## **2.2. Os agentes Socialização política**

A apreensão de conhecimentos por socialização, decorre de fontes e variáveis contextuais, que interagem socialmente com os jovens. Os agentes de socialização. A interpretação dos fatores nas informações transmitidas por este fenómeno, refletem a posição e a presença de efeitos das fontes de transmissão de socialização. Estudos de socialização e opinião política, indicam que os efeitos dos agentes na formação de atitudes e opiniões dos jovens, surgem desde tenra idade, marcando-se ao longo do ciclo de vida (Haegel, 2020; Jennings, 2015; Rudolph, 2022).

Cada sistema político e cultura política são únicas, e a aprendizagem dos conhecimentos políticos ocorrem de forma diferente em cada contexto. A socialização política como caminho à aprendizagem, permite aos jovens desenvolverem atitudes baseadas nas interações e experiências (Rudolph, 2022). Os jovens ao contactarem com os agentes de socialização, direta ou indiretamente, acabam por adquirir e desenvolver conhecimentos políticos. De acordo com Bos et al. (2022) e Haegel (2020), diversas forças moldam as posições das crianças e jovens no mundo político. Os autores apontam que os agentes de socialização podem ser: as escolas, os núcleos familiares, colegas, *media* ou outros intervenientes que propiciem a interação com a política. Os agentes permitem criar pontes para a transmissão política do sistema, promovendo consequentemente, interesse e envolvimento cívico dos jovens.

Partido do raciocínio de Terriquez et al. (2020) os agentes de socialização na literatura podem ser agrupados por: Horizontais e Verticais. Numa dinâmica de socialização, Farnen (2007) representou ambas as perspetivas, pelos modelos [a] e [b] na figura 2. Entre 1960 e 1985, os

agentes de socialização seriam representados pelo modelo [a] unidimensional. A transmissão de valores, teria o significado de uma aproximação direta entre os agentes e os indivíduos. Em que Farnen (2007), compara o fenômeno de socialização à teoria hipodérmica da comunicação, que descreve uma posição unidirecional da transmissão de informações.



**Figura 2.** [a] Modelo vertical/ tradicional de Socialização Política, [b] Modelo horizontal de socialização política.

Fonte: adaptado de Farnen (2007), p.298-299

A socialização vertical [a], relaciona-se a uma transmissão de valores e atitudes, proveniente de figuras superiores ao indivíduo, como as figuras parentais e a educação escolar; O modelo [b] horizontal, seguido do modelo vertical, aproxima os diferentes agentes num mesmo plano, partilhando valores idêntico no processo e influenciando-se mutuamente. Por horizontais, entende-se os que se assemelham ao próprio indivíduo, encontrando-se no mesmo nível estrutural e social, como os pares e, por exemplo, as redes (Terriquez et al., 2020).

A existência da necessidade de manter tanto um modelo horizontal quanto vertical, sustenta-se no simplificar a compreensão dos processos de socialização política, por perspectiva vertical, como pais ou escola. Os agentes de socialização desenvolveram-se com as novas tecnologias na contemporaneidade. A interação entre os *media*, os indivíduos e os outros agentes, expandiram a complexidade alocando as interações para um modelo vertical e horizontal, surgindo um novo modelo<sup>12</sup> integrando as variáveis adjacentes (Farnen, 2007).

A complexidade dos dois parâmetros alterou os processos de socialização, existindo uma permeabilidade da mediatização e *medias* sociais online. Carriço Reis et al. (2019) e Haegel (2020) argumentam que a socialização se transpõe para um paradigma diferente. Constatando que o ecossistema familiar, escolar e grupos de par dos jovens, terão sido amplamente modificados. A integração de diversos meios tecnológicos desde tenra idade, repercutiram-se

<sup>12</sup> Modelo integrado de interação dos processos de socialização política, em página 48.

nos processos de socialização. Os grupos sociais, a integração dos *media*, tal como uma cultura digital, tornaram-se fatoriais no desenvolvimento das percepções políticas. De seguida, explora-se individualmente, a interação e importância dos diferentes agentes nos processos de socialização política dos jovens.

### **2.2.1. A família: o agente primário**

A literatura destaca a importância da família como fonte primária de conhecimento político. O seio familiar é o primeiro contacto que os jovens experienciam com a realidade e desempenham um papel crucial no seu desenvolvimento cognitivo. Pela introdução ao mundo, a partir de interação próxima com os pais, os jovens formam percepções sobre realidade que os rodeia. Os pais transmitem os seus conhecimentos, posições, crenças, e opiniões políticas durante o crescimento dos jovens, como uma politização, mesmo não intencional. Como resultado, internalizam orientações que podem interagir nos processos de consolidação de posições políticas, permanecendo desde a infância à vida adulta (Dinas, 2014; Sigel, 1965).

Mas são as orientações e atitudes políticas transmitidos geneticamente? Alford et al. (2005), respondem. A genética dos indivíduos desempenham uma função importante, tanto na formação de atitudes e ideologias políticas, quer na aproximação às preferências partidárias dos familiares. As atitudes políticas, principalmente, revelam uma interação significativa entre os ambientes sociais e a genética hereditária. Assim como, os traços de personalidade associados à visão política, desenvolvendo proximidade a ideologias que se identificam com a dos familiares. Verificando-se a hereditariedade genética como fator das orientações políticas (Alford et al., 2005).

A infância, como a primeira instância da socialização, inicia também um processo de transmissão de valores pelo contacto dos pais. Hyman (1959) introduzia o destaque da família como na transmissão de valores políticos. No entanto, Jennings e Niemi (1968) contra-argumentaram que Hyman não teria em consideração a própria consciência e personalidade da criança nos processos de aquisição de valores. Existia uma excessiva inclinação sobre os pais, como os modelos de conduta, considerando apenas os valores transmitidos cognitivamente ou afetivamente. Isto é, a família era enfatizada como a influência dos valores, reproduzindo-se nos comportamentos políticos. Destacando-se mais tarde, os fatores individuais como relevantes na apreensão de valores e orientações políticas (Andolina et al., 2003; Jennings, 2015).

A responsabilidade da família nas necessidades básicas das crianças, desde a aprendizagem à compreensão das regras e normas, representam uma hierarquia de autoridade nos períodos iniciais para a formação individual (Paletz et al., 2016). Os familiares diretos, como o pai e mãe ou irmãos, representam as instâncias primárias de socialização política. Os estágios da

infância, caracterizam fases de desenvolvimento das suas características pessoais que se expressam ao longo do crescimento. A aquisição de orientações e valores morais, leva a efeitos nas suas atitudes e disposições políticas, em estágios posteriores do ciclo de vida (Jonhson e Alabi, 2019). Segundo, Haegel (2020), os estudos iniciais de socialização política sobre os efeitos familiares focavam-se num “modelo baseado de três elementos: uma divisão dos papéis parentais baseada no género, uma visão das configurações conjugais baseada na preeminência do modelo nuclear, e uma visão unidirecional e vertical da transmissão”<sup>13</sup> (p.340).

Uma das variáveis observáveis da transmissão de atitudes e valores, seria a própria identificação, orientações ou crenças partidária dos jovens, constarem-se similares às dos pais (Dowse e Hughes, 1971). O “passar tempo com os pais durante a infância, está associado a uma maior probabilidade de o indivíduo pertencer à mesma afiliação partidária”<sup>14</sup> (Aggeborn e Nyman, 2021, p.832). A família constrói uma conexão emocional, podendo correlacionado com as suas atitudes políticas, num apreender ou afastar (Paletz et al., 2016). Elemento, que Hatemi e Ojeda (2021) apontam ser um sentimento das crianças querem ser similares aos seus pais, assimilando-os às suas práticas e valores. Não obstante, referiram que este padrão acaba por apenas ocorrer em metade dos jovens na realidade prática. Aumentando a probabilidade, quando as orientações de ambos os pais estariam em concordância.

Jennings e Niemi (1968) identificaram que, na transmissão de valores e crenças dos jovens pré-adultos, existiria ainda uma similaridade de valores com os seus pais. A constatação permitiu aferir que a transmissão de valores, se desenvolveria numa dimensão da própria natureza e atributos dos valores. No entanto, os jovens em determinadas fases da vida, podiam revoltar-se contra as orientações políticas dos pais, aproximando-se às variáveis das fases do ciclo de vida. As alterações e experiências ao longo do desenvolvimento dos jovens, podem influenciar a estruturação dos valores e posições, apontando para efeitos de outros agentes de socialização. Aqueles que possuem uma maior frequência de transmissão, ou seja, maior similaridade com valores dos pais, refletem a possibilidade de ser facilmente socializados por outros fatores e agentes ao longo da sua vida (Jennings e Niemi, 1968).

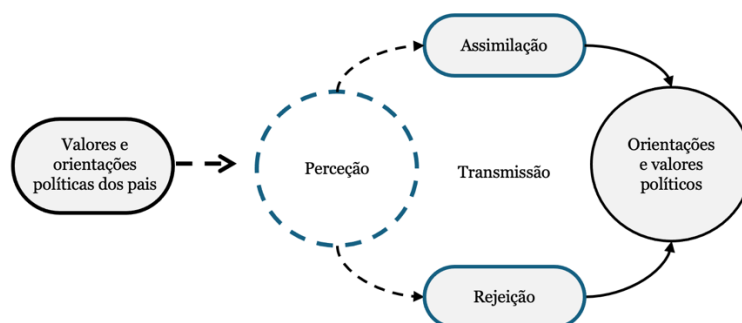
As orientações políticas como argumentam, Hatemi e Ojeda (2021), desenvolvem-se previamente às crianças conhecerem os conceitos políticos, podendo existir uma aproximação a determinados posicionamentos. Existindo uma correlação entre a transmissão das orientações por inerência da família, a uma “promoção de valores, modelos de conduta, cuidar, controlo de informação, recursos e mais amplamente a estruturação do ambiente de

---

<sup>13</sup> Tradução de “family model based on three elements: a gendered division of parental roles, a vision of marital configurations based on the pre-eminence of the nuclear model, and a unidirectional and vertical vision of transmission” (Haegel, 2020, p.340)

<sup>14</sup> Tradução de: “results indicate that spending time together with parents during childhood is associated with a much higher probability of the individual’s belong- ing to the same political party” (Aggeborn e Nyman, 2021, p.832)

envolvência da criança<sup>15</sup>” (Hatemi e Ojeda, 2021, p.1). Conceptualmente, o modelo de transmissão de valores iniciais, demonstra-se pela figura 3.



**Figura 3.** Modelo de Transmissão de Valores Direto

Fonte: Adaptado de , Hatemi e Ojeda (2021)

Os modelos tradicionais de transmissão de orientações políticas, de acordo com Hatemi e Ojeda (2021), funcionavam como guias explicativos das motivações e os ambientes comportamentais cívicos dos jovens. Neundorf e Smets (2017), refletiram dois posicionamentos: 1) por um lado os pais têm influência direta sobre as características de envolvimento político e orientações cívicas, em consonância com as interações do ecossistema familiar. Apresentando-se como os “modelos de conduta” cívica; 2) por outro, que a influência familiar surge de efeitos das posições socioeconómicas e educação por parte dos pais, sendo que quanto mais altos, maior envolvimento e conhecimento políticos (Neundorf e Smets, 2017, p.8). Variantes na transmissão de valores, que se apontam pelas condições familiares.

A localização geográfica, em que os pais se encontram, seria uma variável contextual importante à aquisição dos valores. Através de ligações em comunidade descrevem-se círculos identitários que provocam efeitos sobre as próprias orientações políticas, e em consequência, dos jovens. A transmissão intergeracional resulta em efeitos dos valores e crenças nas posições dos jovens, remetendo à cultura política (Rico e Jennings, 2012). Assim como, Aggeborn e Nyman (2021), observaram, as condições socioeconómicas do seio familiar podem ter influência. As ideologias estariam correlacionadas, não só com a família, mas com o estado económico da família. Seja pela dependência económica deles ou para aproximarem-se desta vertente materialística. As orientações tendem, assim, a alinhar-se por variantes que correspondem às realidades que estão inseridos, como por exemplo, alinhar-se devido a baixos rendimentos.

A estrutura familiar portuguesa evoluiu socialmente. A figura paternal como chefe de família, perdeu a sua centralidade. Novas configurações anteriormente não possíveis, passaram a

---

<sup>15</sup> Traduzido de: “(...) value promotion, role modeling, nurturance, information control, resources and more broadly structuring the child’s environment” (Hatemi e Ojeda, 2021, p.1)

garantir novos direitos, embora com o surgimento de novos desafios. A integração da liberdade da mulher, pela igualdade de género e independência, o direito ao divórcio, famílias monoparentais, casamentos do mesmo género, entre outras mudanças; reformularam a família clássica portuguesa permitindo adaptar-se ao século XXI. (Casimiro, 2002; FFMS, 2020; Wall, 1995). Alterações familiares que podem ser variantes das orientações políticas dos jovens tardiamente.

Alterações dos núcleos familiares, como divórcios ou adoções, como variantes provocam alterações nas transmissões de valores intergeracionais (Hatemi e Ojeda, 2021). Por exemplo, no passado crianças provenientes de ambientes familiares menos afáveis e com menos oportunidades, pronunciavam tendências fascistas comparativamente aos seus homólogos com atmosferas que lhes providenciavam espaço de oportunidade e desenvolvimento (Sigel, 1965). Noutro ponto de vista, Van Ditmars e Bernardi (2023) ao se debruçarem sob os microprocessos de socialização pelos pais, caracterizam que, em separações parentais, os jovens desenvolvem posições ideológicas próximas ao espectro esquerdo, comparativamente às figuras parentais regulares. Igualmente, jovens com famílias monoparentais, nomeadamente, com a mãe ou socioeconomicamente menos favoráveis, absorvem esta tendência intergeracional de posição à esquerda, em consequência da estrutura familiar (Van Ditmars e Bernardi, 2023).

A evolução contemporânea dos modelos são alinhadas com as mudanças dos contextos sociais dos núcleos familiares. O afastamento da família como uma instituição figurativamente autoritária e prominente no processo de socialização, diluiu-se com outros agentes pela sua permutabilidade no desenvolvimento e interações sociais dos jovens (Carriço Reis et al., 2019; Fentress e Wickham, 2003; Haegel, 2020). As transmissões de valores iniciais seriam estudadas pela permeabilidade de tempo despendido com os familiares diretos.

A literatura converge, que os jovens, incentivados à discussão cívica e política ainda em seio familiar, tendem a aumentar e desenvolve as práticas cívicas, conhecimentos políticos e valores democráticos. A socialização no seio familiar revela-se um estágio importante com implicações nos mecanismos de aprendizagem de valores e orientações políticas, desde a infância à fase de jovens adultos. Em que, as conversas familiares demonstram-se relevantes e necessárias nos processos para promoção cívica. As discussões familiares tomam prática interpessoal, podendo envolver outros agentes, como a escola, os colegas ou os *media*. Tornando-se evidências críticas de práticas coletivas facilitadoras aos processos de transmissão de valores e orientações políticas (Cornejo et al., 2021; Ekström e Östman, 2013; Tims, 1986).

Nesta perspetiva, Bhatti e Hansen (2012), ao avaliarem a continuidade das orientações políticas em contexto que os jovens saem de casa dos pais, colocaram em hipótese a permanência dos padrões, hábitos e atitudes políticas ao adquirirem independência. Aferiram

que os ecossistemas familiares têm efeitos positivos no interesse político quando promovem um ambiente cívico, mas este visa a diminuir após independência. Os autores, porém, sublinham as limitações do estudo. Nomeadamente, pelo paradigma inverso poder ocorrer, em que os posicionamentos dos jovens podiam influenciar as atitudes e orientações dos pais. E, devido à heterogeneidade dos ambientes familiares, os padrões poderiam alterar-se face aos contextos familiares (Bhatti e Hansen, 2012).

Ao longo do desenvolvimento dos jovens a complexidade da socialização política aumenta, mas as interações familiares permanecem importantes no processo. As conversas políticas, em família são vistas como um elemento estimulador da discussão política, desenvolvendo posições e ideais. Ao qual, a cristalização das atitudes se formularia em correlação aos outros agentes de socialização, como um meio envolvente da família (Valentino e Sears, 1998). Podendo ser provenientes de familiares diretos ou indiretos, como parte integrante do fenómeno, como avós (Gidengil et al., 2021), ou irmãos (Eckstein et al., 2018), influenciando positivamente ou negativamente as orientações e atitudes políticas.

O agente “família” aporta a interação das famílias com os jovens, contrastando com as suas orientações políticas, numa transmissão de valores e atitudes. Os diversos fatores, quer do seio familiar, quer da complexidade da socialização, aproximam as orientações e ideologias políticas dos jovens com os seus pais. Representativo da transmissão vertical. Ainda sob esta perspetiva, o segundo agente primário, enfatiza-se a instituição escolar.

### **2.2.2. A instituição escolar: uma socialização para cidadania**

Enquanto a socialização política familiar possa ser considerada de ocorrência involuntária, pelos hábitos inerentes da aprendizagem familiar, a instituição escolar caracteriza-se como uma transmissão deliberada. As escolas como instituições legitimadas de aprendizagem e ensino de conhecimentos, desempenham também um papel central como fonte de transmissão de valores, orientações e atitudes políticas. Dowse e Hughes (1971), ao focar os agentes de socialização, familiar e escolar, refletiram que as orientações político-partidárias, partiam inicialmente da família. Porém, diluíam-se ao longo do desenvolvimento. As interações externas, refutariam as perspetivas do enfoque de estudos apenas sob a família. Os jovens, ao desenvolverem novas experiências e interações sociais, formam novos conhecimentos e reflexões políticas, moldadoras de perspetivas como de atitudes cívicas, orientações ideológicas e preferências partidárias.

Desta forma, o papel das escolas, ganha ênfase na transmissão de valores, promovendo novos conjuntos de valores e atitudes (Dowse e Hughes, 1971). De acordo com Neundorf e Smets (2017), ainda existe muito a compreender sobre os fatores de desenvolvimento cívico e político dos jovens. Contudo, constata-se, que a educação cívica na adolescência poderia propiciar a

atitudes positivas no desenvolvimento de práticas e envolvimento cívico do jovem enquanto adulto (Andolina et al., 2003; Thorson et al., 2016). Segundo, Schnapper (2000) os valores cívicos devem ser transmitidos para desenvolver uma vontade de os expressar e manter ao longo do ciclo de vida,

É um ensino essencialmente reflexivo e crítico que é necessário inventar, que transmita o sentido dos valores cívicos, a ligação legítima de cada povo ao seu passado e à sua cultura, sem que por isso ignore ou despreze outros países e outras culturas. (p.98).

Os valores cívicos são essenciais para a construção de bases fundamentais às sociedades que se inserem, moldando os indivíduos enquanto cidadãos. Aproximam-nos ao sentimento de coletividade, construindo capital social, ou seja, valores coletivos transmitidos a defender (Schnapper, 2000; Stoddard, 2023; Tabatadze et al., 2023). A aprendizagem de conhecimentos cívicos parte maioritariamente da transmissão por sistemas de ensino. Como referem, Koskimaa e Rapeli (2015) a instituição escolar, caracteriza espaços importantes à aprendizagem, mas também de promoção do interesse político através da socialização na interação com o outro. O compromisso entre a instituição e o sistema político define-se pela promoção à participação cívica. Os governos, como entidades responsáveis pela organização dos conteúdos e definição dos valores a serem transmitidos, devem garantir a pluralidade das informações e valores democráticos. As temáticas passam por atividades de liderança, participação política, associativismo e assuntos da governação (Jonhson e Alabi, 2019).

A consolidação da esfera política portuguesa, reforçou a necessidade de promoção do pensamento político crítico, em conteúdos normativos que adjudicassem a democracia na construção de valores europeus. A literatura portuguesa que analisa a escola numa vertente de agente de socialização, centra-se em estudar os comportamentos políticos dos jovens, numa aprendizagem cívica e não a uma vertente de socialização política tradicional. Ao focarem os padrões de participação política, procuram analisar as motivações que levam a atitudes cívicas. Paralelamente, a introdução de cidadania nas escolas, ofereceu espaço ao debate e à discussão política, aproximando os jovens do espaço político. A partilha de experiências, as relações e experiências individuais, promovem o espírito crítico e incentivam atitudes cívicas (Loff, 2022; Resende e Caetano, 2017; Resende e Dionísio, 2005; Rodrigues et al., 2018).

A educação e cidadania, no regime democrático, passaram a integrar uma nova conjectura de ambivalência e desenvolvimento cidadania entre os jovens (Menezes et al., 2016). A socialização política e a instituição escolar portuguesa, encontram-se inerentemente associadas à educação cívica (ou para cidadania). As conotações distintas, para a formação de cidadãos, numa dinâmica na transmissão de conhecimentos, valores e crenças, em Portugal ganharam novo dinamismo entre 2010-2015, existindo em contraste com a abordagem do ENEC. As relações estabelecidas promovem as atitudes democráticas, desenvolvendo

autonomia e cooperação. No entanto, esta abordagem apresenta contradições, dada a necessidade de envolvimento dos elementos pertencentes ao agente escolar na formação cívica (Gomes Dias e Hortas, 2020).

A educação cívica sofreu evoluções em congruência com os tempos e a cultura política. Definiu-se uma normativa necessária à estrutura dos sistemas políticos em democracia, formando os cidadãos eficazmente numa conduta de atitudes e participação democrática. Em Portugal, a educação cívica alterou-se nos sistemas curriculares, existindo revisão dos conteúdos, reiterando a intenção para um espaço de envolvimento de matérias sociais e culturais (Gomes Dias e Hortas, 2020; Menezes, 2003, 2007; Ribeiro, 2014).

A aprendizagem sistémica, desenvolveu-se da aplicação de planos curriculares na formação dos jovens, reconfigurando ou dotando-os de competências necessárias para responder aos problemas sociais e económicos na sociedade (XXI Governo Constitucional, 2017). A escola, apresenta-se fator importante do desenvolvimento das orientações dos jovens, mas também para com os outros. Desde o início da sua educação, os jovens são “equipados” de conhecimentos e informações programáticas para compreender e interagir socialmente. A sociedade democrática, exige a necessidade de normas e conjunturas políticas a ser transmitidos na formação dos cidadãos. Ou seja, a transmissão de conhecimentos e contextos sociopolíticos do sistema vigente. Os sistemas de educação emergem como intermediários das normas sociais, e equalizadores de outros agentes de socialização (Aggeborn e Nyman, 2021).

Os conteúdos programáticos, no contexto português, segundo as linhas orientadoras da Direção-Geral da Educação<sup>16</sup> e Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), apontam a necessidade de cidadania no currículo educativo. Manifestando elementos educativos que propiciam a uma conduta cívica e a comportamentos que adjudiquem as atitudes em conformidade com os direitos, justiça social e democracia. Temas e valores transversais, indispensáveis à sociedade democrática. Os objetivos do programa, têm a intenção de elaborar projetos em colaborações com a sociedade civil nas escolas, para a promoção de orientações referenciais e autonomia aos fatores transversais da cidadania. Projetando as linhas de educação para: os *Media*, Segurança e Defesa Nacional, e, Saúde, Dimensão Europeia, Voluntariado, Consumidor e Intercultural, Financeira, Empreendedorismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Igualdade de género e Sexualidade (Direção-Geral da Educação, 2013).

Contudo, em perspetiva avaliativa, Gomes Dias e Hortas (2020), constataram dois pontos: 1) o afastamento das temáticas, devido ao descontextualizar das questões do quotidiano; 2) o desresponsabilizar dos professores e escola, e ao condensar o ensino democrático em blocos

---

<sup>16</sup> Fonte: <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-o>

menores de 90 min semanais. Afastando o incentivo ao debate e discussão crítica de ideias, à autonomia e o desenvolvimento cívico.

Atualmente, a educação cívica apresenta desafios, pelo que os conteúdos e a adesão dos sistemas escolares, exigem critérios e de longos períodos para a integração social. As identidades políticas dos cidadãos apresentam novos desafios, dada a necessidade de promover maior reflexão e espírito crítico. Os tempos de mudança podem levar a oscilações, quer na confiança política, quer nos valores cívicos que os jovens desenvolvem (Ribeiro e Menezes, 2013; Vieira, 2015). Assim como, diferenças de género na transmissão de valores cívico, em que os jovens do género masculino estão mais predispostos a posições condicionantes e menos liberais (Tabatadze et al., 2023).

A figura do professor torna-se inegavelmente essencial para superar os desafios. Sampermans e Claes (2018) referem a relação do papel da figura de autoridade em sala de aula, os professores e dos jovens, na socialização e atitudes política. Os autores apontam que os professores desempenham um papel paralelo na transmissão de atitudes de igualdade e responsabilidade, incentivando a participação cívica. A relação entre os professores e alunos, alinha-se como agentes de mudança, podendo ser catalisadora. Tal como a relação com os alunos, pode influenciar a estrutura de valores para as atitudes dos jovens. (Sampermans e Claes, 2018).

No entanto, na ausência da escola como promotor de interesse político, esse papel recai sobre a família ou os colegas (Koskimaa e Rapeli, 2015; Ribeiro e Menezes, 2013). Refletindo a necessidade de compreender a influência dos colegas ou pares, ou seja, dos jovens com quem se relacionam socialmente, discutem e desenvolvem atitudes.

### **2.2.3. Socialização horizontal: os grupos de pares**

A educação escolar desempenha um papel significativo como agente nos processos de socialização política. Para além da transmissão de conhecimentos numa perspetiva vertical e curricular, o ambiente escolar constitui um outro fator relevante. Isto é, a discussão e socialização, com os grupos de pares (Langton, 1967). Durante o período de desenvolvimento, os jovens tendem a despender mais tempo com os pares que os pais (Thorson et al., 2016). A transmissão de conhecimento cívicos em sala de aula está associada ao aumento de conhecimento político, enquanto o envolvimento em contexto escolares, proporcionam experiências coletiva de discussão, que enfatizam os valores e as características individuais, promovendo o desenvolvimento cívico (Galston, 2001).

Os colegas revelam-se um fator imprescindível no desenvolvimento de interesse político dos jovens, envolvendo às suas atitudes políticas futuras (Koskimaa e Rapeli, 2015). Segundo, Satta (2021, p.279), “os grupos de pares também são importantes em termos do processo de

socialização, uma vez que a aprendizagem significativa sobre os elementos da sociedade – normas sociais, valores”. Os pares partilham opiniões e valores, influenciando-se mutuamente nas suas perceções e interpretações da sociedade (Jonhson e Alabi, 2019). A socialização com colegas, pode ocorrer em composições de grupos de indivíduos, que partilham e relacionam-se com interesses e idades semelhantes, incluindo familiares, amigos, vizinhos, ou outros grupos informais (Jonhson e Alabi, 2019).

A homogeneidade geracional da socialização no seio da sala de aula, aflora ao interesse político, através de atividades em grupo, que incentivam a participação e a compreensão de significados sobre as temáticas políticas (Langton, 1967). Os jovens desenvolvem conhecimentos constando uma proximidade com as pessoas que a eles consideram semelhantes. Com efeitos, colegas de idade aproximada ao longo do desenvolvimento tendem a assumir um papel mais relevante na socialização que outros agentes. Comparando com as gerações anteriores, a própria geração, apresenta uma maior propensão de envolvimento político e a desenvolver competências cívicas (Dowse e Hughes, 1971; Terriquez et al., 2020). Pelo que, Ryder (1965) já indicava que jovens de diferentes idades ou gerações, poderiam adquirir diferentes atitudes políticas. Divergentes das posições mais conservadoras dos cidadãos mais velhos. No entanto, numa perspetiva mais crítica, os jovens podem igualmente ser alvos das predisposições dos adultos, pela estruturação de normas sociais estabelecidas, que se ditam por referências “a seguir” (Satta, 2021).

Os pares, desta forma, exercem influência sobre atividades participativas, eleições, movimentos sociais, efeitos sobre os jovens através das redes de socialização política. Os colegas ou amigos, provenientes dos ambientes sociais, sejam de atividades extracurriculares, salas de aulas, eventos culturais ou outros tipos de interações sociais, podem efetivar uma conduta positiva da proficiência cívica (Terriquez et al., 2020). Pelas palavras de Satta (2021), os grupos de pares possuem um grau de importância nas “culturas juvenis, nas quais a idade passa a ser um elemento distintivo de um grupo caracterizado dentro da ordem geracional pela adoção de estilos de vida, gostos, atitudes e comportamentos para se diferenciar da sociedade adulta” (p. 279). Tratando-se de um processo de identificação e partilha de informação por socialização com jovens aos quais se identificam, nos estilos e visões do mundo (Thorson et al., 2016).

Os efeitos manifestam-se pela expressão de opiniões e perceções durante o desenvolvimento através das interpelações sociais e expressão de valores (Langton, 1967). Nkansah e Papp (2023), destacam que os pares podem moldar as perceções e atitudes, induzindo os jovens a assumir posições coletivas. Podendo traduzir-se em participação positiva, ou por outro lado, numa expressão de apatia. Os autores apontam que será um fenómeno ao qual, jovens que determinada coorte, se revelem mais predispostos a participar ativamente ou a ser apáticos. Contrariamente, Lindskog et al. (2024), ao estudarem a socialização política entre pares como

um mecanismo de alteração de atitudes políticas em contexto universitário, não suportaram esta ideia. Ao não encontrarem evidências expressivas, que a socialização entre pares possa provocar um impacto significativo na mudança de atitudes políticas.

O ambiente político e a cultura política do país podem ser um fator de influência e de dinâmica entre a socialização dos estudantes. Influência de atitudes, que podem ocorrer apenas em interações mais próximas, dissociando-se de uma coletividade desenvolvida pelo efeito de socialização política (Lindskog et al., 2024). As conversas e discussões políticas tornam-se um fenómeno social de extremo relvo, tanto entre os jovens com jovens, como numa coletividade de coorte, sendo um fenómeno relevante durante os períodos de desenvolvimento, pela proximidade horizontal (Ekström e Östman, 2013; Tabatadze et al., 2023).

As atitudes e valores políticos podem ser moldadas pelas interações, mas também o grau interesse político. Os jovens que discutem mais política com os colegas ou com a família, tendem a demonstrar maior sensibilidade aos efeitos da socialização, numa correspondência com efeitos na participação cívica e envolvimento político (Stattin, 2024). Farnen (2007), reviu o modelo tradicional de transmissão vertical, propondo que este permanece incompleto por não integrar as variáveis individuais. Segundo o autor, o modelo deve incorporar uma dimensão de aproximação a uma versão lateral, considerando os fatores de socialização, que ocorre por um processo interativo e bidirecional, pelo *feedback* entre os agentes.

A socialização política decorre num ecossistema pelo ambiente social dos jovens, influenciando como experienciam e interpretam a política. Os diferentes agentes de socialização contribuem como fonte de informação e promoção, capazes de moldar as perceções e atitudes. Face a evolução do ecossistema comunicativo na sociedade, procurou-se enquadrar o envolvimento dos ecossistemas de comunicação e *media* nos ecossistemas de socialização política juvenil. Ao cruzar-se as redes de socialização e práticas mediáticas, pretende-se compreender pelos objetivos, os efeitos dos meios de comunicação na formação de perceções políticas.

## **Parte 3. O ecossistema comunicativo na socialização política juvenil**

A disrupção tecnológica no final do século XX e início de XXI, expandiu a presença da mediatização nas sociedades globais. Os avanços das TIC, permitiram evoluções na comunicação política e praxis política, destacando os meios de comunicação como intermediários da percepção. Os consumos mediáticos transformaram-se, surgindo novos desafios, como a desinformação e os populismos, e a necessidade de os colmatar. Ao consumirem conteúdos político-mediáticos, os jovens integraram-nos nos processos de socialização política. A mediatização diluiu os processos tradicionais, expandindo-os para o plano digital das TIC, essenciais para a compreensão da percepção dos jovens.

### **3.1. *Media* Tradicionais como agentes de socialização**

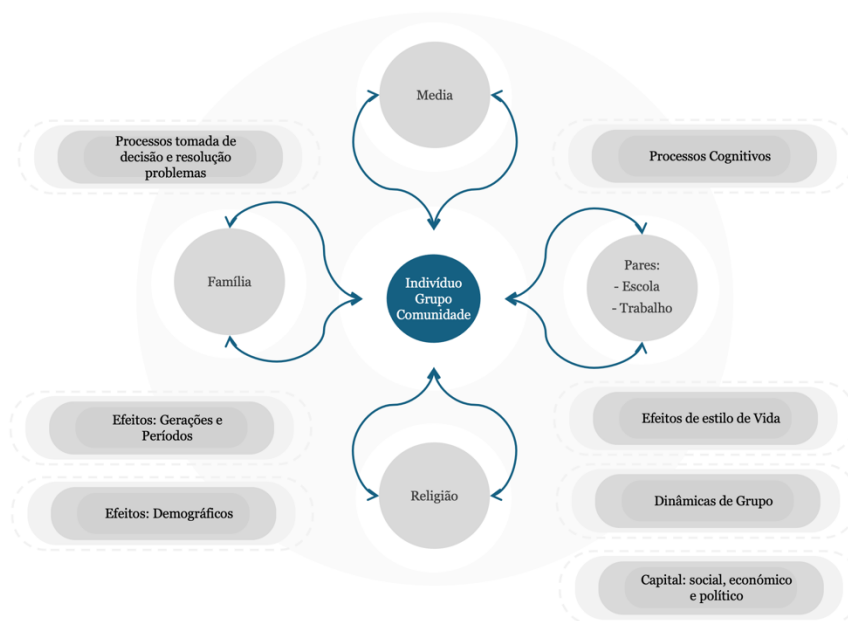
Desde cedo, estudos de socialização política iniciaram a integração do fenómeno mediático nos processos de socialização (Conway et al., 1981; Garramone e Atkin, 1986; Mayer et al., 2023; McLeod e Shah, 2009; Niemi e Sobieszek, 1977; Shah, 2008; Thorson et al., 2016). Constatando-se na literatura, grau de importância similar a outros agentes de socialização política. Os novos *media*, à época *mass media*, evoluíram os ecossistemas de comunicação nas sociedades democráticas. Numa perspetiva macro-social, os ecossistemas de socialização evoluíram em conformidade, por um envolvimento coletivo. Atualmente, como *media* tradicionais, consolidaram-se como construtores de opiniões, catalisadores de interesse e orientações políticas (Espírito Santo e Costa, 2017).

Como argumentaram, Niemi e Sobieszek (1977), os *media* através dos meios de comunicação convencionais, adquiriram um papel relevante na socialização dos jovens. O surgimento da televisão e a rádio destacou-se nas fases do desenvolvimento, pela capacidade de captar a atenção, em detrimento de outros meios, como a imprensa escrita. Agentes de socialização primários, que viram o seu nível de influência reduzir face uma nova permeabilidade dos contextos mediáticos. Passando a ser fator e a assumir um papel essencial nos ecossistemas de socialização política. De acordo com, Ohme e de Vreese (2020) e Mayer et al. (2023), os *media* podem produzir efeitos sobre os conhecimentos políticos dos cidadãos. A informação difundida ao ser consumida, abre a possibilidade de efeitos nos valores, crenças e posições. Podendo refletir-se ao longo das suas vidas. Considerando-se assim, um fator relevante, na transição para a vida adulta dos jovens, e numa aprendizagem através das socializações.

Os jovens, particularmente, em estágios de transição, encontram-se numa constante alteração das percepções de si próprios e do mundo (Austin e Domgaard, 2022). Os *media* como fonte de

informação, representam um pilar da aprendizagem e da formação de percepções políticas, em que os consumos mediáticos tendem a aumentar ao longo do seu desenvolvimento. Desde a infância à fase adulta, o contacto com os *media* representam a sua importância na aprendizagem. Seja pelas imagens, jornais ou conteúdos televisivos (Conway et al., 1981; Jennings, 1973; Shah, 2008). Norris (2000) argumentaria o aumento do envolvimento político pelos consumos mediáticos, como que um “Círculo Virtuoso”, destacando que “quanto mais se vê ou lê (...) mais se aprende”<sup>17</sup> (p.9). Os efeitos dos *mass media*, pela exposição similar dos agentes de socialização família ou escola, provocam efeitos de aumento no interesse e conhecimentos políticos, de assuntos públicos e das governações.

A notoriedade e evolução dos meios convencionais, iniciaram uma mudança paradigmática à sua tangência social numa coletividade. Alcançando a disposição de correntes da representação social e do socio-construtivismo (Kellner, 1995; Moscovici, 1988; Thompson, 1995). A interação no funcionamento das democracias, que no campo de estudo da socialização política, constituiria uma alteração complexa da compreensão dos processos (McLeod e Shah, 2009). De acordo com, Farnen (2007), uma terceira geração, esquematiza uma correlação das variáveis dos *media* com a socialização política num sistema integrado, figura 4.



**Figura 4** - Modelo integrado de interação dos processos de socialização política

Fonte: Adaptado de Farnen (2007), p. 299

As tendências da socialização política apontadas por Farnen (2007), integram as variáveis de socialização política como: o ciclo de vida, o socioeconómico, a coletividade, entre outros; representado num modelo circular integrado, que se adaptou à sociedade globalizada.

<sup>17</sup> Traduzido de: “The more we watch or read, in this interpretation the more we learn” (Norris 2000, p.9).

Existindo um competir de influência de entre os agentes, enquadrando-se, ainda, a religião como possível fator nos processos. O autor enfatiza que os modelos anteriores não devem de ser descartados, mas complementados pelo modelo integrado. Pois, traduz a complexidade dos *media* envolvidos na equação dos pais, colegas e professores. Assim como, a relação dos indivíduos com eles. Os dois modelos anteriores, permitem compreender os processos de socialização, enquanto a esquematização adicional dos fatores contribuiu para perceber “o puzzle de quem aprende o que, de quem, quando, como, e com que efeitos sobre as políticas e governos”<sup>18</sup> (Farnen, 2007, p. 299).

Os consumos mediáticos por meios convencionais possuem uma relação direta à aprendizagem de conhecimentos políticos. Salientam-se duas perspectivas por Milner (2004): 1) fonte de informação direta ao conhecimento político; 2) produziam posicionamentos pelo nível da confiança ou desconfiança política. Os mecanismos mediáticos através da difusão da informação e respetivo consumos de conteúdos, podem assim, afetar os conhecimentos políticos dos jovens, mas também as suas orientações e atitudes. Os indivíduos, adaptar-se-iam às transmissões mediáticas tradicionais numa cultura do conhecimento, pela mobilização dos *media* sobre matérias políticas aos conteúdos. Podendo familiarizar conceitos políticos, entretenimento, dinâmicas negativas, ou mesmo desinformação. Nomeadamente, em elementos com conhecimento político menor (Ohme e de Vreese, 2020).

As televisões trouxeram uma nova realidade de difusão de informação, por uma homogeneidade, da informação e das perspectivas da opinião política. Perspetivas, na visão de Postman (1999), que criticaria de a possibilidade da televisão afetar o desenvolvimento e aprendizagem dos jovens. O autor teceria a crítica justificando-a por: “primeiro, por não requerer treino para aprender a sua forma; segundo, porque não faz exigências complexas, nem à mente, nem aos comportamentos” (p.94). Num papel de comunicação de massas, os *media*, representaram padrões idênticos na difusão de informação e numa efetivação da socialização. Os conteúdos audiovisuais permitiam imagens, texto e sons, captadores de atenção. Comparativamente aos outros meios que estariam inerentemente restritos aos conteúdos no seu formato. Os novos formatos de comunicação que, por um lado, produziriam efeitos positivos na aprendizagem e socialização de conhecimentos políticos dos jovens. Por outro, acarretariam desafios, como a uniformização das perspectivas e do pensamento crítico (Garramone e Atkin, 1986).

No contexto português, a televisão além ganhar expressividade no seu surgimento, manteve a sua posição de relevância até à atualidade. O relatório Reuters-Obercom de 2022, indicava que os consumos noticiosos mantinham-se, principalmente através da televisão. Configuração que

---

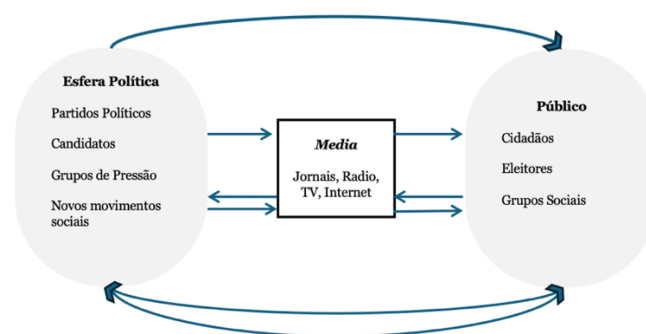
<sup>18</sup> Traduzido de: “(...) puzzle of who learns what from whom, when, how, and with what effects about politics and government regarding the nature and purpose of their society and government (...)” (Farnen, 2007, p. 299).

destacaria os meios convencionais como fontes de informação primárias e essenciais (Costa, 2022; Magalhães e Moral, 2008; Sebastião e Lourenço, 2016). Representativo da sua relevância como agente de socialização.

O destaque da existência de uma nova realidade nas interações político-mediáticas, atribuíram não apenas importância na socialização, mas nas novas capacidades de captação de atenção. Numa transição política e social para o contexto mediático, as democracias mediatizadas, exigiram um contrabalanço entre os sistemas políticos e os ecossistemas, como um jogo político (Mazzoleni, 2017; Mazzoleni e Schulz, 1999). Além de dinamizadores, os *media* como agentes de socialização, atuam através da comunicação política, na faculdade da formação de opiniões ou promoção do envolvimento cívico sobre a opinião pública e percepções dos jovens. Atribuindo uma necessidade de responsabilidade social, como variáveis perante o poder político.

### 3.1.1 A comunicação política e poder político

Os meios convencionais, ou *mass media*, foram equiparados aos órgãos de “poder” nos sistemas políticos. Expressão de simultânea responsabilidade, a que lhes é atribuída e a que lhes é exigida (Schultz, 1998; Zuboff, 2023). Esta centralidade dos *media* nas estruturas políticas, influenciaram a forma como os jovens se passaram a socializar politicamente, num acompanhar da evolução da comunicação política pelos consumos mediáticos. Neste contexto, segundo Gonçalves (2018), a comunicação política é entendida como uma posição teórica de natureza multidisciplinar, caracterizada pelos processos da promoção política. Numa interação persuasiva e estratégica da comunicação, representado na figura 5, entre: os cidadãos, os *media*, e os atores políticos.



**Figura 5.** O processo de Comunicação Política.

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2018), p.2

Por sua vez, a alteração e os processos de democratização nos sistemas políticos, alteraram o paradigma da comunicação política. A mensagem política passou a ser difundida em diversos formatos, permitindo-se acesso à informação e a sua ampliação, de uma forma horizontal. Com

potenciais efeitos diretos ou indiretos sobre a percepção das audiências (Gonçalves, 2018). Destacando-se que a comunicação não se desenvolve isoladamente, mas de interação entre os meios e as dinâmicas sociais. A socialização política, como processo de transmissão dos valores e crenças, encontra-se ligada à evolução da comunicação política e dos sistemas mediáticos.

A evolução da comunicação política, de acordo com Blumler (2001) e Norris (2000), separa-se em três eras: 1) entre 1940 e 1950, a fase pré-moderna, caracterizada pela estabilidade política e influência das crenças e posições institucionais. Os meios de comunicação de massa surgem como ferramentas de posicionamento, mas ainda subordinados às instituições políticas; 2) de 1960-1980, a fase moderna. Marcada pela expansão dos meios de massas, nomeadamente a televisão, que ampliou as audiências e difusão das mensagens políticas. Embora ainda limitado pelas instituições políticas; 3) a partir de 1990, a fase pós-moderna até à atualidade. Caracterizou-se pela proliferação dos meios de comunicação, com abundância das fontes e da informação. Representando uma fragmentação e descentralização da comunicação.

A relação da evolução da comunicação política para com os sistemas políticos parte da dinâmica da opinião pública com a praxis política. Para o funcionamento do sistemas democráticos-liberais, existe a necessidade de os eleitorados não só participarem na esfera política, mas também serem capazes de interpretar os seus contextos. A opinião pública deve de estar informada, desenvolvendo interesses e princípios próprios, para se envolverem em discussões sobre a comunidade (Berelson, 1952, p. 329). O papel dos *medias* demonstra importância nos sistemas, particularmente no sistema português numa trilogia de poderes, existiria uma aproximação a ser denominado quarto poder.

Pelo que Schultz (2009) em “Reavivar o Quarto Estado”, reflete que os *media* seriam os vigilantes da democracia. A existência de um paradoxo é afirmado, pela informação, a economia e o estado social tornarem-se uma necessidade a garantir. Os *media* como detentores de um “privilégio” e status independente, possuem a responsabilidade de escrutínio e crítica no espaço do poder político. Uma dinâmica de vigilante da esfera política, adaptando à transparência dos abusos, corrupções ou perversões do poder político. Com um poder de (des)escalar situações de crise (Boin et al., 2005; Prior, 2019; Schultz, 1998).

A diluição de poderes entre o mediático e o político, numa visão macrológica de Maurer (2023), refletem uma “mediatização” entre as agendas políticas pelos *media*. Designando uma nova tendência que redefine os sistemas políticos, enquadrando-se os contextos mediáticos na praxis política. A mediatização, pelas palavras de Rita Figueiras (2019), desempenha um processo difusão e análise das realidades mediática perante as esferas políticas, “ainda que a mediatização decorra da influência crescente dos *media* sobre as mais variadas instituições sociais, nomeadamente políticas, este processo não é espoletado pelos *media*” (p.51).

Existindo uma relação direta entre a mediatização e a classe política, embora não seja influência direta dos *media*, ocorre uma permeabilidade indireta. Ao qual, os cidadãos deixam de conseguir fazer a distinção entre política e mediatização. Isto é, a atenção passou a dirigir-se à realidade mediada pelos meios de comunicação, e não diretamente ao contexto político (Figueiras, 2019). O depositar atenção sobre os *media* caracteriza, uma vez mais, a necessidade de responsabilidade e imparcialidade da construção mediática. A autonomia mediática pode apresentar desafios, desde pressões governamentais ou comerciais, que procuram influenciar a abordagem crítica nos conteúdos (Schultz, 1998). Interferências que podem ecoar nos conteúdos de natureza política, e conseqüentemente nas percepções dos jovens.

As orientações e atitudes políticas dos jovens, segundo Valentino e Sears (1998), possuem maior possibilidade de se consolidar, quando expostos à comunicação política. Ou seja, o aumento do consumo de conteúdos políticos ou interação com comunicação política, convergem num aumento de atitudes cívicas. Segundo Rudolph (2022, p.26), as atitudes dos jovens envolvem avaliação das figuras políticas, numa aprovação ou rejeição das políticas, figuras ou instituições. A comunicação assume um papel mediador das orientações e preferências. Como, por exemplo, as campanhas políticas ou grandes eventos políticos, promoviam não só o interesse político, mas também uma cristalização de atitudes em jovens no início da vida adulta, através do aumento da socialização política (Valentino e Sears, 1998).

O relatório do Conselho Europeu “The role of the media in time of crises”, destacou a importância dos *media* na qualidade e precisão das informações a difundir. Salientando a responsabilidade na contribuição de uma participação política informada. Responsabilidade que sobressai em períodos de crise, pelos desafios acrescidos na caracterização da informação perante a opinião pública (Engblom, 2021). Os escândalos e crises políticas tendem a aumentar a mediatização e o consumo de informações. A evidência da difusão mediática do escândalo político para a captação da atenção, torna-se relevante para a opinião pública, mas também para as decisões e decisores políticos. Caracterizando-se transgressões do debate entre ambas. Podendo produzir conseqüências nas percepções e reputação das figuras e instituições políticas (García-Albacete e Lorente, 2019; Pereira Filho et al., 2024; Sikorski et al., 2020).

Ao investigar os efeitos dos escândalos políticos em diferentes culturas, Thompson (2000), conceptualizou-o como um fenómeno complexo, sintetizando cinco fatores: 1) a implicação da existência da transgressão de valores, normas ou códigos morais; 2) segredo das transgressões, que são revelados por indivíduos não implicados nas ações; 3) os indivíduos reprovam as ações e sentem-se ofendidos por elas; 4) expressa-se desaprovação pública; 5) condenação na opinião pública podendo afetar a reputação dos transgressores (Thompson (2000) cite in Prior, 2019, p. 261). Constatando-se que confiança nas instituições e figuras políticas demonstra-se um fator/efeito dos escândalos políticos pelos eleitorados.

Os eleitores julgam os governos e as instituições políticas com base em critérios, como interesses pessoais, lealdades partidárias e, principalmente, a honestidade. Quando colocada em causa, as figuras políticas recebem uma atenção redobrada por parte do espaço mediático (Pereira Filho et al., 2024). As crenças políticas como valores partilhados considerados justos, podem erodir em efeito dos escândalos (Paletz et al., 2016). As perceções de escândalos de figuras políticas, que os indivíduos possuem confiança ou preferência política, podem apresentar duas posições. Por um lado, o possível reforço ou consolidação da preferência pela figura, num grau de aceitação. Por outro, uma descrença pela erosão da confiança, ao desenvolver de espírito crítico sobre a matéria (Pereira Filho et al., 2024; Sikorski et al., 2020).

A mediatização da transmissão de escândalos políticos, atribui à comunicação política um mediador da informação difundida. Salientando-se uma possível tendência de aumento das manipulações ou desinformações em períodos de crise. A construção da realidade, por parte dos sistemas mediáticos como entidades independentes, necessitam de responsabilidade. O promover a discussão e debate público, e a informação factual, possibilitam uma análise crítica em momentos de crise. Atendendo a uma necessidade de compreender o seu papel na construção social da realidade.

### **3.1.2 Os *media* na construção social da realidade e perceções**

A mediatização das informações dos consumos políticos desenvolvem o efeitos sobre a formação de perceções. Os meios de comunicação como fonte de informação, são também construtores da realidade da informação a transmitir. Os consumos políticos originam efeitos perceptuais pela mediatização da informação. Os meios, estabelecem uma ponte entre os factos da esfera política e a opinião pública. A construção da realidade assinala-se por um papel modulador da assimilação da realidade e do contexto.

A construção da realidade aproxima-se às normas jornalísticas e construção noticiosa. Os jornalistas desempenham um papel ativo entre a realidade e as audiências contextualizando a informação, moldando a percepção pública. As notícias, mais do que mero espelhar da realidade, são construtoras de narrativas e representações, organizando estruturalmente as informações. Através da forma e conteúdo, constroem as perceções dos contextos reais. Não se limitando a simples construções textuais ou metafísicas, mas representações da realidade e como esta será percecionada pelas audiências (Correia, 2012).

Os *media* possuem um controlo sobre o enquadramento, tanto visual, como narrativo das histórias e conteúdos noticiosos (Coombs e Holladay, 2011). A abordagem da construção Social da Realidade no campo da comunicação, desdobra os mecanismos da elaboração da construção mediática, como os contextos e imagens. Chaves fundamentais da construção que se enquadram pela continuidade espacial, como uma expressão de um pseudoambiente, por

imagens mentais dos eventos do ambiente real na opinião pública (Reese et al., 2008). As linhas de abordagens de efeitos mediáticos pelos contextos e persuasão, podem exemplificar-se pelas teorias de *agenda-setting* e de *framing* mediático.

Ambas as teorias explicitam uma estruturação dos eventos políticos e os seus atores, com efeitos persuasivos por parte dos *media* nas opiniões e comportamentos dos indivíduos (Araújo e Prior, 2021). Nos *mass media*, o formato como a cobertura mediática dos contextos políticos é estruturada, passou a ser relevante pelas suas lógicas de sistematização. A repetição, o espaço e o tempo atribuído às narrativas, reforçaram o potencial dos efeitos persuasivos sobre opinião pública. Os *media*, ao darem prioridade a temas ou a alinhá-los a interesses próprios ou de agenda política, constroem perspetivas através de um agendamento mediático estratégico. Expressando os mecanismos do *agenda-setting* (McCombs e Valenzuela, 2007).

A correspondência do alinhamento da agenda mediática relaciona-se aos efeitos dos pensamentos e perceção das audiências. Existindo a intensificação da transmissão de temáticas em detrimento de outras (Camponez et al., 2020). O *framing* mediático, como herdeiro da teoria do agendamento, igualmente, propõe a construção contextual das informações (Colling, 2008; McCombs e Valenzuela, 2007). Ou seja, uma contextualização das narrativas enquadrando e considerando os ângulos a destacar ou ignorar. Criando o contexto das narrativas e interpretações (Scheufele, 1999). Produzindo-se efeitos nas perceções de como a realidade será apercebida pelas audiências.

Os efeitos das construções da realidade nas perceções da opinião pública, representam adversidades, que podem contrastar na confiança mediática. A cobertura mediática ao possuir o poder de moldar interpretações, tende de enfatizar o dramatismo para captar a atenção e manter os interesses mediáticos (Coombs e Holladay, 2011). A abordagem intensifica a necessidade de responsabilidade, imparcialidade, e objetividade na difusão da informação. A literatura reflete sobre este fenómeno pelo conceito de aproximação partidária dos *media*, o *media bias*. A parcialidade mediática pode constituir uma influência de persuasão nas perceções da opinião pública, em detrimento de uma comunicação imparcial (Ardèvol-Abreu e Gil de Zúñiga, 2017; Eberl et al., 2017; Kim, 2019; Shultziner e Stukalin, 2021). O fenómeno pode suscitar perceções adversas nas audiências, que conforme Thorson et al. (2016), definem de hostilidade percecionada. Constituem-se de efeitos nas avaliações da cobertura noticiosa, classificando os *media* como injustos e *biased*, sobretudo quando contrariam as suas crenças ou orientações políticas.

A confiança nos *media* e sistemas de informação é essencial para a receção e interpretação de informação. Derivado da crescente multiplicidade de fontes de informação, torna-se essencial garantir o acesso da informação, precisa e fiável. Dado o papel dos *media* sobre a democracia, especialmente *media* tradicionais, a ausência de confiança pode contrastar efeitos, levando ao

ceticismo informativo e à migração para fontes alternativas menos credíveis suscetível à desinformação (Ardèvol-Abreu e Gil de Zúñiga, 2017; Reinemann et al., 2022).

No contexto português, o relatório *Reuters* de 2024, indica que após níveis elevados de confiança mediática, verifica-se um declínio desde 2022. O afastamento da confiança mediática por parte dos cidadãos, apresenta-se relacionada às mudanças dos contextos sociopolíticos. Refletem-se as dificuldades da atualidade, que em conjunto com as instabilidades políticas, contribuem para esses resultados. As condições de sustentabilidade noticiosa tem-se deteriorado, manifestando-se numa deterioração da estabilidade e qualidade dos conteúdos. Afetando a percepção de confiabilidade mediática apercebida pelos cidadãos (Newman et al., 2024).

A evolução tecnológica transformou as estruturas de difusão da informação dos *media*, dando origem a uma hiperconectividade da informação globalizada (Castells, 2009). Este fenómeno integrou-se na comunicação política, que evoluiu para um multicanal complexo. A omnipresença das redes no fluxo do quotidiano, estabelecem reações instantâneas perante eventos e crises. As imagens, os conteúdos e informações, rapidamente difundem-se numa partilham-se à escala global, ampliando as reações (Benoit, 2018; Lindholm e Olsson, 2011). O contexto de transformação digital e mediatização, torna essencial compreender a transição da comunicação política para o digital, potenciado pela *web* e TIC.

### **3.2. Do tradicional ao digital: A Web 2.0 na comunicação política**

Os ecossistemas de comunicação acompanharam a evolução tecnológica. O emergir das TIC, como os “novos” meios de comunicação criaram uma nova realidade. A evolução para *Web 2.0*, com tecnologia *smart* e a multiplicidades de ecrãs, alteraram o paradigma dos ecossistemas. Os meios de comunicação ao transporem para o digital, integraram os consumos da opinião pública, revendo-se em novos traços da socialização política.

A comunicação política evoluiu com a *web 2.0*, conhecida pela sua terceira fase, num desencadear do *world wide web* e dos *media* sociais online. Integrou-se a internet aos contextos e interações sociais. Aproximando a partilha, a difusão de informação e as comunidades num sentido de globalização (Blumler, 2001; Gil, 2019; Gruber, 2018). A internet deu um salto para a chamada “sociedade em rede”, e os usuários tornaram-se ativos, numa partilha de atividades interconectadas. As mensagens, vídeos, imagens, etc., tornaram-se um comum partilhado no digital (Castells, 2009; Gil, 2019). A evolução da internet numa posição transformadora deixou uma marca cultural, característica da novas relações e esferas sociais bidirecionais. Ou seja, *people centred* (Barassi e Treré, 2012; Choudhury, 2014).

Gruber (2018) em “Géneros de Comunicação Política”, atribuiu uma faculdade ao desenvolvimento das TIC. A comunicação política com as TIC, *web 2.0*, e *media* sociais online, focaram-se na disseminação e promoção da informação dos atores políticos. As mensagens e conteúdos políticos viram ter uma otimização na facilidade de difusão através das plataformas digitais e TIC. Ao qual, Rita Figueiras (2019), aponta que a multiplicidade de plataformas constitui uma complexidade em evolução. A possibilidade de um ambiente extenso de informação, faz exigência de uma lógica mediática sobre políticos. A complexidade deposita necessidade de adaptar as estratégias de comunicação pela política.

Por um lado, a alteração dos *mass media* para o digital caracterizou a difusão e diversidade, por outro, assinalou a individualização. Os consumos mediáticos alocaram-se por práticas especializadas a cada indivíduo, existindo hibridização das plataformas e dos *media* (Peters, 2016; Silva et al., 2017). A multiplicidade de plataformas digitais, integrou assim, os sistemas mediáticos, envolvendo os cidadãos e a tecnologia. Uma opinião pública digital, que impôs a transformação do ambiente informativo dos *media*, a novas convergências trans mediáticas (Figueiras, 2019).

Na contemporaneidade as TIC efetivaram novas eras da *web*, caracterizada *web 3.0* pela gestão dos conteúdos e semântica. E mais atual, a *Web 4.0* pela emergência da inteligência artificial (Almeida, 2017; Barassi e Treré, 2012; Choudhury, 2014; Hiremath e Kenchakkanavar, 2016; Nath e Iswary, 2015; Serra et al., 2013). A evolução da *web* constituiu uma abundância mediática, diversificando-se as audiências. Numa extensão da comunicação política, as TIC e as redes, possibilitaram novas representações digitais que os *media* tradicionais não atingiam. Podendo ser também uma condicionante à informação. (Mazzoleni, 2017; Sorensen, 2024). As alterações exibiram uma rápida intermediatização da *praxis* política, alterando os ecossistemas mediáticos. Num regime de liberdade e partilha, a internet caracteriza-se como fonte horizontal de informação. Representativo da clivagem das informações perante a opinião pública (Figueiras, 2019), e relações bidirecionais de partilha.

A integração social das TIC alteraram os paradigmas diários dos cidadãos europeus. Os jovens europeus com idades entre os 16-24, passaram a uma taxa de utilização da internet de 93% em 2023. A Declaração de Riga<sup>19</sup> pela *European Commission* (2006), reconheceu as TIC como necessárias à sociedade da informação. Como promotoras de qualidade de vida, apelaram ao surgimento de novos empregos, o acesso à informação, e novas iniciativas de informação mais inclusivas no espaço europeu. Em Portugal, dados da Pordata (2023), revelaram que entre 2005 e 2023, os jovens nessa faixa etária, a utilização aumentou para quase o dobro<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Fonte: [https://ec.europa.eu/information\\_society/activities/ict\\_psp/documents/declaration\\_riga.pdf](https://ec.europa.eu/information_society/activities/ict_psp/documents/declaration_riga.pdf)

<sup>20</sup> Fonte: [https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f\\_2023\\_07\\_25\\_pr\\_jovens\\_vf.pdf](https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2023_07_25_pr_jovens_vf.pdf)

possuindo competência digitais acima da média europeia. Com a utilização da internet, em 95,6% a participar nas redes sociais, 86,6% a ler jornais, revistas e sites de notícias, e 28,5% a participar política ou civicamente (Pordata, 2023, p.10).

O aumento da utilização internet transformaram as fontes de informações políticas ao longo dos últimos tempos. A configuração num consumo de *medias* convencionais manteve-se até 2020, sendo o meio mais consumido, a televisão (Costa, 2022; Magalhães e Moral, 2008; Sebastião e Lourenço, 2016). No entanto, o desenvolvimento das TIC e *Web* promulgou uma transição para o digital (Calado et al., 2022). Dados recentes, apontam uma mudança estrutural em Portugal, revelando que a fonte de informação de conteúdos políticos dos jovens portugueses, passaram a ser os *media* sociais online. Os jovens tendem a preferir os *media* online (83,8%), em redes e plataformas, em detrimento da televisão e jornais convencionais (Matos et al., 2023). Representativo de um hiperfluxo de informação por uma multiplicidade de fontes e possibilidades de consumos de informação (Amaral, 2019).

A fusão entre os diferentes meios de comunicação originou novos formatos de narrativas, marcadas pelos contextos de informação e desafios associados à fragmentação da informação nas TIC e o digital. Como salienta, Gil (2019), o simples acesso à internet não seria suficiente para garantir a inclusão digital e à informação. O envolvimento dos jovens na internet e ambientes online, requerer uma adaptação ao digital, face a possíveis desafios ou barreiras da informação em rede (Castells, 2009; Lacourt, 2024). As barreiras incluem algoritmos e bolhas de filtro (Zuboff, 2023), restrições à liberdade de imprensa, assinaturas monetizadas (Newman et al., 2024). E ainda, o fenómeno da desinformação, a propagação de *fake news*, e a baixa literacia mediática (Cho et al., 2024; Lacourt, 2024; Lima-Quintanilha et al., 2019). Desafios, que impactam a nova era de comunicação, exigindo competências mediáticas reforçadas.

### **3.2.1. Das *Fake-News* à Literacia mediática: os desafios da nova era de comunicação**

A evolução das TIC e o desenvolvimento da internet, trouxeram novos desafios para os *media* e para a informação. Os cidadãos possuem, com a multiplicidade de ecrãs, interconectividade e um hiperfluxo da partilha de informação, a que estão sujeitos. Os desafios deste fenómeno ganham relevância pela fiabilidade da informação, podendo culminar em *fake news* ou desinformação. O fenómeno desinformativo traz desafios para as democracias, resultando em efeitos nas perceções, manipulações da opinião pública, divisões sociais e polarizações, ou desconfiança mediática e política (Dias et al., 2022 Lima-Quintanilha et al., 2019).

As *fake news*, desinformação ou outras formas de manipulação de informação nos *media*, não são uma novidade para o campo da comunicação, mas ressurgiram interesse com a evolução dos meios sociais online. As terminologias ganharam ênfase no século passado, com os

famosos casos de “war of the worlds”<sup>21</sup> e “watergate”<sup>22</sup>. Trazendo ao mundo a importância da construção da narrativa mediática, mas também do papel crucial dos *media* na denúncia da manipulação da informação (Schudson, 1992; Tandoc et al., 2018). A transição para o digital, removeu a ancora dos *media*, e da informação, aos meios convencionais. As TIC numa permeabilidade da informação, possibilitou a difusão de conteúdos além dos *media*, pela proveniência da informação de qualquer indivíduo. Numa partilha horizontal livre (Cruz Junior, 2019; Dornan, 2017).

A realidade de um fluxo de informação transversal, trouxe consigo desafios ao campo político-mediático tradicional. No ano de 2016 a disseminação da desinformação e *fake news*, ganhou expressividade com níveis elevados nas eleições presidenciais nos Estados Unidos. Retomando a discussão do fenómeno nos *media* tradicionais. Na qualificação de Tandoc et al. (2018, p.141), as *fake news* podem operacionalizar-se por seis padrões: “sátira, paródia, fabricação, manipulação, propaganda e publicidade”. Podendo ser métodos de captação da atenção das audiências, pelo afastamento da veracidade da informação, em conjunto uma histeria circular criada na percepção da opinião pública.

Por estratégias de construção das narrativas em função da qualidade da informação, as *fake news* infiltram-se nas esferas políticas e sociais, com uma intenção de promover ideias ou distorcer percepções para influenciar comportamentos. Ao alterarem as narrativas dos eventos originais, difundem-se rapidamente em ambientes digitais devido à sua natureza apelativa, circulando pelos sistemas e condicionado as crenças da opinião pública (Cruz Junior, 2019; Dornan, 2017; Tandoc et al., 2018). Destaca-se a diferença entre “pós-verdade” e a desinformação. Enquanto o pós-verdade possui um carácter de apelo às crenças e emoções, num sistema de ideias para persuadir a opinião pública, as *fake news*, distanciam-se da verdade convergindo na desinformação (Cruz Junior, 2019).

Segundo, Araújo e Prior (2021), as *fake news* e desinformação nos conteúdos políticos, têm assumido um acentuar da sua expressividade. Determinados partidos políticos passaram a incorporar as notícias falsas nas suas retóricas, associando-os aos denominados de novos populismos. Os discursos populistas recorrem a retóricas de linguagem simples, apelando a percepções e sensações de estados de crises, para dramatizar as informações. Procurando criar antagonismos entre os “bons” e os “maus”. Por sua vez, a mediatização política favorece a ascensão dos discursos populistas, pela sua lógica de dramatização e espetáculo, ao ampliar a

---

<sup>21</sup> Caso nos EUA (1938), em que um locutor de rádio fez uso da construção das narrativas sobre uma suposta invasão de *Aliens*, como se fosse caso real. A transmissão criou alvoroço nas suas audiências destacando o impacto da desinformação (Tandoc et al., 2018).

<sup>22</sup> Caso nos EUA (1972-1974), em que jornalistas de investigação expuseram um escândalo político, que envolveria espionagem e abuso de poder por parte do Presidente. A cobertura mediática desempenhou um papel essencial na exposição da verdade, destacando a função do jornalismo de contrariar a manipulação e ocultação da informação (Schudson, 1992).

sua visibilidade (Araújo e Prior, 2021; Reinemann et al., 2022). Associando-se os populismos à disseminação das *fake news* e desinformação.

A relação predomina-se entre Partidos ultranacionalistas ou radicais. A “falsa verdade” será utilizada por partidos posicionados nos extremos do espectro político, particularmente, pela direita mais conservadora e esquerda libertária. Ao fazer uso da inverdade, procuram persuadir e apelar à atenção da opinião pública (Almeida, 2015; Cancela e Magalhães, 2020; Dias et al., 2022). As *fake news* são utilizadas como armas políticas para criar efeitos impactantes nos cenários políticos, num captar a atenção do eleitorado, e em contrapartida, contribuem para efeitos de polarização da opinião pública (Vegetti e Mancosu, 2022).

As narrativas deturpativas facultadas pelo fenómeno, aumentam a complexidade da comunicação. Nas democracias europeias o fenómeno passou a representar um perigo de efeitos diretos e indiretos sobre os *media*, cidadãos, e o ambiente democrático. As perceções de conflitos políticos ou eventos de crise invocam atitudes e predisposições negativas nos cidadãos. A exposição de desinformação, pode repercutir implicações, como a descrença dos *media* e informação, e polarizações da opinião pública (Dias et al., 2022; Vegetti e Mancosu, 2022).

No contexto político português, a desinformação viu ter um aumento com a chegada de populismos acentuados, em 2019. Momento, que o partido mais à direita do espectro português, o Chega, ganhou relevância na praxis política. Baptista e Gradim (2022), investigaram a presença de *fake news* no Facebook durante a campanha política de 2019. Constataram que o espectro político à esquerda, António Costa e PS, foram objeto de foco da disseminação de desinformação, existindo expressão ao longo de toda a campanha.

O emergir das *fake news* em Portugal, provocaram por outro lado, um aumento envolvimento político (Torre et al., 2024). A partilha da desinformação, pela utilização de títulos chamativos, imagens impactantes, promoveram a uma retórica apelativa de consumo e partilha sem verificação (Baptista et al., 2023; Baptista e Gradim, 2022). Depreende-se que a literacia mediática, tornou-se vital em democracia. Como um direito aos cidadãos, garantirá a pluralidade de receção da informação, numa autonomização de capacidades de interpretação das fontes e conteúdos para próprio benefício (Lacourt, 2024).

Competências de espírito crítico, análise dos contextos, organização estrutural das informações mediáticas, entre outras. Capacidades que possibilitem a avaliação crítica dos conteúdos na multiplicidade das realidades mediáticas, como uma caracterização de *fact-checking* (Cho et al., 2024). Em Portugal o papel dos jornalistas na literacia mediática tornou-se essencial. O fenómeno dos *fact-checkers*, tornaram-se comuns e aceites com uma atitude favorável. Associam-se a instituições, plataformas ou *media* tradicionais, que verificam os

conteúdos dando a apreciação da veracidade factual (Baptista et al., 2023; Oliveira et al., 2024; Torre et al., 2024).

Segundo, Galarza-Molina (2023), ao estudar a interação dos jovens com a desinformação, evidenciaram que os universitários tendem a questionar criticamente a desinformação. Os jovens, possuem capacidade de relutância às informações políticas falsas, colocando essa ser uma problemática mais acentuada a gerações mais velhas, e dependendo do meio utilizado. O aumento dos consumos mediáticos e digitais dos jovens portugueses, aflui a necessidade de capacitar os indivíduos de competências transversais às TIC para a interpretação dos conteúdos (Amaral et al., 2017). Vejamos as implicações das TIC nos processo de socialização e as atitudes dos jovens na era do digital.

### **3.3. A socialização e atitudes políticas dos jovens na transição digital**

A indústria mediática nos países democráticos, encontra-se em constantes transformações num contexto globalizado. A digitalização dos ecossistemas comunicacionais, alterou profundamente as dinâmicas de consumo mediático e de socialização política. Novos cenários, potenciaram formas emergentes de envolvimento político dos jovens, num acompanhar da evolução. Nas sociedades em rede, o ambiente social da juventude transmutou-se para os *media* sociais online. A rápida difusão de informação através das TIC, aliada às mudanças na indústria mediática, promoveram a sua expansão sobre os tecido social (Mazzoleni e Schulz, 1999). Pelo que, Castells (2009) caracterizaria que a informação passou a ser difundida num processo multidirecional, e de mediatização imediata. Os meios de comunicação “não convencionais”, ao alterarem o paradigma da comunicação, reproduziram efeitos sobre a socialização dos jovens e a formações de percepções.

Na sociedade em rede, as TIC trouxeram transformações da comunicação em canais bidirecionais, não só num impulsionar da participação política informal no espaço digital, como da aprendizagem dos contextos políticos. Os conhecimentos políticos encontram-se proximamente ligados à informação digital (Thorson et al., 2016). Os *media* sociais online, ao contribuir para o facilitar da obtenção da informação, conotam importância na aquisição conhecimento social e político dos jovens. Transformando-se num mecanismo de mobilização e resiliência política (Sarwar et al., 2023). Características como agentes de socialização política, as TIC representam uma mudança geracional dos consumos e percepções políticas. Ao consumir os conteúdos político-mediáticos através dos intervenientes de informação, TIC, os jovens, adquirem novos conhecimentos, consolidando percepções dos contextos políticos (Razak e Sabarudin, 2023).

O potencial do online, aporta um paradoxo nos agentes de socialização. Apesar da importância dos agentes primários, os *media* sociais online equacionam-se como pontes ao interesse cívico e para a aprendizagem política, especialmente sobre cidadãos mais jovens. A sua mobilização de envolvimento político, tem efeitos: no interesse, confiança e na construção de identidade política (Maurissen e Claes, 2023). Os jovens, no entanto, passaram a assumir uma posição de individualização no consumo de conteúdos mediáticos. Denominado de, *daily me*, enfatizando interesses próprios, em detrimento de interesses coletivos (Martin, 2005).

Segundo o estudo de Rodrigues et al. (2018), o online incentiva a partilha da informação, verificando-se que os jovens com maior consumo de conteúdos políticos, revelam uma tendência significativamente maior de comportamentos cívicos positivos e socializações políticas. Numa lógica horizontal, as TIC cruzam os agentes de socialização primários nas interações sociais e fluxos de informação. A sua relação com o ecossistema, desenvolve relações desde a receção de informação política à sua partilha (Toksoz, 2021), com reflexo em atitudes políticas. Contreras et al. (2023), ao estudar os meios sociais online como fonte de aprendizagem política dos jovens, argumentaram o seu impacto positivo na participação cívica, paralelo à socialização política. As TIC e o digital, atuam como optimizadores, incentivando a práticas e ao compromisso de cidadania através do debate e da discussão, quer a práticas de ativismo (Contreras et al., 2023; Sarwar et al., 2023).

O espaço digital abriu portas a uma nova tipologia de participação e envolvimento da opinião pública. Como Khalid e Yang (2024), argumentam, as TIC abriram uma nova dinâmica de construção e participação de cidadania, os “e-citizens”<sup>23</sup>. Associados a uma utilização das TIC e *media* sociais online, a rápida partilha produz uma associação à aprendizagem cívica. Isto é, as TIC e o digital, desenvolveram novas possibilidades de participação social, de cultura e de práticas de cidadania. (Gruber, 2018). Constatando-se a “e-democracy”<sup>24</sup>, uma cibercultura de democracia no plano digital. Ganhando relevância nos estudos da participação e comportamentos políticos da opinião política pela sua dimensionalidade com a evolução tecnológica. (Esselimani et al., 2021; Khalid e Yang, 2024).

No cenário político português, o relatório de Magalhães (2022), baseado em dados do *European Social Survey* (ESS), analisa a participação política dos jovens portugueses (2002-2019). Indicam que os jovens têm uma menor tendência de participação, comparativamente aos seus homólogos europeus, assim como cidadãos mais velhos. Não apenas na perspetiva convencional, pelo voto, mas pelo ativismo político, como manifestações. A aproximação da média europeia, surgiria apenas em petições públicas. No entanto, quando comparados com a maioria da população portuguesa, seriam os que mais participavam. Dados da Pordata (2022),

---

<sup>23</sup> Cidadãos Digitais

<sup>24</sup> Democracia Eletrónica

revelam que os níveis de abstenção em Portugal, com variação entre 40 e 50%. Sendo que em 2021, segundo estudo de Sagnier et al. (2021) 53% do jovens garantiam ter sempre votado. Representando um elevado interesse pela política, embora na generalidade não se refletisse em elevados comportamentos participativos.

A possível desmobilização dos jovens pelo afastamento da política, é um sinónimo de preocupação dos sistemas políticos. A falta de propostas, ineficácia ou não compromisso com matérias junto dos jovens, pode refletir-se em elevados níveis de ceticismo, como descrença pelas instituições políticas (Silva et al., 2022). Anteriormente, as respostas do baixo envolvimento político, caracterizavam-se descontentamentos generalizado perante o sistema político. Num ceticismo pela participação convencional (o voto), pela falta de confiança política, na sua efetividade. Em outras palavras, que produzisse as mudanças ou reformas que teriam em expectativa. Assim como, por uma relação ao ciclo de vida, a idade, em que encontrar-se-iam em fases de desenvolvimento do interesse pela política (Magalhães, 2022; Magalhães e Faria, 2003; Magalhães e Moral, 2008).

Na atualidade, contrasta-se da ideia de despolarização dos jovens. Numa maioria, os jovens não só apresentam altos níveis de interesse político, como participam de forma convencional. Contudo, o níveis de ceticismo nas instituições políticas persistem. Em que, se intensificam as considerações da necessidade de reformas políticas, que respondam eficazmente aos problemas reais da população (Fernandes, 2023; Matos, 2023; Matos et al., 2023).

Paralelamente, surge um crescimento de interesse por participação não convencional pelos jovens, à medida do desenvolvimento das TIC. Formas alternativas de incentivo e participação política como associativismo e voluntariado ou não convencionais, já se demonstrariam em expansão (Ferreira, 2008; Magalhães e Moral, 2008). A digitalização dos processos para o online, trouxe alterações à participação, igualmente às formas de socialização. Os jovens acreditam ter opinião e capacidade de influenciar politicamente, o que se revela por um aumento da participação não convencional online (Costa, 2022). O crescimento está principalmente associado aos contextos mediáticos no digital, em que os jovens têm uma adesão de aproximação das associações e ações cívicas. Silva et al. (2022), apontam esta visão advertindo numa alienação, face aos partidos políticos, embora não aos valores cívicos. Ao que, a apatia à esfera política pode ter ligação da falta de conhecimentos políticos ou à perceção de partidarização excessiva.

As TIC e o digital desempenham, assim, um papel central na aprendizagem de conhecimentos políticos, através da sua integração nos processos de socialização política. O acesso à informação, a sua crescente diversificação, e a interação contínua dos sistemas digitais, que potenciam o interesse político, ao criar novas dinâmicas sociais e informativas. Traduzindo-se em construções de perceções e atitudes dos jovens, promovendo ambientes positivos de

práticas de participação cívica, assim como efeitos sobre as percepções do sistema político. Enquadrando-se o compreender a percepção dos jovens, pelo envolvimento das TIC e *media* nos consumos de conteúdos, desde a socialização política às percepções com base nas suas experiências. Procurou-se realizar um estudo empírico exploratório, que possibilitasse atender aos objetivos, para interpretar as percepções dos jovens ubianos.

## Parte 4. Protocolo Metodológico

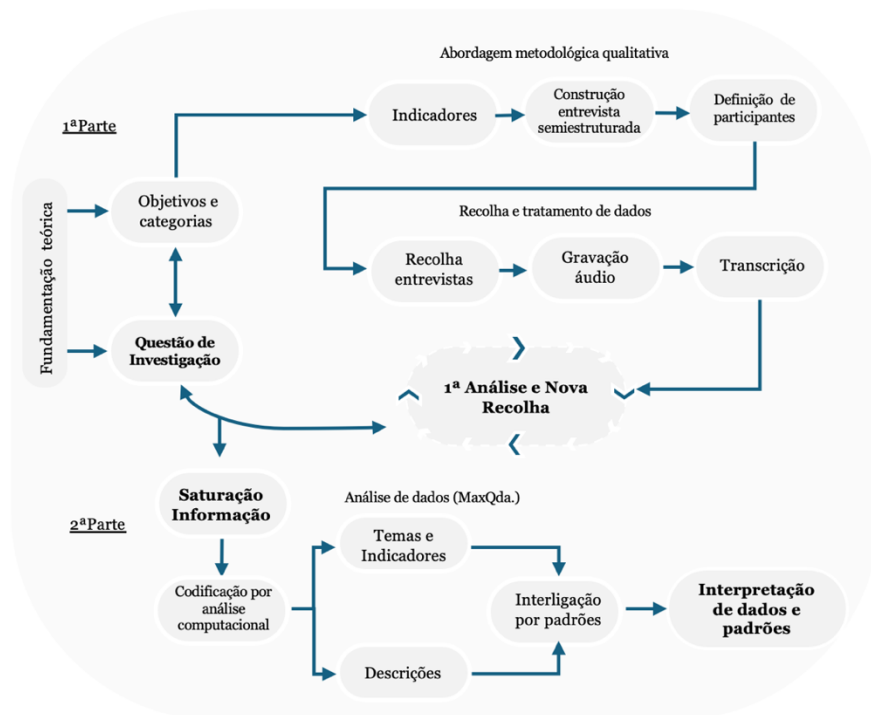
Atendente à revisão de literatura, os *media* e TIC como os agentes de socialização, promovem práticas cívicas, desenvolvem e são intermediários do conhecimento político. Os jovens encontram-se envolvidos no digital e para a compreensão da percepção e interações dos seus consumos político-mediáticos, acerca das governações socialista em tempos de crise, desenvolveu-se um estudo empírico de natureza qualitativa. Seguindo-se por etapas um protocolo em desenho de investigação. Através de uma recolha por entrevistas semiestruturadas, desenvolveu-se uma conversa com os participantes para entender as suas perspetivas das governações, das crises e dos consumos de conteúdos políticos. Posteriormente, codificação as informações pela construção de um modelo de análise para o conteúdo das entrevistas, com auxílio da ferramenta MaxQda.

### 4.1. Métodos

Para compreender as percepções dos jovens ubianos acerca das crises e escândalos políticos em períodos das governações socialistas, assim como o papel dos ecossistemas de comunicação. O protocolo metodológico adotado, optou-se, por uma abordagem metodológica qualitativa, com o objetivo de analisar de forma aprofundada as percepções e experiências dos participantes. A justificação de escolha, parte da aproximação dos métodos qualitativos ao aprofundamento das temáticas em estudo (Lune e Berg, 2017, p. 12). Ao contrário, os métodos quantitativos, com intenção de uma investigação ao testar hipóteses, poderiam fechar o campo de análise da percepção. Tendencialmente, métodos quantitativos procuram padrões generalizados e práticas que definem estruturas ou interações sociais (Daymon e Holloway, 2011; Lune e Berg, 2017).

Nesta pespetiva, Daymon e Holloway (2011), apontariam que a abordagem qualitativa predisponha mais abrangência e flexibilidade. Não apenas procurando definir os padrões, mas um escrutinar dos padrões e fenómenos em estudo. Igualmente, Creswell (2009), refletiu sobre os métodos qualitativos, apresentando que uma abordagem qualitativa possui características que manifestam foco sobre os significados. No qual, o foco do investigador, depreende-se numa aprendizagem sobre o que os participantes absorvem acerca das temáticas em estudo. Ou seja, uma “forma de investigação interpretativa em que os investigadores fazem uma interpretação do que observam, ouvem e entendem. As suas interpretações não podem ser separadas de suas origens, história, contextos e entendimentos anteriores” (Creswell, 2009, p.209). Procurou-se uma compreensão interpretativa aprofundada das posições dos jovens e como eles próprios observam e interagem socialmente, e com os conteúdos políticos.

No completar dos objetivos de investigação<sup>25</sup>, delinearam-se etapas a seguir, acompanhando a lógica de Lune e Berg (2017), desenhando-se num esquema, na figura 6.



**Figura 6.** Desenho de Investigação por etapas.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Busetto et al. (2020), p.2; Jensen e Khanna (2021), p.21.

Numa primeira etapa, após revisão de literatura definiram-se os indicadores em modelo de análise<sup>26</sup>. Seguidamente, procedeu-se à construção de um guião de entrevistas semiestruturadas. Recolhendo-se as informações e num retomar, se as informações recolhidas se enquadravam com a questão de investigação. Ao atingir saturação de recolha, passou-se do processo ao tratamento. Através de codificação MaxQda, interligaram-se as “temáticas” por indicadores com as “descrições dos jovens”. Com o objetivo da compreensão das motivações, perceções e intermediários em função dos objetivos de investigação. Por fim, interpretaram-se as tendências do conteúdo das informações codificadas face a literatura.

## 4.2. Técnica de Recolha de Dados

A técnica de recolha de dados, determinou-se por entrevistas semiestruturadas. A opção reflete-se pela sua abertura de resposta, enquanto uma técnica que permite captar detalhada e aprofundadamente as perspetivas e experiências pessoais dos participantes. De acordo com Brinkmann (2020), as entrevistas pela abordagem qualitativa de análise assemelham-se a uma

<sup>25</sup> Os objetivos de investigação encontram-se especificados na introdução (ver página 20).

<sup>26</sup> Modelo de Análise apresentado em ponto seguinte (ver página 69-70).

conversa, no qual, há uma partilha aprofundadas de informações sobre as experiências e conhecimentos dos entrevistados. Desenvolvendo-se os contextos e as perspetivas com o objetivo de os entrevistados refletirem sobre eles no decorrer da conversa (Creswell, 2009).

Tal como, Magaldi e Berler (2020) e Lune e Berg (2017, p.69), apontam, as entrevistas semiestruturadas possuem uma proposição geral de ser o guião normativo da conversa. Ambos os autores mencionam que seguir um guião-protocolo tem em vista uma trajetória de resposta aberta, isto é, uma estrutura desenvolvida previamente que permita uma amplitude e liberdade de reflexão nas respostas dos participantes. Proporcionando as diretivas para recolha de dados numa pesquisa qualitativa, “particularmente quanto os investigadores estão interessados em investigar a perceção dos participantes ou aprender como os participantes apreendem certos significados de fenómenos” (p.70). As entrevistas semiestruturadas diferenciam-se das entrevistas estruturadas, pela resposta direta sem clarificações; e não estruturada, por não existir um guião ordenativo das questões. A semiestruturada caracteriza-se ideal para a compreensão das perceções dos jovens, por uma abordagem de resposta aberta. Em que, a ordem e linguagem das questões pode ser flexível para se ajustar à conversa e fazer clarificações necessárias, podendo adicionar ou reduzir as temáticas, consoante as respostas no decorrer da conversa (Lune e Berg, 2017).

Ao se adotar um guião flexível ao diálogo, e que guie os tópicos em estudo, promove a conversa, permitindo o aprofundar dos tópicos, com o principal propósito de o entrevistado desenvolver a resposta além das questões. Para que se sinta confortável na partilha de informações e experiências pessoais. (Dearnley, 2005; Flyan, 2005; Magaldi e Berler, 2020; Polit e Beck, 2010). O guião terá sido construído a partir de indicadores em modelo de análise, em ponto seguinte, formulado pelas temáticas em estudo.

Por uma abordagem qualitativa, a técnica de recolha por entrevistas permite a captação de informações dos participantes e os seus antecedentes extensivamente. Selecionou-se uma implementação de entrevistas “face-a-face, interpessoal” e com auxílio de videochamada. Contudo, o formato de recolha face-a-face poderia surtir efeitos sobre os entrevistados, que segundo Creswell (2009, p.213), pode provocar limitações ao estudo como: 1) pelo filtro do entrevistado, que pode potenciar informações indiretas; 2) a presença física do entrevistador poderia enviesar as respostas dos participantes. Similarmente, Lune e Berg (2017), indicam limitações como a dimensão da entrevista, que dependeria do fluxo da conversa ou o interesse do entrevistado por determinada temática, podendo leva respostas crípticas. De modo a mitigar os possíveis efeitos, o procedimento e instrumentalização metodológica, também se aproximou da vertente de Lune e Berg (2017). Por uma comunicação efetiva das questões, sendo de linguagem compreensível e adaptável ao entrevistado. Seguindo-se uma divisão dos pontos relativos ao estudo e o seu desenvolvimento, por *guidelines* conceptuais, como

propostas para a pesquisa do envolvimento político. Como por exemplo, os autores retrataram a separação por áreas conceptuais, “demográfico, envolvimento familiar, voluntariado e atividades lúdicas”, de forma a não ser padronizadas (Lune e Berg, 2017, 72).

A técnica por entrevistas semiestruturadas, possuiu assim, o objetivo de guiar o participante à dimensão do estudo, porém, deixando em aberto as reflexões das experiências individuais. As entrevistas semiestruturadas necessitam de várias áreas conceptuais (Lune e Berg, 2017). Ao qual, subdivide-se em medidas representativas das áreas gerais do foco da investigação. Considerando estes aspetos e em vista os objetivos, associados à investigação dos consumos político-mediáticos e as perceções dos jovens universitários, o desenvolvimento de um guião de entrevista semiestruturada terá sido formulado a partir de um modelo de análise. As áreas conceptuais, conceptualizaram nos indicadores as áreas temáticas a aferir, pela revisão bibliográfica antecedente,

Todas as entrevistas foram efetuadas durante o mês de Julho (2024). Conduzindo-se, 7 presencialmente. Contudo, por se tratar de um período fora de calendário letivo, recorreu-se às TIC no processo de recolha. As restantes 10 entrevistas, efetuaram-se por videochamada com a utilização das plataformas “Zoom” e “Google meet”. No objetivo de manter ou facilitar a mobilização dos estudantes, consoante contactos presenciais e as disponibilidades previamente acordadas. Posteriormente, as gravações de áudio, foram transcritas em texto fazendo uso da plataforma online “goodtape”, para interpretação na ferramenta MaxQda. As recolhas desenvolveram-se por um processo de recolha, leitura e nova recolha, delimitado no desenho de investigação por etapas. Procedimento indo ao encontro do princípio de Glaser e Strauss (1996) para atingir um ponto de Saturação de informação, que possibilitasse a densidade da informação sobre as temáticas delimitadas pelo modelo de análise.

### **4.3. Os Participantes**

O estudo foi realizado na instituição de ensino superior localizada no interior de Portugal continental, a Universidade da Beira Interior (UBI). A recolha de dados procedeu-se tendo como objeto de análise os jovens universitários, recém adultos. A seleção deste grupo etário baseia-se, como jovens adultos, encontrarem-se numa fase de transição de pré-adultos para adultos. Período caracterizado de orientações, atitudes e perspetivas, ainda a consolidar, com possíveis efeitos das suas experiências sociais, culturais e educativas. Tornando-se uma fase que apresenta um interesse particular para compreender as suas perceções políticas.

A escolha desta instituição universitária enquadrada pelas motivações: 1) de proximidade da instituição ao investigador, garantindo fiabilidade e eficiência na recolha de informações para análise; 2) pela dimensão de foco geográfico universitário, contrastada pela sua posição central. A UBI, ao acolher estudantes nacionais diversas regiões, e internacionais, promove

uma diversidade de interações e culturas. A multiplicidade promove ao debate e pensamento pela diversidade académica numa abrangência de proveniência das áreas de conhecimento.

A UBI localizada no interior de Portugal, sub-região da beira interior, caracterizada de baixa densidade populacional, e afastamento de zonas mais desenvolvidas do litoral português. De acordo com a política e coesão territorial da União Europeia (UE), é categorizada como NUTS III<sup>27</sup>. Uma unidade não administrativa de nomenclatura estatística de calculo territorial. Apesar de afastamento territorial de zonas de maior densidade populacional e contexto regional socioeconómico menor, a UBI constitui-se como elemento dinamizador na região. A instituição de ensino superior no interior, contrasta pela sua posição de atratividade de jovens estudantes de norte, sul e ilhas do país.

A seleção dos participantes em estudo, incidiram nas variáveis sociodemográficas: jovens estudantes universitários da UBI, maiores de idade não superior a 26 anos, naturais de Portugal. Fatores que se justificam pela natureza dos objetivos, em compreender a perceção dos jovens ao longo do seu desenvolvimento na aquisição de valores, normas e conhecimentos enquanto cidadãos portugueses. Podendo os jovens estarem a trabalhar, mas encontrando-se ainda a estudar, não iniciando a exercer a carreira profissional. Foram ainda tido em consideração a diversificação da sua proveniência geográfica e áreas do conhecimento. A última a subdividir-se em faculdades pelas: Faculdade de Artes e Letras, Faculdade de Ciências, Faculdade de Engenharias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Faculdade de Ciências da Saúde. Objetivando a multiplicidade das perceções, pelas divergentes socializações políticas, contextos socioeconómicos e envolvimento com os ecossistemas de comunicação.

#### **4.4. Procedimento para Análise e Tratamento de Dados**

Nesta fase, trata-se de apresentar o modelo para a análise e compreensão das perceções dos jovens universitários ubianos. Face à sua manifestação de considerações, posicionamentos e atitudes políticas perante as governações e crises socialistas. O contemporâneo sociopolítico português, reflete 28 anos de governações socialistas, radica-se por desafios, crises e escândalos, representativo de instabilidade política. Posicionando as orientações políticas dos jovens, procura-se interpretar a integração das experiências coletivas e os consumos de conteúdos políticos.

Contemplado o objeto de estudo em congruência com uma pesquisa de abordagem metodológica qualitativa e a questão de investigação, o tratamento da informação e dados por

---

<sup>27</sup> Pela Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS), (“Tercet, Regulamento (UE) 2017/ 2391”, 2017),  
Regiões NUTS:  
[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_faqs&FAQSfaq\\_boui=63614948&FAQSmodo=1&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_faqs&FAQSfaq_boui=63614948&FAQSmodo=1&xlang=pt) ; <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/99/nomenclatura-comum-das-unidades-territoriais-estatisticas-nuts-> ; <https://www.pordata.pt/o+que+sao+nuts>;

um método de análise de igual grau, a análise de conteúdo. Isto é, apoiado numa codificação da informação, de forma a constatar padrões e interpretações nos conteúdos. Para esta pesquisa terá sido desenvolvido um processo de análise original *ad-hoc* de codificação e interpretação, partindo da perspetiva de Lune e Berg (2017, p.196) e Daymon e Holloway (2011, p.305).

Associou-se um tratamento por codificação através da plataforma MaxQda, como afirma Daymon e Holloway (2011), “a codificação não só ajuda a organizar a grande quantidade de dados, mas também é fundamental para a tarefa de interpretar fenômenos de relações públicas e comunicações de marketing” (p.306). E, como Santos et al. (2021), sugerem em *The Practice of Qualitative Data Analysis: Research Examples Using MaxQda*, esta ferramenta permite o tratamento de dados, pelo foco em descrições, explanações dos fenômenos e perceções, de forma a criar um sistema de código que categorize o conteúdo para uma mais aprofundada reflexão das estruturas de conteúdo de dados.

Nesta dimensão, construiu-se um modelo que possibilita interpretar os padrões das informações codificados em MaxQda. De forma a aprofundar às suas motivações e perceção da política portuguesa. Tal como, as ligações do consumo de conteúdos mediáticos, com as perceções aos períodos de Crise das governações socialistas. O Modelo de Análise, em quadro seguinte, apresenta as dimensões: socialização política, os consumos mediáticos de natureza política e as perceções de questões políticas. O último que integra as perceções das governações e crises políticas do PS. Assim como, objetivos e indicadores para a análise de dados das entrevistas recolhidas para a interpretação das perceções.

**Tabela 4.** Modelo de Análise - Perceção dos jovens

<b>Dimensões</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Socialização política</b>	Compreender os processos de assimilação de atitudes políticas face à cultura e agentes socializadores (pela transmissão de valores e conhecimentos coletivos)	Aprendizagem política;
		O papel da família como agente de socialização política;
		Memórias de eventos políticos discutido com agentes de socialização
		Aprendizagem de conhecimentos políticos no âmbito escolar;
		Apropriação de conhecimentos de grupos de pares ou instituições (extracurriculares);
		Interesse pela política (entretenimento, influência, motivação, afiliação partidária, ideologia);
		Confiança pelas instituições políticas e informação política;
	Analisar o papel e consumos do	Aferir os consumos mediáticos e políticos pelos meios de comunicação e TIC;

<b>Consumos mediáticos de natureza política</b>	ecossistema de comunicação e TIC nos processos de construção de percepção	(Des) confiança e (des) crença nos meios de comunicação;
		Restrições ou barreiras no acesso à informação política;
		Fontes de informação e o papel das redes, e fontes de informação adicionais;
		Percepção do pós-verdade, desinformação ou manipulação mediática e populismos;
<b>Percepção Políticas (das crises e governações socialistas)</b>	Conhecer as crises políticas, e crises políticas do Partido Socialista	Conhecimento sobre a conceptualização de crise política (e como se que criou essa percepção);
		Conhecimento das governações socialistas;
		Conhecimentos das Crises Políticas Socialistas;
		Predisposições perante as crises das governações socialistas;

Fonte: Elaboração Própria

Pelos indicadores presentes na tabela 4, elaborou-se um guião de entrevistas semiestruturado (em apêndice a), possibilitando uma introspeção das considerações em resposta dos jovens universitários acerca dos consumos de conteúdos políticos, das governações socialistas e dos períodos de crise. O tratamento e análises de dados pela ferramenta MaxQda, desenvolveu-se de acordo o desenho de investigação. Codificando-se as informações recolhidas pelo modelo de análise. Apresentando-se os resultados seguintes, em conjunto com a análise.

## Parte 5. Apresentação e análise de Resultados

Neste capítulo, apresenta-se e analisa-se o conteúdo das entrevistas realizadas. Os dados recolhidos empiricamente, permitem formular um quadro de compreensão da perceção política dos estudantes. Através da interpretação dos processos que contribuem no moldar das orientações, opiniões, atitudes e perceções. Construiu-se um puzzle das perceções desenvolvidas por meio das aprendizagens, experiências e observações pelas suas socializações, acerca das governações e períodos de crise socialistas. Acrescendo o entendimento da mediação dos ecossistemas de comunicação sobre os fatores sociais.

Atendendo aos objetivos, foram analisadas as experiências relatadas pelos participantes sobre as suas relações e discussões interpessoais. Tanto com os agentes de socialização como no envolvimento com os *media* e TIC, foram analisadas para compreender as suas perceções em períodos de crise. Produziu-se uma análise qualitativa *ad-hoc* das entrevistas, com auxílio da ferramenta MaxQda, explicitado em desenho metodológico. Procurou-se compreender as perceções e opiniões, através do cruzamento das entrevistas com os temas dos indicadores em modelo de análise, seguindo a lógica dos indicadores dispostos.

### 5.1. Apresentação e discussão dos dados

A recolha dos dados<sup>28</sup> procedeu-se de forma aleatória aos estudantes considerando as variáveis, com a totalização de 17 testemunhos. As entrevistas foram validadas pelos parâmetros apresentados no protocolo. O ponto de saturação da recolha de dados foi alcançado quando se verificou a repetição da informação, isto é, sem a adição de novas perspetivas significativas sobre as matérias políticas. Considerando-se assim, a suficiência de dados recolhidos para estudo e interpretação da perceção dos jovens. Contudo, os dados não podem ser extrapolados como representativos das perceções políticas dos jovens universitários portugueses, apenas apontam pistas discursivas para uma melhor compreensão da temática em estudo.

O objetivo de diversificação das entrevistas pela área de estudos, permitiu cumprir com o critério de abrangência das distintas áreas de saber. O tempo médio das entrevistas terá sido de aproximadamente 35 minutos. Denotou-se que quando os jovens demonstravam menos conhecimentos políticos ou interesse pela própria entrevista, as conversas estiveram balizadas entre os 19 e os 35 minutos. As entrevistas realizadas a jovens com que demonstraram maior

---

<sup>28</sup> A recolha de dados realizou-se por duas vertentes: 1) por método face-a-face e 2) recolha por meio de videochamada, após contacto ou referência de outros participantes. A limitação surgiu considerando a data de recolha de entrevistas em julho de 2024 em período não letivo, ao qual, os estudantes encontrar-se-iam deslocados.

interesse político, possuíram uma extensão temporal maior, cerca de 40 a 70 minutos de duração (a saber: P1, P2, P8, P13, P14).

A nível sociodemográfico a amostra recolhida, terá sido composta por estudantes com idades compreendidas entre os 18 e 26, constatam-se 12 elementos do género masculino, 5 do género feminino, não se configurando homogeneidade de género. Relativamente, à naturalidade e origem dos entrevistados, constatou-se uma multiplicidade de proveniência geográfica do território português. Os jovens proveem dos distritos de Santarém, Braga, Aveiro, Lisboa, Leiria, Bragança, Viseu, Portalegre, Porto, Castelo Branco. Embora se equacione uma proporção de participantes a sua amostra é considerada insuficiente para representatividade das regiões do país, no entanto, permissível para interpretação perante os objetivos delineados.

Nenhum dos estudantes apresentou ser trabalhador-estudante. O estrato socioeconómico revela-se, contudo, um fator. No tecido social português as desigualdades socioeconómicas sobressaem-se (Freire, 2022). Os entrevistados apresentaram uma equitativa consideração da classe social, como classe média.

Os participantes, todos estudantes da UBI, categorizam-se das diversas áreas científicas, que se tipificaram pelas faculdades da instituição de ensino superior: faculdade de ciências; faculdade de ciências sociais e humanas; faculdade de artes e letras; faculdade de ciências da saúde; faculdade de engenharia.

Cada participante entrevistado permitiu a sua gravação e registo de informações. Assim como a utilização das informações, posicionamentos e opiniões políticas para efeitos desta investigação<sup>29</sup>. A sua utilização não extrapolou para qualquer outro efeito que não este propósito. As informações sociodemográficas foram registadas e equacionadas descrevendo o perfil de cada participante:

**Tabela 5-** Caracterização de Cada Entrevistado

---

**P 1) DD, masculino, 23 anos**, natural de Torres Novas, Santarém, estudante 5º ano de Engenharia Aeronáutica, na Faculdade de Engenharia. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, irmã, e o próprio, de classe média. Duração de entrevista: 64 min.

---

**P 2) JM, masculino, 24 anos**, natural de Guimarães, estudante 5º ano de Biotecnologia, licenciado em Bioengenharia, na Faculdade de Ciências. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, irmã e o próprio, de classe média. Duração de entrevista: 43 min.

---

**P 3) DR, masculino, 22 anos**, natural de Aveiro, estudante 3º ano de Biotecnologia, na Faculdade de Ciências. O núcleo familiar é composto pela mãe e o próprio, de classe média baixa. Duração de entrevista: 37 min.

---

<sup>29</sup> Todos os participantes dispensaram a confidencialidade das informações prestadas, porém utilizou-se a configuração de P1-P17, de forma a agilizar a sua análise e interpretação dos dados ao longo deste capítulo.

**P 4) CC, masculino, 21 anos**, natural de Águeda, estudante 3º ano de Química Industrial, na Faculdade de Ciências. O núcleo familiar é composto pela mãe, pai, irmã e o próprio, de classe média. Duração de entrevista: 25 min.

---

**P 5) TN, masculino 22 anos**, natural de Torres Novas, Santarém, estudante 3º ano de Biotecnologia, na Faculdade de Ciências. O núcleo familiar é composto pela mãe, pai, irmã e o próprio, de classe média. Duração de entrevista: 31 min.

---

**P 6) BF, feminino, 23 anos**, natural de Lourinhã, Lisboa, licenciada em Bioengenharia e atual estudante no 5º ano de Bioengenharia, na Faculdade de Engenharias. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, irmã e a própria, de classe média baixa. Duração da entrevista: 26 min.

---

**P7) BM, feminino, 23 anos**, natural de Fátima, Santarém, estudante do 3º ano de Biotecnologia, na Faculdade de Ciências. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, irmãos e a própria, de classe média. Duração da Entrevista: 16 min.

---

**P 8) VF, masculino, 23 anos**, natural de Avelar, Leiria, licenciado em Psicologia e atual estudante no 5º ano de Psicologia Clínica da Saúde, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. O núcleo familiar é composto por pai, mãe e o próprio, de classe média baixa. Duração de entrevista: 60 min.

---

**P 9) GN, masculino, 21 anos**, natural de Bragança, estudante do 4º ano de Arquitetura, na Faculdade de Engenharias. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, o irmão e o próprio, de classe média alta. Duração de entrevista: 25 min.

---

**P 10) AS, masculino, 18 anos**, natural de Alcanena, Santarém, estudante no 1º ano de Psicologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, duas irmãs, e o próprio, de classe média baixa. Duração de entrevista: 51 min.

---

**P 11) CF, feminino, 23 anos**, natural de Vila Nova de Paiva, Viseu, licenciada em Ciências da Comunicação, e atual estudante no 5º ano de Marketing, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, o irmão e a própria, de classe média. Duração de entrevista: 31 min.

---

**P 12) MC, feminino, 23 anos**, natural de Portalegre, licenciada em Ciências da Comunicação, e atual estudante no 5º ano de Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas, na Faculdade de Artes e Letras. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, a própria, de classe média. Duração de entrevista: 30 min.

---

**P13) MP, masculino, 20 anos**, natural de Paços de Ferreira, Porto, estudante no 3º ano de Ciência Política e Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, duas irmãs e o próprio, de classe média baixa. Duração de entrevista: 45 min.

---

**P 14) AM, masculino, 26 anos**, natural de Barcelos, licenciado e mestre em ciências biomédicas, e atual estudante de doutoramento em Ciências Biomédicas, na Faculdade de Ciências da Saúde. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, dois irmãos e o próprio, de classe média baixa. Duração de entrevista: 44 min.

---

**P 15) GC, masculino, 21 anos**, natural da Covilhã, estudante no 3º ano de Marketing, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. O núcleo familiar é composto por pai e o próprio, de classe média alta. Duração de entrevista: 28 min.

**P 16) RA, feminino, 24 anos**, natural de Santarém, licenciada em Ciências Biomédicas Laboratoriais, atual estudante do 1º ano de Medicina, na Faculdade de Ciências da Saúde. O núcleo familiar é composto por pai, mãe, o irmão e o próprio, de classe média. Duração de entrevista: 17 min.

Fonte: Elaboração Própria

Numa primeira fase, pós transcrição, procedeu-se à sua colocação integral na ferramenta MaxQda, registando-se codificações iniciais. Nas fases exploratórias da análise e organização da informação, por Daymon e Holloway (2011), é necessário dar significado e interpretar as informações trazidas à conversa pelos participantes, não existindo regras objetivas no processo interpretativo e respetiva codificação. Desenvolvendo-se uma categorização interpretativa das respostas, considerações ou opiniões. A própria codificação permite uma organização das informações, procurando sistematizar fenómenos de forma criativa, porém também analítica. Com a finalidade de representar secções textuais mais reduzidas que sirvam de evidência para justificar um processo de análise à interpretação, ou seja, reproduzindo o seu significado (Daymon e Holloway, 2011, p. 306).

Numa segunda fase, na idealização da sumarização dos fenómenos constatados nos relatos, a segunda aproximação da codificação, incidiu por uma organização face ao desdobramento dos indicadores formulados em Modelo de Análise. Uma primeira evidência acerca dos participantes no estudo atesta que os jovens mais politizados, desenvolveram respostas e relatos mais ricos para o debate. Demonstrando-se também pela sua amplitude de resposta e entrevista, e respetiva argumentação de opinião.

A apresentação e discussão dos resultados equaciona a lógica dos indicadores. Desenvolvendo-se as dimensões de perceção socializada, consumos mediáticos de natureza política, ou seja, uma perceção mediatizada, e perceção das questões políticas. Pelas três dimensões englobaram-se os parâmetros de análise: 1) aferir a obtenção e os conhecimentos políticos dos participantes; 2) compreender a presença do ecossistema de comunicação nos processos e perceções dos jovens; 3) compreender as perceções e atitudes dos jovens das governações e crises socialistas.

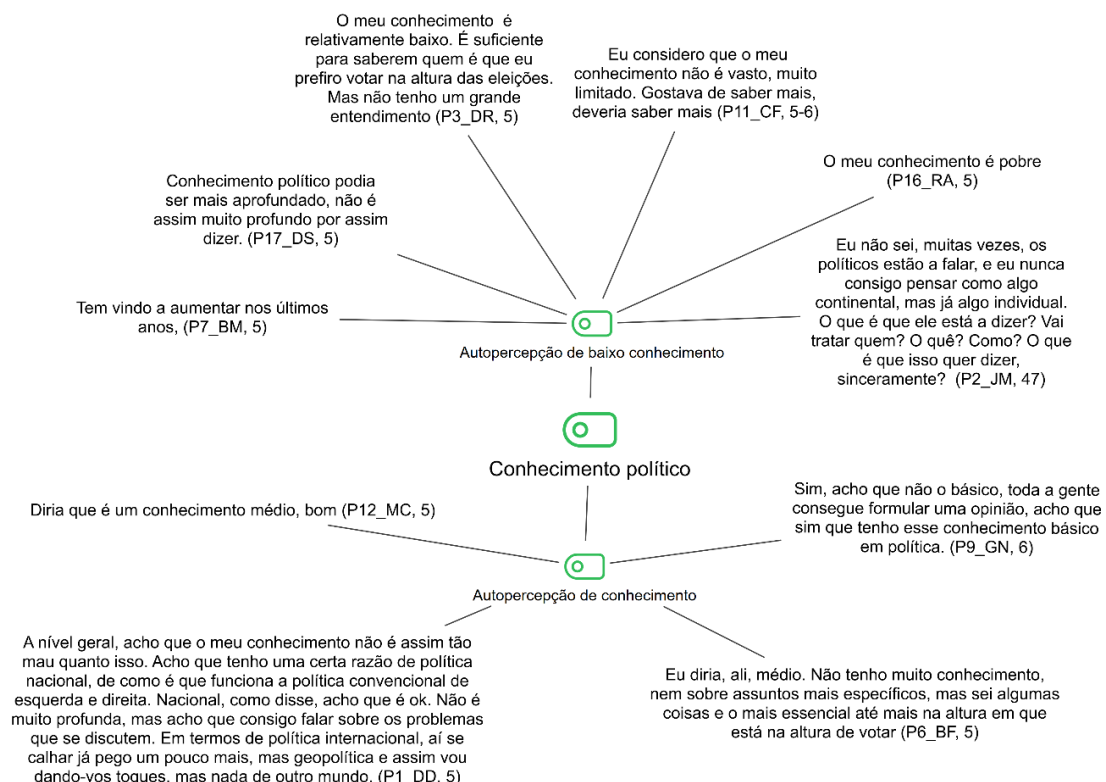
Discutindo-se a interpretação dos dados recolhidos por codificação numa exploração dos fenómenos associados à perceção dos jovens em períodos de crise (Daymon e Holloway, 2011). A utilização da ferramenta MaxQda possibilitou agrupar a codificação apresentado por grafos, as evidência dos resultados. Focou-se em compreender os processos de formação de perceções políticas dos participantes, partindo para a efetivação de uma interpretação seguindo os indicadores em modelo de análise.

## 5.2. A Percepção Socializada

Na primeira dimensão, incidiu-se a autopercepção dos jovens sobre os seus conhecimentos, orientações e valores políticos ao longo das suas experiências. Num debate do envolvimento dos agentes de socialização no processo da aprendizagem (Hyman, 1959; Sigel, 1965). Tal como as suas considerações acerca das orientações políticas e níveis de confiança as instituições políticas. Numa percepção socializada, agentes primários, família, escola, e pares, revelaram importância na dimensão do desenvolvimento de percepções.

### 5.2.1. Autopercepções de conhecimento político

Considerou-se num primeiro plano como os jovens constatarem os seus próprios conhecimentos. Os conhecimentos políticos, podem ser a base do envolvimento político, interesse e participação. Incentivando ao desenvolvimento de valores e atitudes cívicas (Neundorf e Smets, 2017; Owen e Soule, 2015). Alinhado aos objetivos, para entender a Percepção dos jovens, averiguou-se as suas próprias considerações no entendimento dos seus conhecimentos políticos. Através das suas autocaracterizações, analisado pela codificação “Conhecimento político” refletiu-se o grafo 1.



**Grafo 1.** Excertos por Codificação "autopercepção conhecimento político".

Fonte: MaxQda.

Constatou-se que os jovens produziram uma autoavaliação dos seus conhecimentos políticos, e de como se relacionam com a política nacional e internacional. Esta primeira abordagem possibilitou aproximar ao sujeito político dos participantes, ponderando-se sobre as motivações que convergissem nos seus valores políticos. A autopercepção dos seus conhecimentos políticos, revela uma ligação entre os conhecimentos e o interesse político. Evidenciando as suas posições acerca de questões políticas.

Por uma autoavaliação crítica das suas capacidades de compreensão política, a maioria dos participantes considerou que os seus conhecimentos seriam “limitados”, reconhecendo que poderiam ser “mais amplos”. Esta percepção revela um interesse em saber mais, conforme apresentado em grafo. De acordo com Dalton e Shin (2014) e Ognyanova (2022) o conhecimento político é necessário para a desconstrução das complexidades políticas. A ausência de uma base sólida de conhecimentos políticos pode ser fator no produzir julgamentos fundamentados em percepções, e não em informação de conhecimento das matérias e normas. Refletindo-se negativamente nas práticas democráticas e cívicas. Destacou-se, no entanto, um nível consistente de compreensão básica nos participantes, perante as questões realizadas ao longo das entrevistas.

Observando-se que os jovens apresentaram conhecimentos políticos ao demonstrarem compreender as temáticas em estudo. Assim como formularem opiniões e posicionamentos. A aprendizagem pode não proporcionar conhecimentos aprofundados de todos os contextos políticos (Dalton e Shin, 2014), mas permite, ainda assim, a sua interpretação. Os participantes representaram opiniões ao longo das matérias seguintes. Indicativo como sugerem Sigel (1965) e Neundorf e Smets (2017), a socialização é um processo gradual que dota os indivíduos de valores e conhecimentos. Embora considerem os seus conhecimentos limitados, encontram-se socializados das matérias políticas. Os elementos de menor conhecimento ou “mais limitados”, retrataram-se por: P4, P7, P16 e P17. Caracterizado por menor interesse e reflexões em respostas, espelhado nos seus tempos de entrevista.

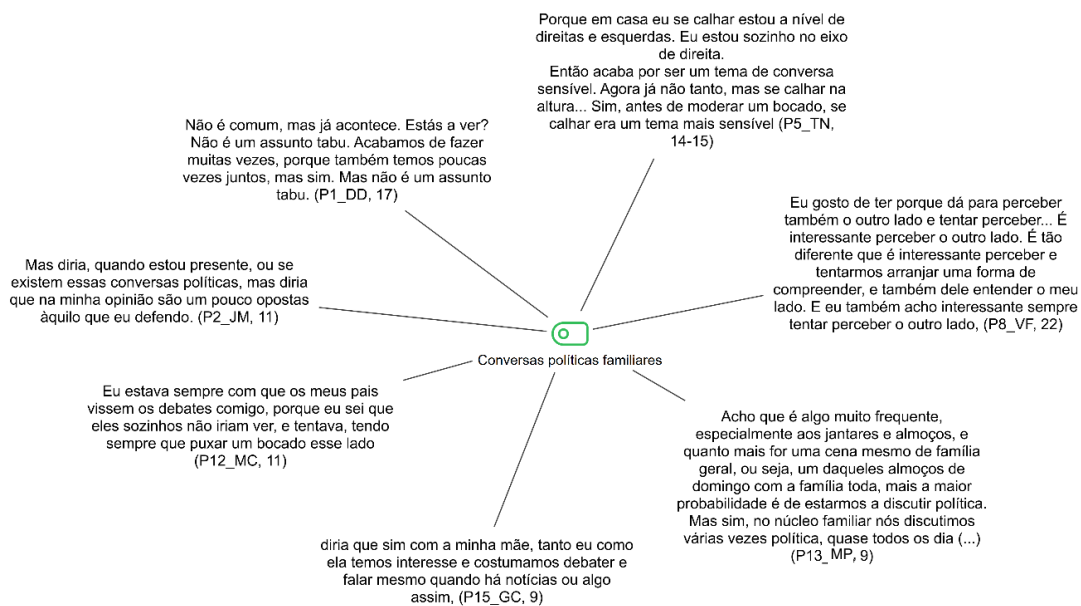
Constatou-se que quanto maior a sua consideração de conhecimento, maior seria o envolvimento para discussão de ideias. Confirmando as posições de Owen e Soule (2015) e Neundorf e Smets (2017) que uma base conhecimento político, efetiva o incentivo ao envolvimento político. Não ocorrendo equidade ao seu o inverso, pelo exemplo, que P2 e P3 demonstraram interesse no envolvimento das ideias, embora relativizassem o seu conhecimento político. Considerando possuir “conhecimento suficiente para saber em quem votar” (P3, DR) e “Sei quais são os partidos existentes. Quem os representa, mas os seus valores, missões, e o que defendem, não diria” (P2, JM), contudo desenvolveram reflexões ou posições em outros tópicos ao longo das entrevistas.

Pontualmente, o elemento que se autoavaliou mais politizado, terá sido P13, “se tivesse que classificar de zero a 10, diria 10, (...) o conhecimento que tenho é essencialmente científico, e não é documentarismo, não é um conhecimento amador de política, é um conhecimento mais científico e mais empírico.” (P13, MP). Além de ser demonstrativo de conhecimento e interesse ao longo da conversa. P13, sendo o que se considera mais politizado revelou interesse pela discussão política no seu dia a dia, refletindo sobre perspectivas específicas, como a exploração espacial e os contextos sociopolíticos. Considerando-se a sua afinidade pelo percurso académico da área científica de ciência política, e envolvimento em atividades extracurriculares de natureza política possuindo mais conhecimento sobre matérias políticas e teóricas. No entanto, ao se estabelecer uma correlação entre a autoperceção de conhecimentos e as áreas de estudo dos participantes, não foi encontrado nenhuma evidência substantiva.

### **5.2.2. A transmissão de conhecimentos por agentes de socialização**

A socialização política dos jovens encontra-se caracterizada pelas interações com os agentes de socialização. A família como o primeiro agente de socialização dos jovens aporta a relevância como o primeiro contacto da transmissão de valores, normas ou orientações política (Jennings, 2015; Jonhson e Alabi, 2019; Paletz et al., 2016). Para se compreender o papel do agente de socialização primário, a família, representou-se a codificação “conversas políticas familiares”. Em alinhamento aos indicadores, procurou aferir-se, se os jovens debatem ou discutem sobre temas de política no seio familiar e quais os seus possíveis efeitos. Andolina et al. (2003) referiam que as conversas familiares incentivavam os jovens a preocupar-se pelo mundo à sua volta, conseqüentemente pelo envolvimento e participação cívica.

Constatando-se a relevância do seio familiar para o próprio interesse político dos jovens. A família demonstrou-se como promotora da discussão política para os estudantes. Tal como transmissão de orientações políticas, seja explorada direta ou indireta pela assimilação ou rejeição dos valores e orientações dos pais (Andolina et al., 2003; Hatemi e Ojeda, 2021). Os interesses e transmissão estas conversas em âmbito familiar encontram-se manifestados grafo 2.



**Grafo 2 - Excertos por Codificação "conversas políticas familiares".**

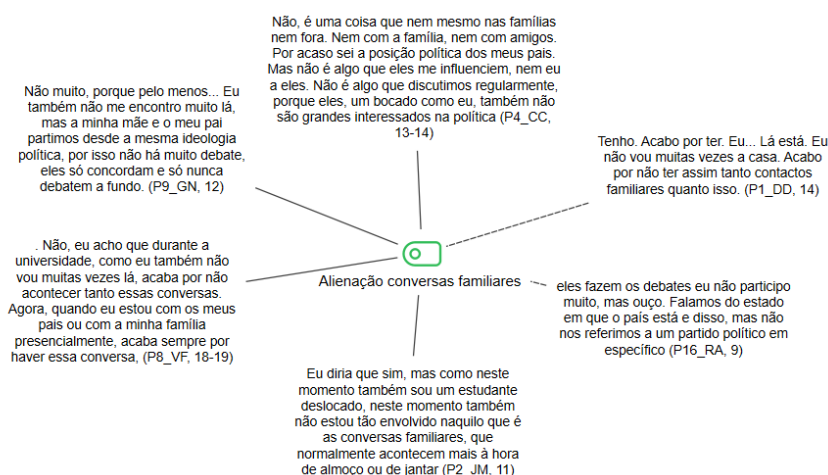
Fonte: MaxQda.

Interpreta-se que as famílias dos jovens são promotoras do debate político, especialmente quando se encontram presentes em seio familiar. Aferindo-se que as conversas familiares promovem práticas cívicas e são um estágio importante para o desenvolvimento de valores e orientações dos jovens (Cornejo et al., 2021; Ekström e Östman, 2013). Os estudantes demonstraram expressividade durante relatos dos debates e conversas políticas familiares, revelando interesse pelos mesmos. Destacou-se o papel dos próprios na promoção da discussão, verificando-se uma relação bidirecional, similar às interações dos agentes no modelo integrado de Farnen (2007). Ao qual, o agente “família” incentiva os jovens, mas os jovens também são variáveis na promoção de conversas políticas entre os membros familiares. Como aponta P12 em grafo “porque eu sei que eles sozinhos não iriam ver, e tentava puxar”, refletindo a tentativa de promover o debate ou incentivar a assistir conteúdos políticos em casa com os seus familiares.

Outro dado reflete que as conversas políticas familiares extrapolam o seio familiar de “casa”. Os jovens ao serem questionados se “em tua casa é habitual falar-se sobre política”, apresentam respostas com referência além dos seus pais. Perpassando para irmãos, avós, primos, tios ou convívios familiares. Validando a afirmação que o fenómeno da socialização e transmissão de valores possa ocorrer também através de ramificações familiares (Eckstein et al., 2018; Gidengil et al., 2021). Ampliando a capacidade de as conversas familiares possuírem implicações nas interpretações políticas e orientações (Ekström e Östman, 2013). Exemplo, “Eu era muito próxima do meu irmão, mas acho que agora tem sido muito machista (...) está sempre a falar do Chega e irrita-me” (P7, BM). Outro testemunho que vai no mesmo sentido

alega o seguinte: “acho que o debate começa muito mais da minha parte, a querer perceber o porquê deles terem essas opiniões (...) não só com os meus pais, com a família alargada no Natal, na Páscoa, quando nos encontramos” (P8, VF). Aproximando ou dissociando de orientações, interessando-se ativamente pelas orientações políticas familiares (Paletz et al., 2016).

Emergem, dois tipos, de alheamento<sup>30</sup> das conversas políticas em contexto familiar: “desinteresse” ou serem “estudantes deslocados”, como no seguinte grafo 3. O alheamento por deslocação é referida nos relatos, pela situação de “não nos encontrarmos tanto em casa”. Por outro lado, o desinteresse nas conversas políticas com familiares, demonstrou-se em dois elementos P4 e P16, que relataram não possuir interesse em participar nas mesmas. Contrastando, com a generalidade, em que os jovens, envolvem-se nas conversas em seio familiar, considerando-as essenciais.



**Grafo 3.** Excertos por Codificação "alienação de conversas políticas familiares".

Fonte: MaxQda.

No entanto, não se reflete em todos os participantes, P15 e P17 são elementos oriundos da Beira Interior, ao que ambos, coabitam diariamente com os seus familiares. Os restantes participantes devido à deslocação, não interagem politicamente com a família no quotidiano letivo. A evidência, contudo, reflete a permanência de interesse em existir conversas política familiares, quando em seio familiar. Equacionando, que os hábitos de interesse político podem permanecer ao ganharem autonomia (Bhatti e Hansen, 2012).

Os valores e orientações políticas, pelo fenómeno da transmissão intergeracional, observou-se pela similaridade das posições ideológicas dos jovens com os seus familiares (Aggeborn e Nyman, 2021). A congruência surgiu sem relação a um espectro ideológico em concreto. Exceto uma relação em que 5 dos participantes, referiram ter uma divergência com as orientações dos

<sup>30</sup> Por alienação entende-se no sentido de desconexão, afastamento ou apatia das conversas familiares.

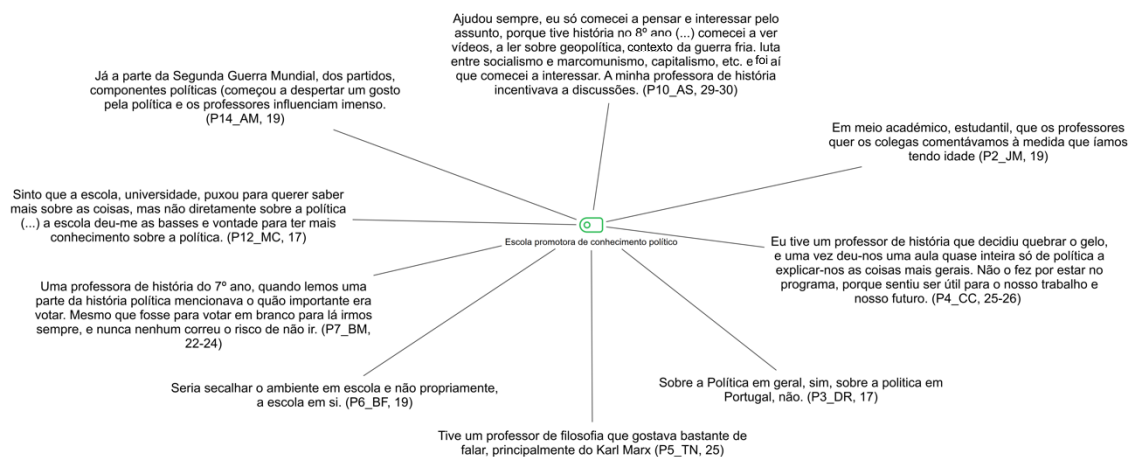
familiares: P2, P4, P5, P7, P8. A dissociação justificou-se pelo ceticismo e criticismo dos valores dos pais. Em resposta da aproximação dos familiares a extremos políticos; ou por contradição aos seus valores, refletindo-se as experiências pessoais como elemento nas orientações políticas. Como vimos em P7. Padrões de um estágio de início de independência, afluindo a percepções de divergência dos valores dos familiares pelo desenvolvimento individual, que podem motivar atitudes de rejeição (Hatemi e Ojeda, 2021; Paletz et al., 2016). As discordâncias referenciadas por alguns dos participantes, ainda apontam a caracterizações dos mais velhos serem mais “conservadores”, e que as gerações mais novas, serem mais “liberais”.

Denotou-se uma afinidade pelas suas orientações e memórias de conversas familiares. As memórias dos jovens, pelas Memórias Socializadas, relembram temáticas em discussões ou conversas em casa, sobre períodos de crise ou escândalos. As memórias distantes de eventos de crise, surgem nos relatos como crises económicas, ou o caso expressivo da ‘troika’:

Uma memória mais distante, seria quando começou a fase da Troika que foi em 2011, em que acabaram por ser abertos muitos despedimentos em massas, foi a questão do desemprego, e as pessoas que não tinham nenhuma comida, e que a política só estava a roubar. (P2, JM).

As memórias remetem a uma proximidade ao período da grande recessão europeia e de Portugal. Assim como, a consideração de memórias pelo crescimento do partido Chega. Embora acontecimento mais recente, aparenta ser impactante nas percepções dos estudantes, caracterizado ao longo desta análise.

De um ponto de vista de transmissão deliberada, existe Politização pelo ensino escolar? Nos relatos, a escola possui um papel preponderante da socialização. Isto é, pela codificação “transmissão instituição escolar”, permitiu compreender que a escola teve um papel de promotor político nas experiências dos estudantes (Resende e Caetano, 2017). Porém, nas considerações dos participantes ao serem questionados sobre a relação de aprendizagem de conhecimentos políticos, refletiram uma retração. O ambiente escolar, demonstrou-se fator de interesse político e promoção ao conhecimento, evidenciando no grafo 4,



**Grafo 4.** Excertos por Codificação "escola promotora de conhecimento".

Fonte: MaxQda.

A interação do ambiente escolar, seja pelos conteúdos lecionados em disciplinas de história ou incentivo do professor, demarca instituição escolar como um agente fomentador ao interesse político. Alinhando-se a figura do professor como incentivo e influência nos valores e atitudes cívicas (Sampermans e Claes, 2018). Não obstante, observações críticas surgem quando se equaciona a transmissão de conhecimentos políticos aprendidos. Sejam eles nos conteúdos programáticos, seja pela instrução de conhecimentos, abordando a disciplina de “educação cívica” ou “cidadania”. Todos os participantes consideraram a ineficácia dos conteúdos curriculares na transmissão de conhecimentos básicos, ou mesmo constando-se uma “carência” ao nível no ensino. Contrariando a eficácia da educação cívica sobre os jovens, numa perspectiva de limitações da instrução das competências cívicas por parte dos conteúdos de cidadania (Gomes Dias e Hortas, 2020; Menezes, 2003). A escola surge com papel simbólico de incentivo derivado do ambiente socialmente interativo, mas interpreta-se ineficaz na construção da base sólida de conhecimentos políticos.

A instituição escolar propicia, assim, a uma interação com grupos de pares<sup>31</sup>, como os amigos, colegas ou colegas de atividades extracurriculares. As discussões entre pares, horizontalmente demonstraram grau de importância nas percepções dos jovens perante as questões políticas. Existindo interações relacionais com amigos e colegas, que também elas refletem uma promoção de interesse ou consumo sobre assuntos políticos (Ekström e Östman, 2013; Tabatadze et al., 2023).

Demonstraram que possuem elevado nível de interação sobre política com os pares, desde debates políticos, a serem próprias fontes de conhecimento político (Jonhson e Alabi, 2019), pois “eu gosto de ter só pelo exercício da argumentação” (P1, DD). Considerando que as

<sup>31</sup> Nenhum dos participantes seria trabalhador-estudante, como referido em descrição sociodemográfica, excluíram-se além do âmbito escolar, focando apenas amigos, colegas às atividades extracurriculares.

“discussões entre amigos é muito uma partilha de ideias, crescendo mais, tenho mais discussões dessas (...) porque as pessoas que me rodeiam também se interessam mais por isso” (P12, MC), porém que estas conversas assumem maior protagonismo em ocasiões concretas, como o período eleitoral ou quando ocorre algum escândalo político; “quando Existe alguma situação, eleições, mas costumo ter uma posição calma nas discussões” (P15, GC). Verificando-se o interesse em momentos de maior atenção política e mediática.

Investigando a relação entre a participação de atividades políticas e um maior interesse pelo envolvimento político, aferiu-se as atividades extracurriculares<sup>32</sup>. Através da codificação “participação e associativismo político”, as experiências diretas demonstraram-se moldadoras de atitudes, existindo um impulsionar do envolvimento dos participantes (Silva et al., 2022). Assim como, um espírito crítico perante as questões políticas e sociais. A relação entre o interesse e participação política de atividades extracurriculares (apresentado em ponto seguinte), correlacionam-se que os jovens que apresentaram um maior interesse pela dimensão política, como P1, P8, P9, P10, P13, P14, participaram ativamente ou estiveram afiliados a partidos políticos.

As ligações de participação à política são equacionadas por alguns participantes que tiveram variadas experiências ou projetos de cariz político, P1, pertencente do “Conselho Municipal da Covilhã” e uma associação cultural, referiu participar em eventos políticos da cidade; P9 terá sido membro fundador de uma comissão de mobilização à manifestações por direitos individuais; e P13, “escrever cartas ao PRP”, voz da UBI em representação na UE, no *European Student Assembly*, à “associação 230” na promoção de literacia cívica e política dos jovens.

Registou-se ainda a participação em manifestações de cariz político ou social, como P3, P8. Outros, P7, P10, P12 e P17 concorreram à iniciativa de “Parlamento dos Jovens” no ensino secundário participando em debates, todavia não efetivando o programa. Enquanto P11 pertenceu às mesas de contagem de votos. Entre os jovens com afiliação partidária, destaca-se P9, ex-membro do BE e PCP, P10 membro da Juventude Popular, P13 da Juventude Socialista, e P14, da Iniciativa Liberal. Pelas motivações de:

Fruto também do que já os vinha acompanhando há muito tempo, e depois das eleições de 2019, com o trabalho do João Coutinho Figueiredo na Assembleia da República, foi notório os temas que apenas uma pessoa conseguia, apenas um deputado conseguia trazer. A forma como fazia, a forma, elevada e construtiva (P14, AM)

As formas de participação evidenciam que os jovens mais politizados tendem a envolver-se em juventudes partidárias ou em atividades com forte componente cívica e associativa. Remontando, que o conhecimento político possa propiciar ao interesse e envolvimento cívico,

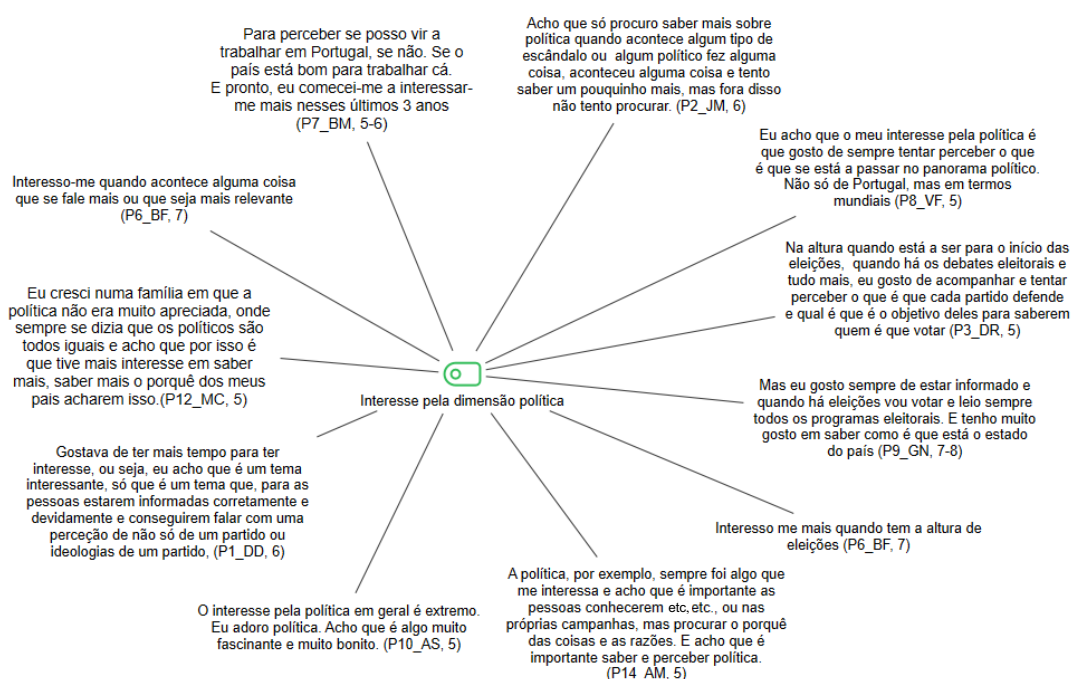
---

<sup>32</sup> Em estudo as atividades extracurriculares, aferiu-se apenas as atividades de âmbito político como mencionado em indicador: associativismo, afiliação partidária, ou ativismo, como em manifestações.

num processo de mudanças e maturação (Neundorf e Smets, 2017), mas também que, mesmo com conhecimentos políticos limitados, alguns jovens manifestam interesse em participar civicamente. Refutando a ideia de afastamento e desmobilização dos jovens, constatando-se que aqueles afiliação ou envolvimento cívico, tendem a possuir um maior interesse em participar politicamente (Silva et al., 2022). Como no caso de P1 e P13, por áreas mais especializadas extracurriculares. Sequencialmente, aprofunda-se como os interesses se traduzem nos posicionamentos e percepções de representatividade.

### 5.2.3. Do interesse político ao posicionamento ideológico: (des) representação e objeção aos extremos

As motivações da aprendizagem, como de interesse político, apresentaram-se variadas pelas crenças e valores. Interpreta-se que os jovens encontram-se numa fase transitória de ciclo de vida, em que o seu interesse pela política está em desenvolvimento ou maturação. Impulsionado pelas experiências sociais, contextos de aprendizagem e os agentes socialização como os pares, a família, ou mesmo os desafios da vida adulta, que desempenham um papel determinante no processo (Niemi e Sobieszek, 1977; Rudolph, 2022). Representado em grafo 5, explorou-se as considerações de interesse manifestados pelos jovens.



**Grafo 5.** Excertos por Codificação "interesse pela dimensão política".

Fonte: MaxQda

Observou-se uma tendência generalizada de interesse pela política. As considerações pessoais, revelam que a maioria dos jovens expressa ter interesse pela dimensão política,

particularmente, em altura de eleições. Nomeadamente, aqueles que expressaram maior interesse, alegam: um interesse aprofundado pela dimensão política, de querer desenvolver conhecimentos; um interesse pela informação, para estar atualizado e informado sobre acontecimentos políticos; um interesse para compreender os contextos políticos, as políticas e os acontecimentos. Seja, durante atos legislativos, ou períodos que considerem relevantes. Como, fenómenos de escândalos, crises ou situações de preocupação. Surgindo-se apenas uma exceção da referência de desinteresse por P16.

As motivações pelo interesse político, justificam-se também por preocupações pela próxima fase do ciclo de vida, como aponta P7 (em grafo), e P5:

Quando na altura que fiz 18 anos passei a ter maior interesse na política. Comecei por ter vários amigos que davam várias opiniões e a comentar que na altura percebiam mais de política do que eu. Comecei a ganhar algum interesse, comecei a pesquisar, a ver mais notícias. Comecei também a prestar mais atenção às notícias em geral quando se tratava de crises políticas a nível mundial (P5, TN)

Desconstrói-se uma ideia que existe necessidade de compreenderem e consumirem política pelas preocupações futuras. A ligação entre a procura de conhecimentos políticos e o interesse político, demonstra-se, assim, por uma evolução da maturação individual da sua relação com a política (Magalhães e Moral, 2008; Neundorf e Smets, 2017). Evidenciando-se, no relato de P5, um fator crucial da necessidade de aprendizagem, pela socialização política com os pares. Não só, a socialização horizontal surge como incentivo à procura de conhecimentos políticos, como é associada à discussão entre eles, fomentando o próprio interesse. A socialização política expressa-se ainda, associada ao relato de P12 (em grafo), refletindo um posicionamento de interesse político, face a uma procura de compreensão do desinteresse do seio familiar.

O alheamento ao interesse, pontualmente, limitou-se a fatores externos, que seriam considerados por “falta de tempo”. P1, justifica que,

Gostava de ter mais tempo para ter interesse, acho que é um tema interessante, só que para as pessoas estarem informadas corretamente, e conseguirem falar além de um partido (...) comparar ideias diferentes, é preciso ler muito e sinto que não tenho muito tempo (P1\_DD, Pos. 6).

Numa justificação convergente a P2 e P8, que “atualmente, as pessoas têm, de cada vez menos tempo, o tempo está contado” (P2, JM). Associando a falta de tempo à vida estudantil, “eu confesso que com a universidade, não tenho tanto tempo como queria” (P8, VF).

A tomada de posicionamentos políticos, aproximam os jovens de uma vertente da compreensão necessária para se alocarem perante as orientações face os seus valores e crenças do sistema político. A cultura política portuguesa caracteriza-se pela pluralidade de um sistema liberal e multipartidário (Braga e Serfaty, 2019; Freire, 2022). Os jovens categorizaram-se em diferentes posicionamentos ideológicos no espetro de esquerda-direita portuguesa. Sendo

possível identificar as diferentes ideologias políticas de cada participante entrevistado. Alguns dos estudantes exprimiram, diretamente, os partidos preferenciais, ou aos quais, votaram nas últimas legislativas<sup>33</sup>. A tabela 6, representa as aproximações partidárias dos participantes:

**Tabela 6.** Ideologias Políticas dos jovens

<b>Ideologias</b> <sup>34</sup>	<b>Participantes</b>
Esquerda (PCP, BE, Livre)	P2, P7, P8, P9, P13
Centro-Esquerda (PS)	P3, P6, P15, P17
Centro-Direita (PSD)	P1, P4, P11, P16
Direita-Liberal	P5, P12, P14
Direita Cristã	P10

Fonte: Elaboração própria

Observou-se que as posições ideológicas dos estudantes em análise, predisõem-se tanto à esquerda como à direita, sem diferenças significativas. Os posicionamentos, com base nas suas crenças e valores, dirigiram-se pelos fatores: socioeconómicos, o crescimento económico, o combate às desigualdades, igualdade de género, entre outros. Reflete-se uma ambiguidade das aproximações tanto à esquerda, quanto à direita. Convergindo também pela preferências de partidos centrais e por uma desaprovação dos extremos políticos, aproximando-se da averiguação de Costa (2022). Adicionalmente, da discordância de populismos, relacionando-se pelas questões socioeconómicas e níveis de escolaridade, como variáveis de eficácia.

Vejam, as suas perceções perante o ciclo de vida, isto é, as fases de transição e idade, equacionaram uma avaliação de contestação entre as populações mais novas e os mais velhas. Com considerações das suas posições e conhecimentos: “Eu acho que há muita gente que tem uma perspetiva mais conservadora porque são de outra época, então isso acaba por me deixar um bocadinho apreensivo” (P8, VF). Representativo de uma perceção de que os mais novos possuem posições mais liberais, e os mais velhos mais conservadores:

Por exemplo, a geração mais nova, eu e a minha irmã, as minhas primas, somos gerações mais liberais, não tanto conservadoras. Aliás, os meus pais são um bocadinho mais à direita, se eu for ver os meus tios, se calhar são um bocadinho mais à esquerda. Mas, se fores ver a geração que vem a seguir, os primos, a minha irmã e a minha prima muito mais à esquerda do que os meus tios (P1, DD)

Mesmo num aproximar das ideologias políticas a uma dimensão geográfica do país. Similar a relatos no estudo de Matos et al. (2023), apontando que os círculos eleitorais ou regiões seriam variantes de orientações. Os elementos provenientes do norte do país, percecionam que as

<sup>33</sup> Recordar-se que a recolha de dados desenvolveu-se em julho de 2024. Pelo que, o último ato legislativo surge em março de 2024, após dissolução da AR perante Demissão de António Costa, na sequência da Operação *Influencer* (consultar Tabela 2).

<sup>34</sup> As ideologias presentes ou assimilação partidária, na tabela 6, refletem a posição dos jovens pelas suas considerações. Nas suas próprias interpretações de categorização partidária do espectro político português. A amostra não é representativa de todos os estudantes universitários portugueses, apenas dos participantes.

ideologias políticas dos indivíduos das suas regiões são mais aproximadas à direita do espectro político. Tal como, uma tentativa de associação ao conservadorismo:

O Norte é muito mais alinhado à direita e ao PSD, um meio do PSD, do que em baixo no sul. E no que toca a Barcelos em concreto, sempre foi um grande bastião do PSD. A Câmara de Barcelos foi durante quase 40 anos, ou 40 anos, PSD em Barcelos. PSD foi interrompido, mas isso foi por causa de um negócio, na Câmara Municipal, que eles saíram de lá. Mas pronto, se não seriam lá à direita (P14, AM)

As justificações dos jovens por aproximações à esquerda ou centro-esquerda, revelaram uma ambiguidade. Evidenciando dificuldades em apontar as motivações dessa preferência partidária. Fenómeno que deixa em aberto efeitos provenientes das suas socializações políticas, caracterizadoras das suas opiniões e orientações políticas (Ognyanova, 2022; Rudolph, 2022). Como exemplo, “tudo o que é extremo é mau, e eu não me identifico com a extrema esquerda, mas também não me identifico com a parte central (...) então se tivesse de escolher, eu diria mais à esquerda” (P2, JM), igualmente porque “vendo os partidos, identifico-me com os que estão mais ao centro, mas mais virados à esquerda. Ou com algumas ideologias mais à esquerda, que à direita” (P6, BF).

Justificação comum entre os participantes de aproximação à esquerda, apontando uma ténue manifestação de sensação de falta de representatividade pelos partidos do sistema político português. Como P9, “esquerda 100%. Eu acho que não há nenhum partido em Portugal que eu me consiga encaixar a 100%. Mas já fui afiliado ao BE e ao PCP” (P9, GN). Representativo de uma “conformidade” na orientação política pelos valores pessoais. Justificando-os pelos fatores sociais. Como P13,

Eu diria que me aproximaria mais a uma agenda política de esquerda, centro-esquerda, progressista e europeísta. (...) tem muito a ver com o socioeconómico, barra social. Venho de uma família não muito abastada, as oportunidades foram escassas e acho mesmo que o modelo do nosso país já é de desigualdade, por isso precisamos mais de uma ideologia que com base no Estado combata as desigualdades, e ter paridade nas oportunidades (P13, MP)

Residualmente, posições menos comuns nos participantes, P10, referiu um posicionamento ideológico pela sua relação com uma vertente Religiosa. O único, demarcando-se por coligação à religião neste estrato em estudo. Revelando que o modelo integrado de Farnen (2007), ao ter a religião como fator, permaneça a fazer sentido, ser variável nas socializações políticas. Na sua perspetiva aloca-se à direita do espectro político português pelo “conservadorismo liberal e democracia cristã” (P10, AS). Referindo que sente que em Portugal não existe realmente um partido que seja representativo das suas ideologias, sendo aquele que mais se aproxima o “CDS, é o que mais me aproximo, evidentemente, a juventude popular” (P10, AS). Manifestando a sua posição, “revejo-me vejo na democracia cristã, porque, a um certo ponto na história, é criada num contexto da guerra francesa. E, portanto, eles tentam juntar o melhor do

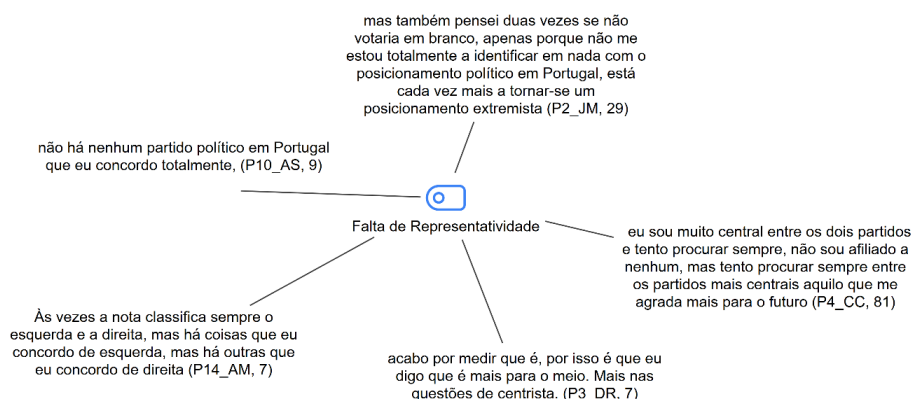
capitalismo e o melhor do socialismo, e juntam o liberalismo com o estado de providência para dar às pessoas que não têm as condições pelo menos casa e comida” (P10, AS).

As aproximações dos jovens à proximidade do espectro de partidos associados à direita, não representaram uma forte evidência explicativa. P5, P10, P12 e P14, associando-a principalmente ao parâmetro económico. P10, caracterizou uma aproximação a padrões liberais, “em termos económicos, sou completamente liberal, apesar de ainda haver estado de providência, sem dúvida, o estado de providência é essencial” (P10, AS), mas mantendo uma valorização da necessidade do lado social. Aproximando-se por motivações económicas do espectro, mas possuindo os ideais ou valores do eixo esquerdo. Como P14 apontou,

Classifica-se sempre a ‘esquerda e a direita’, mas há coisas que eu concordo de esquerda, há outras que eu concordo de direita. O que mais me identifico, por exemplo neste caso, é o liberalismo, no sentido da parte liberal social, económica e política. São os três eixos que acho que é importante e o liberalismo social vai buscar muito, por exemplo, o que é defendido, as grandes bandeiras da esquerda, vai ser muita dessa componente que está lá (P14, AM)

Constatando-se, ainda, que os jovens entrevistados ao segmentarem os seus valores, consideram que a política portuguesa não predispõe de grupos partidários que sejam representativos dos seus valores e crenças. Evidência observada em elementos de ambos os quadrantes do espectro.

A consideração de um sentimento generalizado de “falta de representatividade”, representa-se no grafo 6, por referirem uma equiparação entre os dois partidos tradicionais centrais. Contudo, considerando-se centristas por reconhecerem possuir identificação com medidas de ambos os lados do espectro.



**Grafo 6.** Excertos por Codificação "sensação de falta de representatividade".

Fonte: MaxQda.

As posições dos jovens em relação à esfera política são diversificadas, mas revelam o ponto de convergência: que a política portuguesa carece de partidos com os quais realmente se

identificam. Interpretando essa perspectiva, observa-se que, ao nível da aproximação ideológica e partidária, os jovens mantêm opiniões negativas sobre a representatividade dos partidos no espectro político que possuem preferência.

O afastamento dos partidos ditos “tradicionais”, reflete-se em que acabem por procurar partidos mais recentes. Partidos que se sintam integrados e que sejam representativos dos seus valores, crenças e atitudes, “estamos a fugir dos partidos tradicionais em que é tudo cunhas e troca de favores, e está aqui alguém ou algo com que eu me identifico.” (P14, AM). A própria discussão sobre a representatividade, remonta a uma legitimidade política apontada pelos jovens, variável de confiança nas instituições política, delineando-se de “pouco fiável”.

A sensação de afastamento incide na justificação da falta de aproximação das perspectivas dos partidos políticos aos jovens. Principalmente, por uma falta de balanço. Esta supressão, pode concordar com uma posição de descontentamento dos jovens com o sistema político. Devido a uma perceção que os partidos tradicionais e o sistema político, não conseguem responder às suas necessidades e preocupações (Magalhães e Faria, 2003; Magalhães e Moral, 2008). Aproximando as suas crenças sobre outros partidos que procurem dar resposta às suas necessidades, ou em concordância com os seus valores e posicionamentos.

Embora os participantes refiram uma falta de representatividade, assumem duas posições: a maioria dos jovens manifesta aversão aos extremos do espectro político e a preferência por opções centrais. Entrando em choque com as opções oferecidas pela realidade partidária portuguesa. As perceções permitem concluir que os jovens tendem a excluir atitudes de polarização, pela procura de respostas a convergir ao centro. No entanto, continuam a demonstrar uma divergência em relação aos partidos tradicionais centrais. Por P1:

Acho que acaba por não haver uma representatividade do centro como devia haver. Não existe um partido que tu digas, o teu partido é de centro. Porque na ideologia política, independentemente de qual for a tua ideologia política, eu acho que tem de haver sempre um balanço. Uma homeostasia (P1, DD).

Ainda, a dissociação da crença nos partidos tradicionais, justifica-se pela existência de um sentimento de reformas sociopolíticas:

Devia haver gente mais nova a participar, eu acho que isso é importante. Então eu acho que, para eu ter mais confiança, era se calhar rejuvenescer um bocadinho as pessoas, tornarem-se mais jovens, mais atuais, em todas as pessoas que estão na política (P8, VF)

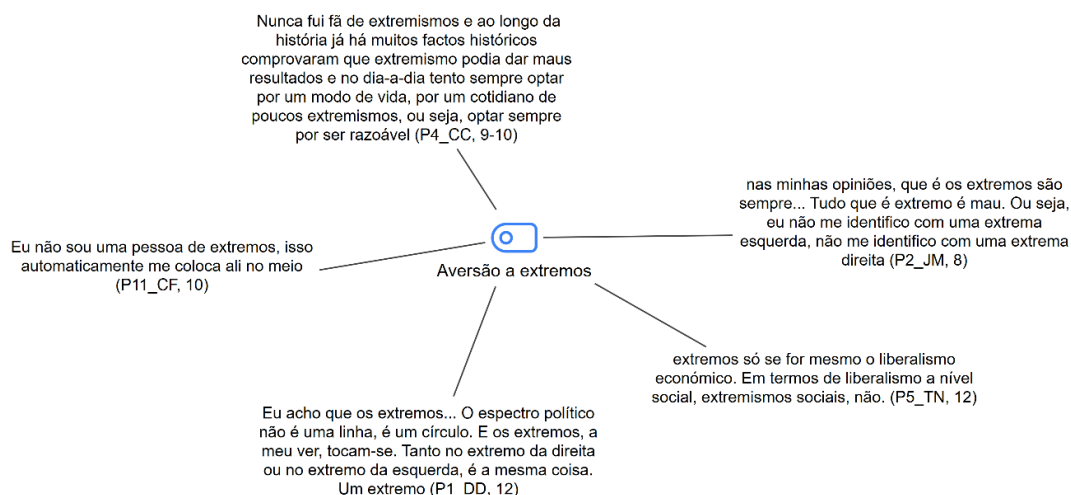
Apesar de, os estudantes demonstrarem atitudes críticas perante os partidos, denota-se uma tendência de “conformidade” e não uma verdadeira “escolha”, pelas preferências por partidos tradicionais ao centro político português: “porque no fundo o que eu acho que qualquer partido deveria querer era o bem para o país, independentemente, e não deitando abaixo outros partidos.” (P12, MC). Nos relatos observa-se, assim, uma tendência generalizada que

apresentam a crítica, que os partidos ao centro, deveriam de priorizar o bem coletivo do país em detrimento de disputas ideológicas ou estratégias políticas. A manifestação de criticismos aos partidos políticos, poderá estar associada a descontentamento e descrenças pelas instituições políticas, como veremos adiante.

Posicionamentos, que podem refletir ceticismo perante o sistema político motivado pela percepção de ausência de reformas necessárias (Fernandes, 2023; Magalhães e Moral, 2008), ou lacunas de propostas que vão ao encontro das suas preocupações (Matos et al., 2023). Considerando que, os partidos acabam por centrar-se nas suas disputas, em vez de responderem às necessidades da população. Enunciando considerações que podem repercutir percepções reforçadas por experiências face às crises e escândalos políticos (Sikorski et al., 2020).

Articulou-se que a dissociação dos extremos políticos, e um aproximar do panorama central, diluiu-se pela procura de partidos mais recentes. Contudo, não procurando alternativas a políticas “radicais” ou “extremistas”. As posições podem ser agrupadas por um dado de aproximação da procura por a partidos mais novos do espectro político, por exemplo, Iniciativa Liberal, P5, P12, P14 e Livre<sup>35</sup>, P2 e P13.

Em grafo 7, demonstra-se as percepções contraditórias aos extremos. Isto é, percepções de conotação negativas a ambos os extremos do espectro político. Assumindo uma postura de rejeição a posições extremistas, não se conformando como igualmente aos partidos do centro político. Observa-se as considerações da conexão dos extremos, como “círculo”, tal como a referenciação de adversidade ao extremo-direito do espectro político.



**Grafo 7.** Excertos por Codificação "aversão a extremos".

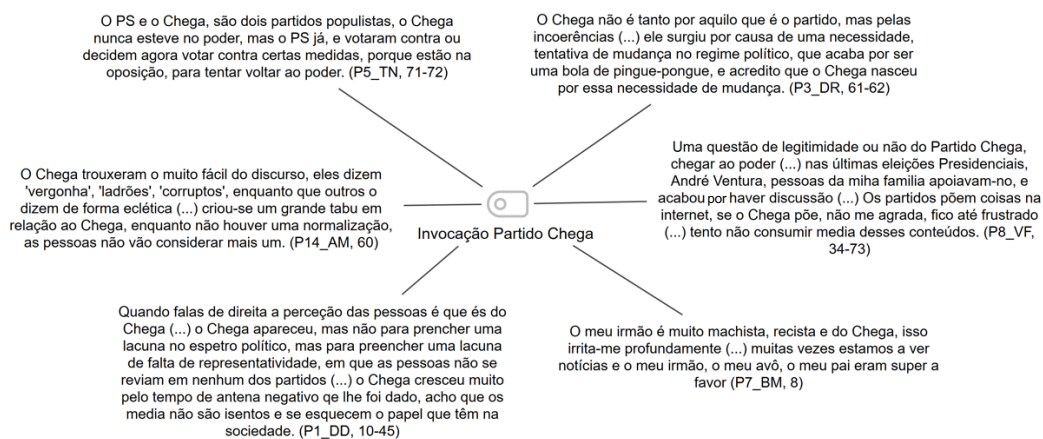
Fonte: MaxQda.

<sup>35</sup> Partido Livre situa-se entre posição ideológica de esquerda, centro-esquerda, europeísta, aloca-se a posição dos jovens para a esquerda por questões interpretativas na sua génese do discurso.

Os extremos à esquerda e à direita, surgem como objeto de desaprovação. Os participantes consideram a moderação um fator chave para o sistema político, e para coabitação em comunidade. Enquadrando uma rejeição aos partidos de “radicalização” do sistema, em ambos os lados do espectro político, assim como a rejeição de aproximação aos populismos (Costa, 2022). A aversão aos extremos pode refletir uma dinâmica de preferência por representação política equilibrada, que equacione medidas que não priorizem umas em detrimento de outras. A extrema-direita é particularmente visada, pela menção recorrente, associada a uma conotação desfavorável.

O partido Chega, identificado como de extrema-direita no contexto político português (Cancela e Magalhães, 2020), surgiu frequentemente associado a desaprovação. Observou-se uma tendência crítica expressiva em todos os elementos, desde a esquerda à direita, sobre as diversas matérias políticas. Os relatos apontam-no como: “crise”, “instabilidade política” e/ou “populistas”. Sendo que P5, acaba a classificar, simultaneamente, o PS e o Chega de partidos populistas. Embora, os participantes com posições mais à esquerda, retrataram associações mais negativas ao partido Chega, em comparação aos homólogos.

O conhecimento do sistema político encontra-se demarcado pela perceção do papel do Chega com referência. Refletido no grafo 8 alguns dos enxertos, pela invocação dos jovens ao partido de extrema-direita nas suas respostas. Tal como, relacionando-o com uma visão desfavorável dos extremos políticos, na sua atuação perante o sistema político.



**Grafo 8.** Excertos por Codificação "invocação do partido Chega".

Fonte: MaxQda.

Pontualmente, P1 e P14 (em grafo), ambos de direita e P3 de esquerda, acabam por exercer um pensamento autocrítico sobre o posicionamento e crescimento do partido perante o sistema político. Observando-se que a associação das perspetivas desfavoráveis, não se articularam apenas numa dimensão dos estudantes com posições à esquerda, centro-esquerda. Embora

com maior expressividade, apresenta-se uma tendência generalizada de opiniões e caracterizações negativas ao extremo-direito.

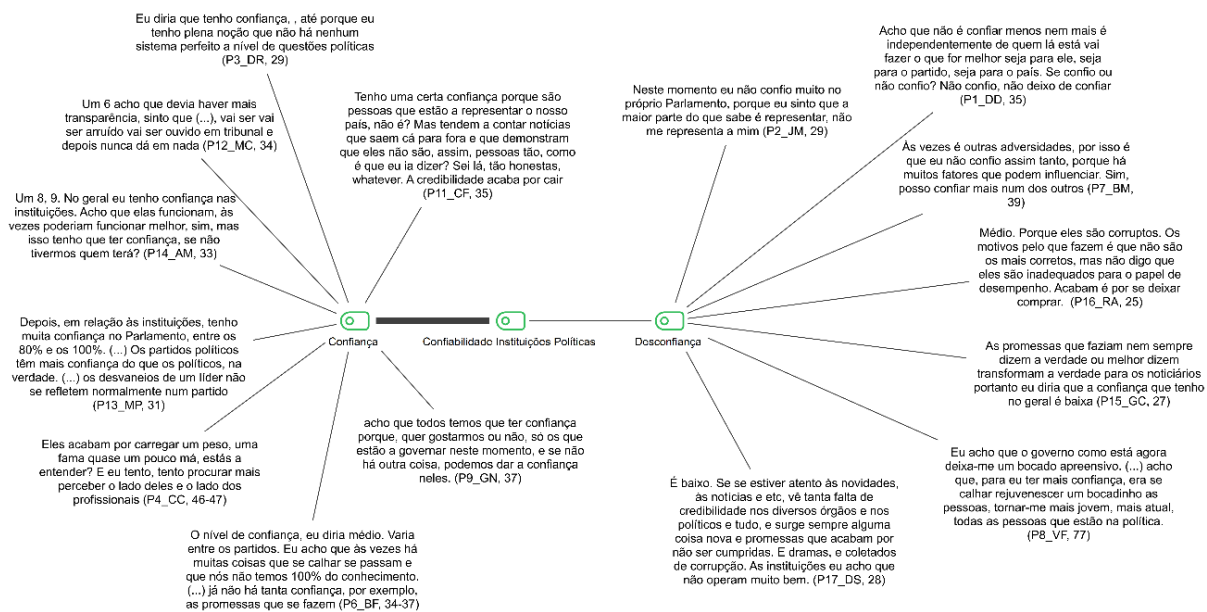
O partido invocado pelos estudantes, surge como gatilho de crítica do sistema político, percebido como um símbolo de representação de: instabilidades, populismos, incoerências ou pelo preenchimento de uma lacuna (no espectro político). P1, aponta ainda, o “tempo de antena negativo” e P8 “tento não consumir *media* desses conteúdos” referenciando o possível consumo de conteúdos do Chega. Abrindo reflexão sobre uma aproximação das percepções dos jovens, podendo-se associar aos efeitos de captação da atenção dos populismos (Vegetti e Mancosu, 2022).

Tanto a falta de representatividade, como a sensação de afastamento dos partidos dos jovens e os extremos, podem ser fatores num contribuir para a descredibilização ou desconfiança das instituições políticas. Levantando dúvidas da legitimidade dos representantes, na expressão dos seus interesses e preocupações. Podendo essa desconfiança ser fator de afastamento de atitudes cívicas dos jovens (Silva et al., 2022).

Os resultados sugerem assim, que a confiabilidade institucional é uma matéria heterogénea. Os jovens expressam simultaneidade (explorado em seguida), a necessidade de acreditar nas instituições do sistema político. Porém, como demonstrado, quando confrontados por cenários dos extremos políticos, tendem a apontar uma desconfiança quase que automática. Observaram-se sinais de conformidade aos partidos, conflituados pela sensação de falta de representatividade, numa contradição. Consistindo numa possível representação do desenvolvimento das suas percepções políticas ainda em construção.

#### **5.2.4. (Des)confiança nas instituições políticas**

Procurou-se aproximar a percepção dos jovens, relativamente às percepções do sistema político. A ligação dos conhecimentos do sistema político e o interesse, afluem à confiabilidade que os jovens atribuem à realidade política. Os estudantes, demonstraram um padrão de reflexões de confiança nas instituições políticas. No entanto, com incertezas e dúvidas, dessa mesma confiança, surgindo participantes que apontam não confiar ou ter baixa confiança nas instituições. A credibilidade e crença das instituições políticas, analisado pela codificação “Confiabilidade Política”, excertos em grafo 9. Apresentam dicotomias da nas suas perspetivas pelos subcódigos “confiança” e “desconfiança” política,



**Grafo 9.** Excertos por Codificação "confiabilidade nas instituições políticas".

Fonte: MaxQda.

Os relatos da expressão de confiança política, caracterizam-se por uma dimensão de crença da “necessidade de existência de confiança” nas instituições. Interpretando-se conformidade pela realidade ou instabilidades do sistema político, “até porque tenho plena noção que nenhum sistema é perfeito” (P3, DR), pronunciando-se uma motivação para ter crença nas instituições, e não pela confiança no próprio sistema.

Em paralelo, as percepções, da falta de confiança, aproximam-se pela falta de credibilidade dos políticos, por “corruptos” ou o “não cumprimento de promessas”. A descredibilização política afetada pelos fatores externos, desenvolvem o descontentamento entre jovens, levando a uma perda de confiança. Descontentamentos como o distanciamento dos políticos, “quando tu escreves uma carta a alguém e recebes uma resposta a alguém que não é esse alguém tu pensas, então para que é que eu fiz isto” (P13, MP). Representativo de uma percepção nos relatos que apontam para um grau de afastamento da classe política para com a população.

A primeira dimensão, visou compreender o interesse e aproximação política, seguido das suas posições ideológicas e orientações políticas. As revelações não corresponderam a áreas, mas ao espectro político, esquerda-direita, correlacionando-se também com a confiabilidade nas instituições políticas. A desconfiança de elementos, por exemplo, P2 e P8, consideraram que “não me representa a mim” e “o governo como está agora deixa-me um bocado apreensivo”, respetivamente. A confiança interpretou-se ambígua, pelo que ao longo das entrevistas, numa generalidade, se equacionem uma posição de confiança. Embora, destacando-se os estudantes refletirem pontos de aumento da descrença nessa confiança.

A mediatização surge também como intermediário da confiabilidade política. O discurso de P17, refletiu que os meios de comunicação predisõem como elemento crucial do panorama da credibilidade. “Se se estiver atento às novidades, às notícias e etc, vê tanta falta de credibilidade nos diversos órgãos e nos políticos” (P17, DS). Constatando-se que os próprios participantes produzem uma correlação entre a confiança das instituições e os meios de comunicação. A ligação entre ambos torna a realidade da divisão entre *media* e política ténue, moldando as percepções desenvolvidas num entrelaçar de ambos (Figueiras, 2019).

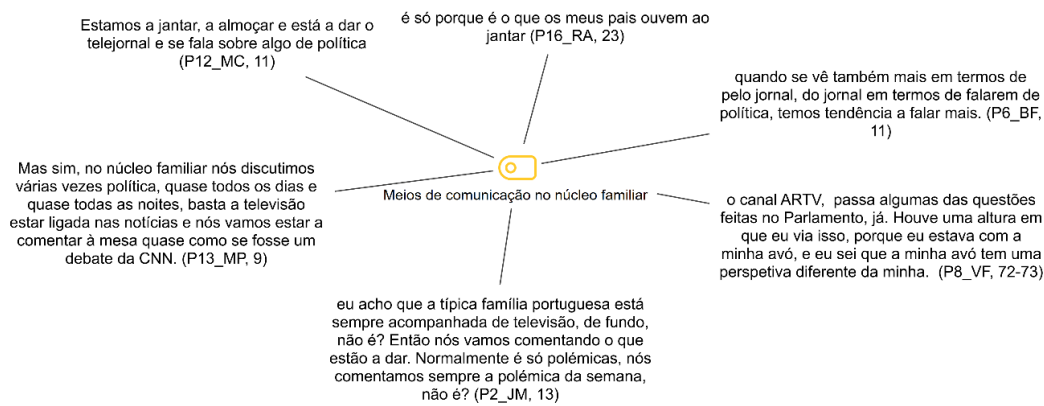
A construção noticiosa por parte dos *media*, intermediam a credibilidade das figuras e instituições, existindo uma percepção mediatizada (Coombs e Holladay, 2011; Correia, 2012; Reese et al., 2008). P11, mostrou-se relutante com uma posição desfavorável ao aborda que os *media* “tendem a contar notícias que saem cá para fora e que demonstram que eles não são, assim, pessoas tão honestas. A credibilidade acaba por cair” (P11, CF), refletindo-se em percepções de descrença e desconfiança das figuras políticas (Pereira Filho et al., 2024; Silva et al., 2022). Apontando aos ecossistemas comunicativos por uma posição persuasiva, possam caracterizar efeitos sobre a confiança política (Milner, 2004; Schultz, 1998). Elementos a aprofundar na dimensão seguinte, interpretando as percepções mediatizadas pelos conteúdos de natureza política.

### **5.3. Os consumos de natureza política: uma percepção mediatizada**

O equacionar da dimensão das TIC nas sociedades, tem vindo a moldar os hábitos de consumos políticos dos jovens. Destacando-se uma transição para o digital que representa mudanças nas fontes de informação e sistemas mediáticos. A aferir-se os consumos políticos dos jovens, avaliou-se a predominância das fontes de informação, e as motivações nas mudanças de hábitos dos consumos. Neste cenário, a preferência pelas plataformas digitais, contrasta com os desafios e confiança na informação. Relacionando à capacidade de compreensão crítica dos jovens perante estes fenómenos.

#### **5.3.1. Consumos Políticos e Fontes de informação**

Ao longo dos relatos, entende-se que a questão de informação se preza como valor necessário da discussão política, seja para debater com colegas, conversar com os pais, ou se sentirem informados. A presença das TIC encontra-se objetivamente enraizada na intermediação dos conteúdos políticos. À percepção mediatizada, pelos ecossistemas de comunicação, desenvolveu-se o grafo 10, que apresenta a codificação de “Meios de comunicação em meio familiar”, apontando-se ao cruzamento dos contextos mediáticos e a família.



**Grafo 10.** Excertos por Codificação "meios de comunicação no núcleo familiar".

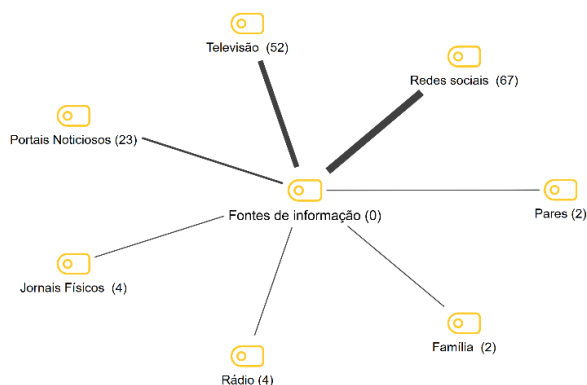
Fonte: MaxQda.

Os conteúdos mediatizados introduzem-se desde início no discurso dos jovens. A existência de uma permutação entre os meios de comunicação e os agentes de socialização, demonstrou-se expressiva. Evidenciando-se a permeabilidade dos ecossistemas de comunicação nas práticas políticas do seio familiar (Carriço Reis et al., 2019; Cornejo et al., 2021). No decorrer das interações familiares, os jovens manifestam atos de socialização familiar acompanhados do “telejornal” ou “televisão” à hora de refeição, ou durante as interações. Os *media* demonstram-se um elemento promotor de conversas e debates, motivando ao consumo de conteúdos político-mediáticos. Sugerindo a efetivação de socialização sobre política mediatizada (Ohme e de Vreese, 2020), podendo contrastar efeitos nas perceções e ser construtores de opiniões, num moldar de normas, valores e conhecimentos no envolvimento familiar.

O consumo de conteúdos através de meios convencionais, apresenta ter-se tornado redundante nos participantes, fora do seio familiar. Os jovens apontaram que, “eu acho que é mais por fases e eu posso estar muito interessado e ao ponto de ir ao canal da ARTV” (P8, VF). Denota-se um afastamento não pelo desinteresse dos conteúdos, mas por uma mudança, “por exemplo, agora já não vejo tanto, porque já não vejo muito a televisão, mas eu gostava muito de ver o Direito Antena, que dá antes do telejornal, na RTP1” (P9, GN). Expressando um afastamento “Televisão, como não é algo que vejo ou que tenho tanto presente na minha vida, não é uma plataforma que eu uso muito. Eu só uso mais as redes sociais. Ou a internet mesmo” (P2, JM), verificando-se uma transmutação dos consumos de conteúdos políticos para o digital.

Conferindo-se esta evidência pela aferição dos seus consumos nas diferentes fontes de informação. Constatou-se o fenómeno de uma forte presença do digital, refletindo a utilização das TIC pela referência à utilização diária da internet para consumo mediáticos e noticiosos. A codificação de “fontes de informação” procurou identificar os relatos ou a alusão à utilização de meios de comunicação, “tradicionais” ou “digitais”. Ou outros elementos que considerassem relevantes. Representada pelo grafo 11, com a frequência de codificação nas entrevistas, os

subcódigos evidenciaram a utilização expressiva das “Redes Sociais” como a principal fonte de informação.



**Grafo 11.** Frequência de Codificação "fontes de informação".

Fonte: MaxQda.

O padrão de consumo de conteúdos políticos pelos participantes é mediado por TIC. De forma explícita ou implícita no decorrer dos relatos, foi expressiva a preferência pelas “redes sociais” e formatos online, seguida da televisão. Refletindo-se uma percepção mediatizada da política. As plataformas mencionadas apontam-se por: twitter (X), instagram, tiktok, youtube e spotify.

Os media convencionais, utilizados em menor escala, continuam a surgir como fontes revelantes à informação. Os participantes, servem-se dos canais: RTP, CNN, TVI, CMTV, Canal ARTV e SIC; para ver o telejornal ou debates políticos. Em terceiro plano, foi referido a utilização de portais noticiosos, identificados por “sites”, “jornais online” ou “páginas informativas”, assim como a referência a Sapo, Observador e Expresso. Destacam-se, consumos de *media* internacionais, por P10 a CNN (US) e P13, *The Economist*, ao que recorre também ao uso de “*apps* informativas”. Pontualmente, P1 e P6, referiram que gostam de ler os jornais em papel quando têm oportunidade.

Ao dirigirem-se genericamente, a notícias ou conteúdos políticos, indicavam-nas em formato digital. Conforme previamente observado, Matos et al. (2023), e Amaral (2019) a prevalência da internet e meios sociais online, promulgaram uma transição dos consumos para o digital. Tornando-se uma constante de socialização política na vida dos jovens (Toksoz, 2021). Apesar da transição para o digital, ainda se verifica a relevância dos meios convencionais, pela prevalência da televisão nos consumos de conteúdos políticos (Costa, 2022; Obercom, 2023), contudo com menor expressividade. As TIC e o digital, sendo não só fator de incentivo ao consumo político, demonstra que se encontram suscetíveis aos desafios.

As fontes de informação podem ser construtoras da realidade política, produzindo efeitos as percepções dos jovens através das narrativas (Coombs e Holladay, 2011; Correia, 2012). Pelo que, além das fontes, aferiu-se que tipos de conteúdos usualmente mais consomem através das

mesmas. Os participantes demonstraram preferências claras pelo online e TIC no consumo de conteúdos mediáticos de natureza política. Os conteúdos mais consumidos a serem “notícias”, digitais em redes ou plataformas. Seguido de “vídeos” online, “reels, tiktoks, esses pequenos vídeos que vão existindo” (P14, AM) ou os “recaps que existem no Youtube (...) em relação a um debate (...) e consegues encontrar uma análise” (P3, DR). E, ainda, nas suas palavras, “esporadicamente podcasts”. Subsequentemente de outros conteúdos em meios de comunicação convencionais.

Os "vídeos" e as "notícias" referidos pelos jovens ao longo das entrevistas indicaram, além da predominância do digital, indicam uma socialização política nos conteúdos em TIC. Seja pela interação com os comentários nas plataformas ou pelos conteúdos partirem para conversas familiares ou com os pares. As TIC, apesar de ampliarem o acesso à informação, aportam os desafios do ambiente online. Como P4 afirmou, “Eu consumo muito poucos conteúdos. É mais os vídeos recorrentes que aparecem na internet, assim, notícias pontuais de coisas, às vezes só leio mesmo as letras gordas” (P4, CC). Introduzindo um consumo superficial, revelando que o envolvimento com a informação possa ser fragmentada ou guiada por títulos apelativos. Confirmando que o desenvolvimento do digital traduziu um paradigma na socialização política em evolução pela captação da atenção e envolvimento nos jovens. A permuta das relações, por uma permeabilidade dos meios sugere a importância de uma percepção mediatizada na compreensão dos contextos políticos.

O desenvolvimento das TIC e novos *media*, traduziram novas possibilidades de interações sociais, pela permutabilidade dos meios às interações sociais. Suscitando as suas motivações que levam a consumir os conteúdos. Primeiramente, os jovens que consomem conteúdos políticos, intencionalmente, fazem-no por duas motivações: informação ou interesse em conhecer mais de política. Interesse, este, que por vezes surge ligado ao entretenimento, como observado pelos vídeos online, livros ou notícias. Através da codificação “motivações de consumo político”, entendeu-se uma convergência no elemento generalizado, “estar informado”. Como descreveu P15:

Eu acho que é mais mesmo pela informação. Tentar estar informado sobre a política, que é uma parte integral do mundo em que vivemos, e então tendo isso em conta, tento sempre ver seja nas notícias, seja online em artigos ou de opinião ou publicações (P15, GC).

A segunda motivação, surgiu pelo interesse político, consumindo conteúdos por ser “um entretenimento. (...) eu leio muitos livros de política e vejo também muitos vídeos no YouTube de política” (P9, GN). Ou mesmo pela mesma motivação, consumo mediático por meios convencionais “Ao almoço, ao jantar. Vejo telejornal, mais por entretenimento. Mas, por exemplo, redes sociais é mais por tentar sempre ter mais conhecimento” (P12, MC). Existindo uma intenção de aprendizagem associada ao consumo de informação intermediado pelas TIC.

As diferentes razões que levam os jovens consumir os conteúdos políticos, remetem ao interesse político (em grafo 5).

Os consumos políticos vão além da dimensão informativa, incluindo elementos de entretenimento. Denotou-se esta presença consumo de novos conteúdos, ou conteúdos não convencionais pelas TIC. Um consumo extra-mediático nas plataformas, por P2, P7, P12, como vídeos estilo podcast, numa mistura de política e entretenimento:

Nas últimas eleições vi aqueles Podcasts meio Youtube a entrevistar os próprios políticos, eles a falarem sobre si. Acho bastante bom, porque muitas vezes falamos de política, sem conhecermos como é a pessoa, aqui há uma certa aproximação (P2, JM); um comediante fez entrevistas às cabeças de lista europeias, entrevistas não tão direcionadas à política (...) também é importante saber como é que a pessoa é em geral, e não só ler medidas (P12, MC).

Em síntese, os jovens desejam sentir-se informados politicamente, através das informações em sistemas mediáticos. Indicam ter interesse por conhecer a política, servindo-se dos meios de comunicação para o fazer. Os consumos de conteúdos políticos e de informação política, por parte dos participantes, parece estar associados entre: a necessidade de um conhecimento da realidade e a procura de entretenimento. Nomeadamente, novas formas de conteúdos que não sejam as “tradicionais”, como os vídeos em plataformas que aproximam os políticos aos jovens ou às publicações sintéticas de informação.

Pela evolução dos meios de comunicação e os fluxos de informação em rede, diversas barreiras podem surgir no acesso e ao consumo de informação política fiável e credível (Castells, 2009). Na maioria, os jovens consideram existir facilidade de acesso à informação. Pelo exemplo, que “não se encontram informadas é porque não querem” (P13, MP). Indiciando à facilidade de acesso através das TIC, dependendo essencialmente da iniciativa pessoal pela procura da informação.

O cruzamento dos consumos de informação política e o nível de conhecimento político, poderia estar associado ao envolvimento e interesse político dos jovens (Maurissen e Claes, 2023; Rodrigues et al., 2018). Numa associação que, os que consumissem mais conteúdos, poderiam desenvolver conhecimentos (Thorson et al., 2016) e cristalizar as suas orientações e perceções políticas (Razak e Sabarudin, 2023; Valentino e Sears, 1998). Verificou-se que aqueles que mais procuram a informação, produziram opiniões mais informadas. Por outro lado, quatro dos participantes, P3, P4, P11, P16, revelaram desinteresse expressivo de consumir conteúdos políticos ou procurar a informação, não sendo positivamente impactados pelo digital. A ausência de envolvimento pode constituir, por sim, uma barreira ao desenvolvimento de conhecimento político, e fortalecimento de espírito crítico.

As barreiras à informação apontadas pelos estudantes, descrevem-se pelo: idioma, conteúdos de política internacional, algoritmos ou a monetização mediática. A primeira revelou-se em

numa consideração, em que P1, apontou que as notícias, que se encontram em diferentes idiomas, podem não ser consumidas pela população ou representar divergências na interpretação. Remetendo ao uso das redes sociais para colmatar esta falta de informação, “Instagram a maior parte do idioma é consoante as informações” (P1, DD). Relativamente aos algoritmos, P2, advertiu que,

Sinto que o meu algoritmo está muito alcoólico, se for para a esquerda, ele vai-me fazer ir para a esquerda, se pender para a direita... Quanto mais pesquisar na internet mais parece que o algoritmo está a mostrar apenas aquilo que quero (P2, JM).

Indicações que os algoritmos e os enquadramentos mediáticos possam construir uma realidade política fechada, dificultando o pluralismo da informação. Sequencialmente, P13, menciona que a monetização dos conteúdos pelos *media* nas TIC, ao cobrarem a leitura das notícias, poderiam representar uma barreira para a maioria dos cidadãos.

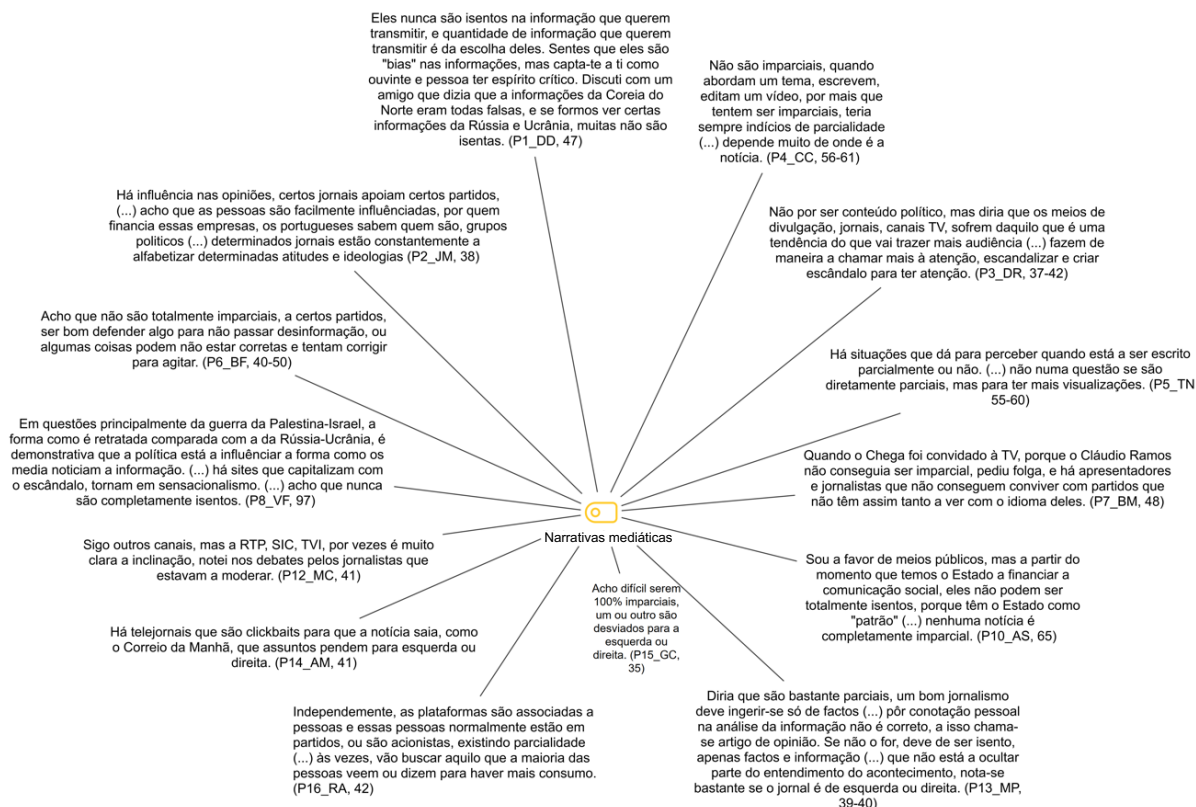
No entanto, o ênfase surgiu em contexto de políticas internacionais, existindo uma perceção de divergências em notícias de guerra. Consideram que os seus conteúdos encontram-se constringidos às narrativas mediáticas, pois “sinto que em todos os conflitos armados, todas as guerras, há sempre desinformação de ambos os lados (...) é muito fácil adulterar uma informação, é muito fácil adulterar uma foto” (P10, AS). As perceções mediatizadas, podem ser diferenciadas pelas contextualizações e enquadramentos da construção da narrativa pelos *media* (McCombs e Valenzuela, 2007; Reese et al., 2008). Comparando, com conteúdos nacionais, “não em termos da política Portuguesa, eu acho que em termos da política internacional os nossos meios de comunicação transmitem pouco do que se passa lá fora, às vezes é preciso ir a outros meios ou mesmo às redes sociais” (P15, GC).

As perceções mediatizadas, possibilitaram aferir os posicionamentos dos jovens aos *media*, conteúdos político-mediáticos, e as suas motivações para o fazer. Os participantes, manifestaram uma utilização diária das TIC, refletindo-se como fonte primária dos conteúdos políticos, a internet e os *media* sociais online. As TIC e a sua utilização como principal fonte de informação revelam uma constante instantaneidade e rapidez no acesso à informação. Existindo uma facilidade de partilha e consumo da utilização, culminando em possíveis desafios da do acesso, à desinformação. Revelando-se uma necessidade de Literacia mediática. Vejamos as perceções face as narrativas mediáticas pelas considerações dos seus consumos.

### **5.3.2. A narrativa mediática e as perceções dos jovens**

Numa envolvência dos consumos políticos, analisou-se a perceção dos jovens relativo aos contextos dos conteúdos mediáticos. As crenças em relação à utilização dos meios de comunicação revelaram uma descrença na imparcialidade dos *media* portugueses. Os *media* são apercebidos como “tendenciosos” na difusão da informação, em tom de criticismo. Ou seja,

com grau de parcialidade da construção dos conteúdos noticiosos, em detrimento de interesses: editoriais, financeiros ou de agenda política. Demonstrando-se um padrão de desconfiança generalizada, quanto à neutralidade das notícias ou informações transmitidas. Como demonstra a codificação da percepção das “Narrativas mediáticas” em grafo 12.



**Grafo 12.** Excertos por Codificação "narrativas mediáticas".

Fonte: MaxQda.

A referência a “parcialidade”, pode ser observada discursivamente nas menções de falta de isenção, à percepção de incapacidade de manter a imparcialidade, por influências de opiniões ou por dramatização “para escandalizar”. Reflexões que se evidenciam pelas considerações da utilização de títulos sensacionalistas<sup>36</sup> e *clickbaits* (títulos que possam não corresponder ao conteúdo integral da notícia), cuja principal função seja de captar a atenção.

Considerando existir tendenciosidades político-partidárias ou interesses monetários na contextualização e construção dos conteúdos informativos. As manifestações apontam a um declínio da crença na credibilidade dos jovens sobre as das informações difundidas pelos *media*. Remetendo a análise ao *media bias* na literatura. Conferindo Ardèvol-Abreu e Gil de Zúñiga (2017), ao argumentarem que os editoriais mediáticos podem expressar posições *bias* perante os conteúdos, provocar efeitos erosivos na confiança mediática. Demonstrando-se um

<sup>36</sup> Apontando-se igualmente às considerações no grafo 14.

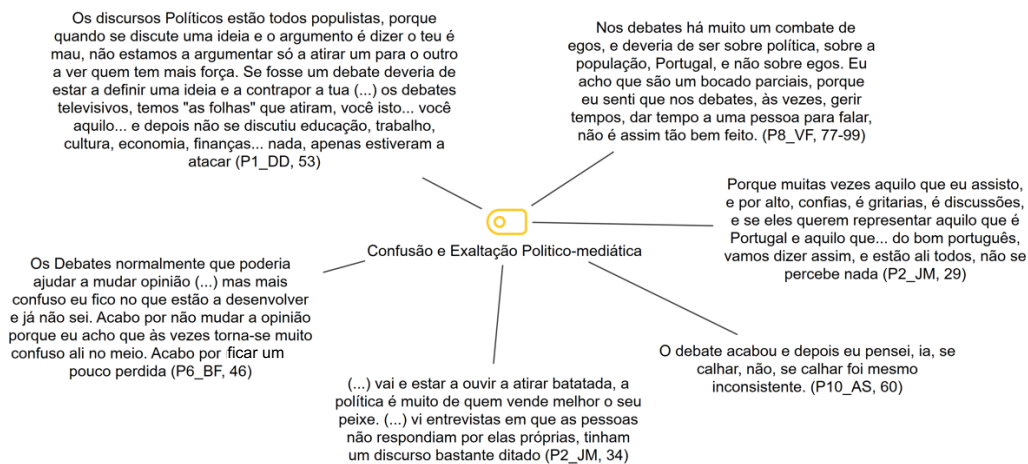
paralelo com uma hostilidade percebida face os *media*, em Thorson et al. (2016) enquadrada pelas percepções críticas de falta de imparcialidade.

Interpretou-se, no entanto, um contraste entre a crença na credibilidade mediática e a confiança nos *media*. A subcodificação “Confiança em meios de comunicação” procurou aferir as posições da confiança dos jovens sobre os *media* e meios de comunicação. Apesar dos relatos apontarem para uma expressiva descrença na neutralidade ou imparcialidade das informações dos conteúdos político-mediáticos, revelou-se uma aproximação comum de crença na confiança nos sistemas mediáticos portugueses.

A descrença da neutralidade da informação não invalidou uma predisposição de confiarem sustentada pela posição dos *media* como fonte de informação necessária (Schultz, 1998). Os jovens justificam em manter confiança, como afirmou P1, “confio, claro que tenho sempre de olhar de forma crítica” (P1, DD). P16, reforça, “até certo ponto tem de haver alguma confiança, porque se não de outra maneira, não há difusão do conhecimento, mas ainda assim há que saber interpretar bem aquilo que dizem” (P16, RA). Evidenciando-se uma expressão de confiança, motivada por uma percepção de necessidade, acompanhada de um olhar crítico.

Reflexo de um signficar, que essa confiança possa encontrar-se num estágio de declínio. Percepções convergentes de Newman et al. (2024), que embora a confiança nos *media* ainda subsista, encontra-se em queda contínua face a anos anteriores, justificando-se dos efeitos da realidade político-mediática à escala global. Tendência, que sugere, que a descrença possa intensificar-se, levando à desconfiança e a percepções de falta de credibilidade (Ardèvol-Abreu e Gil de Zúñiga, 2017; Reinemann et al., 2022).

Complementarmente, denotou-se nos relatos dos participantes um apontamento que desenvolveu a codificação “confusão e exaltação político-mediática”. Ao abordar-se as suas posições sobre os *media*, apontaram uma percepção inconveniente acerca dos conteúdos políticos, pelo grafo 13. Nomeadamente, conteúdos de debates políticos transmitidos mediaticamente, ou de discursos políticos, referindo uma confusão na sua compreensão, pela sua turbulência.



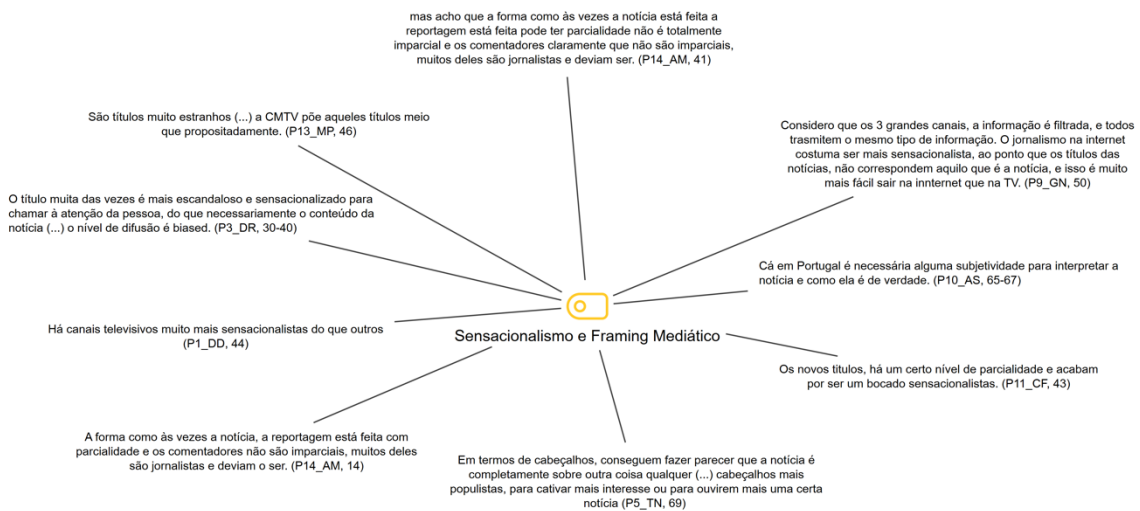
**Grafo 13.** Excertos por Codificação "confusão e exaltação político-mediática".

Fonte: MaxQda.

A relação da mediatização de debates políticos, surge como ferramenta para informar e promover ao pensamento crítico. Porém, os relatos dos jovens indicam um sentimento de ceticismo quanto ao rigor da informação. Referem que os debates afastam-se das questões políticas essenciais ou mesmo do próprio debate político, surgindo “discussões sem sentido”. Manifestando-se uma sensação de confusão ao assistir os conteúdos políticos, tornando-se impercetível a interpretação da informação nos conteúdos. Características que, a agenda mediática pode manter para captar a atenção da opinião pública, através de espetacularização da política (Ardèvol-Abreu e Gil de Zúñiga, 2017; Coombs e Holladay, 2011).

A falta de rigor objetiva, tanto pelos *media* como atores políticos pode, por si, aproximar-se à disseminação de desinformação. A favor do afastamento das temáticas essenciais à população, emergindo matérias populistas (Araújo e Prior, 2021). Interpreta-se uma possível ligação na presença de perceções ligadas aos partidos como o Chega nos relatos. Elementos que podem auto-relacionar ou reproduzir efeitos, levando a uma tanto à descrença mediática, como um contributo para um afastamento dos jovens aos consumos políticos por meios convencionais.

Os jovens descreveram as suas perceções sobre a construção noticiosa. Convergindo, entre considerações de parcialidade e a confusão mediática. Apontam para os títulos das notícias, cabeçalhos, ou pela forma como a informação é redigida por determinados *media*. Descrevendo, em grafo 14, uma dissociação da imparcialidade, ao assinalarem “sensacionalismos” informativos.



**Grafo 14.** Excertos por Codificação "sensacionalismo e *framing* mediático".

Fonte: MaxQda.

A subjetividade na interpretação, isto é, possuir com espírito crítico ao consumir os conteúdos mediáticos, demonstrou-se presente nas observações. Os conteúdos na internet por P9, apresenta uma perspetiva que os títulos online sejam mais sensacionalistas que em *media* convencionais. Consta-se, que os jovens se apercebem da sua relação, numa perceção mediatizadas das contextualizações da narrativa mediática.

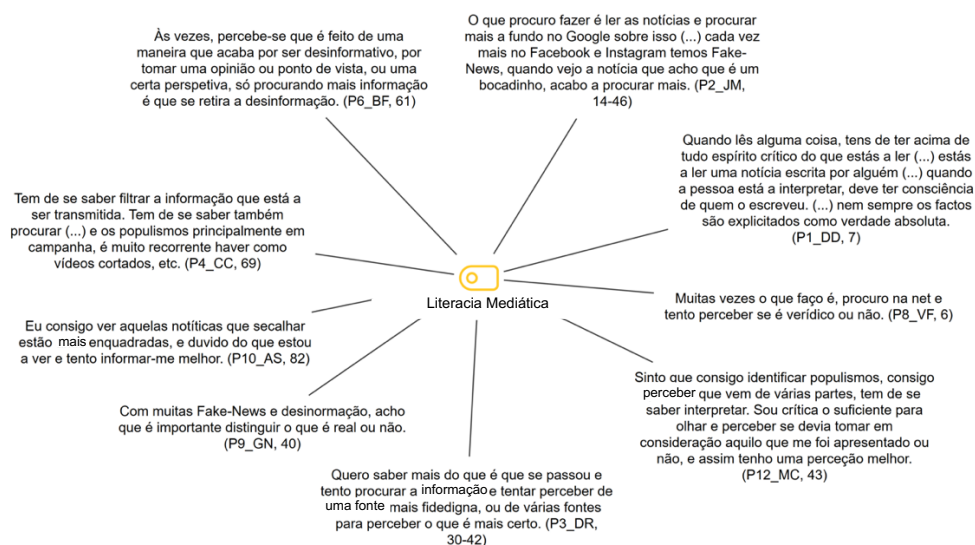
Ao longo dos seus relatos, utilizaram um tom crítico para apontar as debilidades da narrativa mediática, fortemente marcada pelas lógicas sensacionalistas. As “influências externas”, a necessidade de “pesquisar mais”, o “ter de interpretar” ou termos de “estar mais atentos” adjudicando o fenómeno da necessidade de possuir ou desenvolver competências mediáticas, por literacia mediática. Refletindo-se considerações de um necessitar de estar mais atentos aos conteúdos mediáticos.

A perceções críticas da narrativa mediática, por vezes, retratam-se superficiais, sendo mencionado apenas o fenómeno. Ou seja, sem desenvolvimento da justificação sobre essas mesmas considerações. Revelando que podem desenvolver constatações por uma desconfiança, em detrimento de uma capacidade de desconstruir as narrativas. Embora Lacourt (2024), aponte que literacia mediática capacita para a análise crítica, a falta de argumentação crítica nas averiguações, pode evidenciar mais uma autoperceção, que uma competência consolidada. Estando sujeitos aos efeitos mediáticos e sensacionalismos.

Ao consumir conteúdos político-mediáticos por TIC ou meios convencionais, as competências de literacia mediática são necessárias para a pesquisa, interpretação das informações (Lacourt, 2024). Observou-se que os participantes desde a sua autoperceção julgam ter competências mediáticas. Considerando possuir uma forte capacidade interpretativa perante as construções

noticiosas e conteúdos mediáticos. Julgando possuir elevadas competências de interpretação e desconstrução das técnicas mediáticas, mas também de identificar distorções. Constatação similar a Galarza-Molina (2023), que os universitários caracterizariam os desafios serem uma problemática dos mais velhos, acreditando que interpretam criticamente as informações.

Na generalidade, todos os participantes afirmaram ser capazes de identificar, *fake-news* e populismos, difundidos em *media* e TIC. A codificação “literacia mediática”, pelo grafo 15 permitiu aferir ao longo dos relatos os momentos ponderativos e reflexão crítica dos conteúdos mediáticos.



**Grafo 15.** Excertos por Codificação "literacia mediática".

Fonte: MaxQda.

O pensamento crítico voltado para a interpretação dos diferentes contextos, refletiu-se nas notícias e informações dos conteúdos que consideram consumir. Atribuindo considerações críticas às construções das narrativas mediáticas, assim como a reflexão da existência de *fake news* ao longo dos conteúdos de natureza política. Pelas palavras dos estudantes, procuram as informações e possuem habilidades de interpretar as informações com atitude reflexiva. Como a faculdade da utilização de *Fact-Checkers*, além da própria pesquisa, por P3, P5, P8, “o polígrafo, acabo por utilizar para ter a certeza, principalmente, em altura de debates” (P8, VF). A utilização de *Fact-Checkers* pertencentes aos *media*, verifica a posição de Baptista e Gradim (2022) na verificação da informação. Opiniões contraditórias na sua utilização, como a de P12, que embora utilizando os *fact-checkers* contrasta que, “o polígrafo muitas vezes, parece um bocado inclinado a proteger e a atacar os outros”. Remetendo como exemplo, à dúvida existente dos jovens perante a credibilidade e imparcialidade da informação proveniente dos sistemas mediáticos.

As percepções mediatizadas dos estudantes revelam-se na forma como confiam na informação e na credibilidade atribuída aos *media*. A consciencialização que demonstram ter, sobre como a informação é construída na comunicação política, apontam a que os conteúdos possam ser influenciados por agendas políticas. Conforme Figueiras (2019), denota-se uma permeabilidade entre mediatização dos conteúdos e a agenda política, na visão dos jovens. Apesar de reconhecerem os riscos associados à desinformação e instabilidade da informação, acreditam possuir literacia mediática para lidar com os desafios (Galarza-Molina 2023). Assumindo confiar nos *media*, mas consumindo a informação de forma crítica (Ardèvol-Abreu e Gil de Zúñiga, 2017). Identificando-se um outro aspeto relacionado como consomem os conteúdos mediáticos:

Eu acho que a comunicação social nos últimos tempos e mesmo que eu tentasse que isso não acontecesse, baixou o meu nível de confiança em algumas partes do sistema político português. Eu não diria que se calhar isso seja real para mim, até porque eu acho que existe segurança social, e os serviços de informação têm sido péssimos no trabalho que têm feito. Os *media* têm criado uma sensação de medo e desconfiança em relação ao sistema político e eu acho que isso não é correto. Passam a ideia, muitas das vezes, que todos os políticos são corruptos (P13, MP)

Em reflexo de um ponto de vista, que as crises e escândalos políticos possam ter efeitos sobre as percepções do sistema político, consequentemente das governações socialistas. A sensação de permanência em períodos de crise, destaca-se nos relatos, desde as memórias familiares socializadas à descrença nas instituições políticas e da imparcialidade mediática. Caracterizando a importância do envolvimento da mediatização política nas questões de crises políticas, através dos conteúdos políticos consumidos pelos jovens. Conduzindo à terceira dimensão de análise, a Perceção de questões de Crises Políticas.

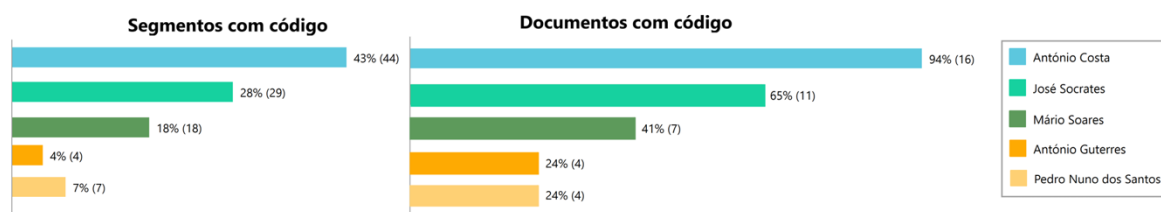
## **5.4. Perceção dos períodos de governações e crises socialistas**

Nesta dimensão retoma-se os conhecimentos políticos dos jovens, particularmente no reconhecimento das figuras políticas associadas às governações socialistas; ou reconhecimento de crises associadas. Destacaram-se, António Costa e José Sócrates como figuras mais reconhecidas. Seguido, da exploração das diferentes considerações do conceito de “crise” e as suas perspetivas. Por fim, apresentam-se as percepções relativas às crises e governações socialistas, assim como opiniões do PS ou crises políticas.

### **5.4.1. Conhecimento Governações e memórias de Crises Socialistas**

Com o objetivo de compreender as percepções dos contextos de crise associados à política portuguesa e, particularmente, às governações socialistas. Neste ponto, procurou-se aferir os conhecimentos dos jovens acerca das governações do PS no período integral da democracia. Os relatos dos conhecimentos, refletem-se nos gráficos da figura 7, que representam as

freqüências de codificação relativa aos Primeiros-Ministros portugueses pertencentes ao PS. Os códigos<sup>37</sup> “Mário Soares”, “António Guterres”, “José Sócrates”, “António Costa”, foram identificados nas considerações diretas ou evidenciadas ao longo das entrevistas.



**Figura 7.** Gráficos de Frequência de codificação "conhecimento de governações socialistas": [a] Frequência de codificação em relatos; [b] Frequência de codificação por participantes

Fonte: MaxQda.

Constatou-se que os estudantes identificaram com maior frequência, uma aproximação de conhecimento a acontecimentos mais recentes à data do estudo. Particularmente, com maior expressividade a menção ao mais recente, antigo Primeiro-Ministro, António Costa. Seguido de José Sócrates, e menos expressivo, António Guterres. A figura de Primeiro-Ministro destacou-se como a principal referência de governos socialistas. Embora, também, tenha existido referência a ex-ministros de governos socialistas, assim como a sua associação à figura de Primeiro-Ministro Socialista. Por exemplo, em reflexão associada a crises políticas, a ex-ministra da saúde. E ainda, quatro dos participantes, P5, P10, P13, P15, apontaram “Pedro Nuno dos Santos” como “pertencente” ou como Primeiro-Ministro.

A ocorrência de desvios do reconhecimento de governantes, sucedeu-se a figuras políticas de outros partidos políticos, existindo uma confusão na associação. Figuras como, “Sá-Carneiro”, “Passos Coelho”, “Santana Lopes”, “Cavaco Silva”, não fazendo associação partidária aos respetivos partidos, relacionando-os como governantes do PS. Destaca-se ademais apenas um dos participantes, que descreve nas suas palavras desconhecimento das governações, “governaram até agora este ano, não foi? Não faço ideia” (P4, CC).

Conhecimentos mais distantes de governantes, destacam Mário Soares. A perceção da figura do antigo Primeiro-Ministro focou-se pela sua importância da participação do surgimento da democracia, “Mário Soares foi o mais importante, também porque vínhamos de um pós-25 de Abril” (P14, AM). Ou pelos seus feitos à época, “Eu sou um grande fã do trabalho de Mário Soares, até porque lá está, o 25 de novembro, poucas pessoas sabem isto, foi executado pelo Partido Socialista.” (P10, AS). A associação positiva de Mário Soares, dissocia-se, da perceção pragmáticas sobre as governações socialistas, inusitadas no ponto seguinte de análise. Tornou-

<sup>37</sup> Para efeitos de análise MaxQda., contemplou-se as subcodificações das variantes nominais, englobadas na codificação. Observou-se que os jovens referiram-se, por vezes, aos governantes apenas pelo último nome: “Costa”; “Sócrates”; “Soares”; “Guterres”.

se evidente, que as perspetivas aqui enumeradas que os elementos associam a PM, acabam por revelar posições contrárias nas suas perspetivas.

A figura de António Costa revelou-se central nas perceções das governações, referenciado não só em quase todos os participantes, como diversas vezes no decorrer das respostas (gráfico 7 [a]). Interpreta-se que se encontre associado, ao ser o mais recente Primeiro-Ministro, num estender da socialização política no ciclo de vida dos jovens. António Costa, governando num período de oito anos, terá sido a figura prominente do partido, por um período significativo da vida dos jovens na perceção da política portuguesa. A familiaridade que pode ter contribuído para uma associação do PS às suas governações:

Eu acho que é que toda a gente tem assim em ideia, falando do António Costa. Para mim tu pensas no António Costa, pensas no Partido Socialista. O António Costa é uma figura extremamente grande no país (P12, MC)

A perceção da figura política, contrasta com o desconhecimento de outros antigos Primeiros-Ministros. Existindo lacunas no conhecimento das governações anteriores a António costa, apontando,

Diria, obviamente, a última do António. Posso saber quem é que esteve a governar, mas não tenho assim tanto conhecimento mais anteriormente sobre que partidos é que estavam no poder nessa altura. Diria que mais para trás, especificamente antes de nascer, já não tenho assim muita ideia (P15, GC)

Representativo que o reconhecimento das figuras e governações apontem a ideias formuladas com base em perceções adquiridas, e não pelo conhecimento político. Justificando-se pela falta de memória ou que possuíam menor compreensão em termos políticos. Surgindo, posteriormente “a tal chamada geringonça do António Costa” (P1, DD), reconhecida pela maioria dos estudantes. Ou de José Sócrates “Eu diria que o Sócrates teria... Porque eu tenho a clara noção do escândalo que houve com o Sócrates e que foi, pronto, considerando que já foi o nosso Primeiro-Ministro e todas as questões de fraude que houve com ele, isso é extremamente problemático.” (P3, DR). Deduzindo-se que os escândalos políticos surgem como catalisadores do conhecimento político por perceções motivadas de maior atenção aos eventos políticos negativos (Pereira Filho et al., 2024; Valentino e Sears, 1998).

Não só o reconhecimento do ciclo de vida, que poderia trazer uma aproximação dos conhecimentos dos jovens aos mais recentes Primeiros-Ministros, prepondera-se uma associação da denotação das figuras António Costa e José Sócrates, como governantes pelas suas ligações às memórias de crise detidas pelos jovens. A configuração interpola a análise para o elemento seguinte a perceção das crises políticas dos estudantes universitários.

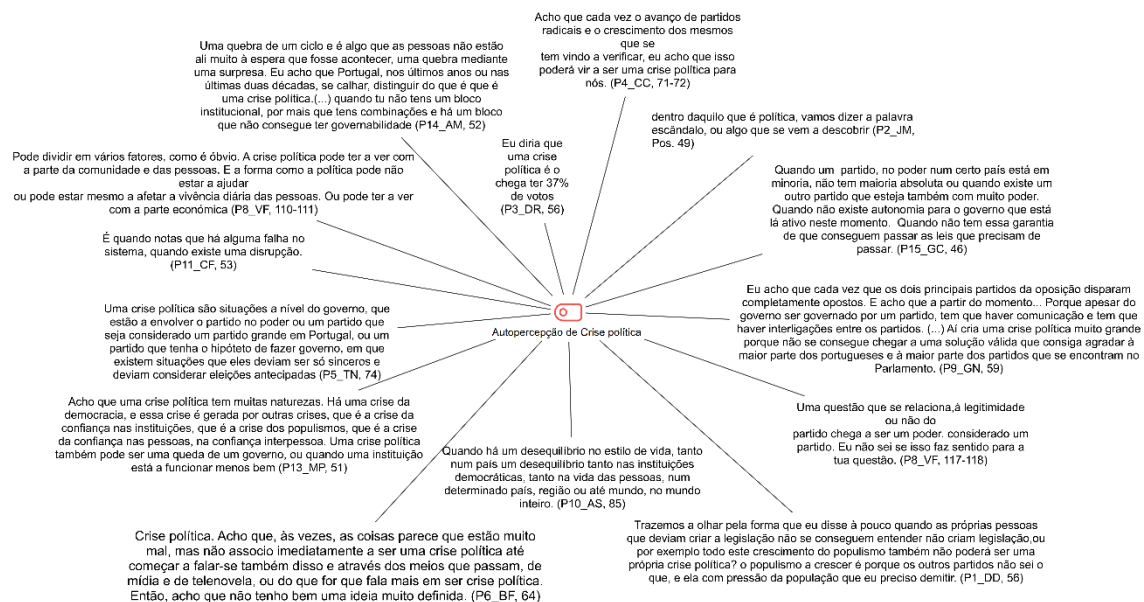
Os conhecimentos da governança socialista, não se radica pelo conhecimento direto de quem estaria no poder político português durante o período democrático português. As perceções

dos estudantes universitários demonstraram que nas suas memórias possuíam conhecimento sobre períodos determinantes, particularmente de crise. Associando-se às “memória socializadas”, descrito nas conversas familiares, recordando a associação a períodos de instabilidade política, ou crises, ao longo dos seus desenvolvimentos.

Os conhecimentos de períodos de crises aparentam aproximar-se ao senso comum, numa percepção generalista da existência dos acontecimentos associando-os ao PS. Alocando culpabilidade de instabilidades às figura políticas, “pelo que aconteceu agora recentemente com o António Costa, ele estava num cargo altíssimo e de um dia para o outro aconteceu” (P4, CC). Evidenciando-se a necessidade de compreender o que interpretam de crises, períodos de crises ou crises políticas.

### 5.4.2. Entendimento de Crises Políticas

As percepções de crises políticas partem da interpretação individual dos participantes e dos seus enquadramentos. As considerações de crises, através da sua visão, possibilitam compreender as percepções políticas em períodos de crise. As experiências individuais constroem os enquadramentos de crise, formulando as opiniões e posicionamentos perante as percepções. Analisado pela codificação “autopercepção de crises políticas”, apresentado no grafo 16.



**Grafo 16.** Excertos Codificação "autopercepção de Crises Políticas".

Fonte: MaxQda.

A baixa similaridade das considerações do conceito de Crise entre os jovens, indica que não existe um conceito uniforme de crise política. As opiniões refletem interpretações de: “mudança de vida”, “quebra de ciclo”, “falta de maioria absoluta”, “falhas” ou “disrupções”, a

“economia”, “escândalos”, problemas no “sistema” ou na “democracia”. Entende-se que os jovens não veem as crises da mesma forma, equacionando uma pluralidade das problemáticas instaladas na política portuguesa. Percepções que são moldadas pelas suas experiências e contextos sociopolíticos diferentes. Representativo que os consumos de natureza política, possam jogar como fator essencial da compreensão de crises políticas. Caracterizando individualmente posicionamentos, levando-os a crer o significado de crise política com base nas informações que acabam a consumir ou interpretar.

Realça-se um fenómeno de alusão ao partido Chega ou extrema-direita. Interpretando-se em função de um crescimento dos populismos, numa correlação ao partido. Além do ressurgimento da menção do partido, reflete-se nos relatos, uma associação direta ao próprio conceito de crise política. Existindo um sentimento generalizado da permanência em períodos de crise:

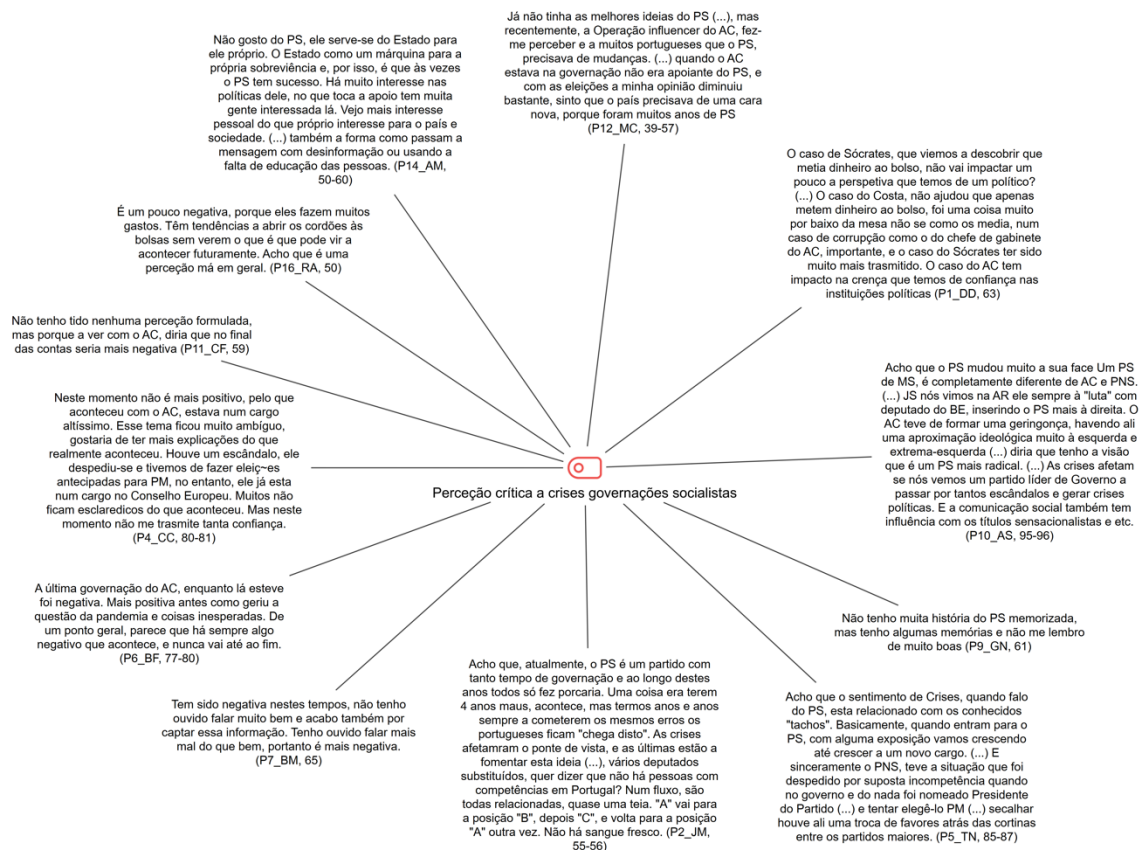
Eles não conseguem estar no parlamento, discutir e chegar a um resultado que seja benéfico para todos. Mesmo cedendo ou não cedendo umas partes, e não cedendo outras, acho que temos uma crise política. A verdade é que tu nos últimos anos em Portugal verificas isso (P1, DD).

As crises, no entanto, podem ter um efeito suplementar. Apesar de representarem situações desfavoráveis às percepções, a sua ação pode promover à socialização e politização. Pelo que Aassve et al. (2024), referem que as crises diminuem a confiança nas instituições políticas. As Crises Políticas, podem incentivar ao debate entre os familiares ou pares, uma envolvimento num saldo positivo ao interesse e participação. Durante os períodos de crise, a difusão abundante de informação pode levar os jovens a adquirir novos conhecimentos ou suscitar interesse.

Os conhecimentos políticos dos jovens, numa generalidade, demonstram uma densidade maior quando associados a crises ou escândalos políticos. Como argumentou Schudson (1992), as crises amplamente difundidas tendem a uma maior consciencialização da política pela população, permanecendo numa memória coletiva de acordo as formas como são percecionadas. Participantes com poucos conhecimentos sistemáticos da política, conseguem nomear os eventos de escândalos políticos, ou figuras envolvidas. Nesses momentos da entrevista, expressaram capacidade de distinguir conceitos nas avaliações do funcionamento do sistema político, e pensamento crítico da comunicação política dos atores políticos e partidos. Apontando-se a uma politização com base na socialização política em momentos de crise. Tornando-se pertinente analisar como as percepções se refletem face às governações socialistas.

### 5.4.3. Perceções e atitudes dos períodos de crise socialistas

Apresentam-se as Perceções dos jovens relativamente às Crises e escândalos nas governações Socialistas. Revelou-se existir um caráter de normalização ou conformidade com as crises, relativizando a relação do partido aos episódios de instabilidades. A normalização não impediu juízos críticos face às lideranças governativas. Os participantes demonstraram um forte pragmatismo de perceções desfavoráveis às governações do PS, particularmente, em relação às figuras dos ex-Primeiros-ministros António Costa e José Sócrates. Pragmatismo manifestado numa avaliação das consequências práticas das crises perante a política, além das leituras ideológicas. As críticas surgem de acusações de má gestão financeira, instrumentalização do Estado, falta de transparência nas explicações e uma desilusão para com os políticos. Conforme as opiniões e Perceções caracterizadas pelos excertos no grafo 17.



**Grafo 17.** Excertos por Codificação "perceção crítica das governações socialistas"

Fonte: MaxQda<sup>38</sup>.

<sup>38</sup> Com efeito de redução textual, as figuras políticas foram substituídas por: AC, António Costa; JS, José Sócrates; PNS, Pedro Nuno dos Santos; MS, Mário Soares.

Nas percepções, as Governações Socialistas encontram-se associadas às crises, pela menção de “crises”, a “escândalos”, casos de “corrupção”, problemas “económicos”. E uma “desconfiança” dos atores políticos e das políticas em governação. Por P1, que menciona “o caso de António Costa impacta a crença da confiança”, similar a P4 que relata “tivemos de fazer eleições antecipadas e ele já está num cargo no conselho europeu (...) não me transmite muita confiança” (P4, CC). Em convergência com Aassve et al. (2024), as crises podem não apenas causar efeitos negativos percepção, mas provocar uma erosão da confiança política e das instituições. Nestes contextos, a responsabilização tende a recair sobre os líderes políticos, vistos como principais culpados pela instabilidade ou má gestão. Através de tendência generalizada aponta-se que os participantes assumem posições desfavoráveis das figuras principais de Primeiro-Ministro socialistas, e as suas governações.

As opiniões tendem a alinhar-se numa ideia que “acaba tudo por culminar numa amálgama de mixórdias” (P17, DS - centro-esquerda); ou em grafo P12, aponta que “a operação influencer fez-me perceber e a muitos portugueses que o PS precisa de mudanças (...)” (P12, MC). Pelo exemplo, de P13 acerca da demissão de António Costa:

Além de ser um problema da justiça, é um problema político e é uma crise política, porque está a gerar, mais uma vez, crise na confiança das instituições e crise da democracia por consequente. É todo um ciclo cheio de ligações que eu acho que é muito difícil de definir (P13, MP - esquerda)

Numa reflexão pelo participante que se considera mais politizado. Produz um entendimento estruturado dos efeitos de crise, porém com percepção convergente dos outros participantes. Observa-se a percepção das crises, partidas de um fenómeno multidimensional e progressivo ao longo da democracia. Os descontentamento e desconfiança dos jovens perante a política portuguesa repercute-se no passado de gerações anteriores de jovens (Magalhães, 2022; Magalhães e Faria, 2003; Magalhães e Moral, 2008; Matos et al., 2023). Os relatos reforçam a ideia que a percepção de crises e escândalos não são apercebidas como “episódicas” ou casos isolados, mas estruturais (Schudson, 1992). Podendo afetar as atitudes cívicas da geração mais jovem pela confiança institucional (Habermas, 1988; Reinemann et al., 2022) e, fragilizar a reputação e percepção pública dos líderes políticos (Boin et al., 2005; Coombs e Holladay, 2011).

Verificaram-se percepções e opiniões críticas em todos os participantes, embora com diferentes graus de intensidade, foco ou enquadramento ideológico. O expressar de descontentamentos ou desconfianças, emergem, independentemente das suas orientações, ainda que com nuances em quando comparadas. Ao cruzarem-se as percepções com as orientações, observa-se que aqueles com as inclinações mais à direita tendem a associar o declínio do prestígio das instituições ao PS. Por P1, P5, P14, referenciam-se aos casos de “Sócrates”, e “Costa”, pelos casos de corrupção ou má gestão pública. Críticas apontadas ao posicionamento ideológico do

próprio partido, surgem singularmente por P10, numa crítica ao PS por se ter tornado mais “radical”, por alianças com a esquerda ou à falta de identidade.

Opiniões mais ressonantes, representam-se em grafo por: P5, P10, P12 e P14, de centro-direita ou direita. As perceções desfavoráveis associadas às suas funções, complementando, “vejo mais interesse pessoal do que próprio interesse para o país e para a sociedade” (P14, AM). E pelas palavras de P5, são “trocas de favores (...) e conversações atrás das cortinas entre os partidos maiores” (P5, TN). Evidenciando-se um perceção crítica transversal da articulação de juízos desfavoráveis, por como se apercebem da gestão das funções governativas ou isenção dos políticos, pelos “conhecidos tachos” (P5, TN). Similarmente, P2 (esquerda) “quase uma teia. ‘A’ vai para a posição ‘B’, depois ‘C’ e volta para a ‘A’ outra vez” (P2, JM), revelando uma ceticismo quanto aos responsáveis políticos socialistas, além do funcionamento do sistema.

Enquanto, P6 (centro-esquerda) aponta falhas nas recentes crises governativas do PS, considera que episódios anteriores, como gestão da pandemia ter sido “positivas”, contudo “haja sempre algo negativo” (P6, BF). Contrastando com os participantes, P3, P8, P15, referindo perceções mais aceitáveis das crises. Os participantes com orientações à esquerda/centro-esquerda, demonstram-se mais recetivos e compreensivos às crises e escândalos provenientes do PS. Ou seja, aparentam possuir um grau de aceitação, em sentido de desculpabilização. Deduzível como apontado por Pereira Filho et al. (2024), sugerindo que a identificação pessoal com partido ou figura política, possa levar à atenuação da crítica. Como exemplo, P3 (centro-esquerda): “os problemas da habitação, inflação, problemas do desenvolvimento global (...) acredito quer seja o PS, quer o PSD ou o Chega, qualquer que tivesse a decisão política em Portugal, iríamos sofrer do mesmo” (P3, DR).

Apesar de opiniões críticas os jovens não recusam totalmente o PS, revelando uma lógica que o partido é parte de um problema, mas ainda um dos viáveis dentro do sistema. Constatando-se, nas suas posições que as crises poderiam ser vistas, “Como a luz positiva. Porque acho que, ele levou o passo como uma roupagem nova. As caras que eles candidatam. Os candidatos que eles mandam, parecem ter já um ar diferente.” (P9\_GN). Convergindo com, “sinto que o país precisava de uma cara nova” (P12, MC), “não há sangue fresco” (P2, JM), surgindo tendência de opinião de procura por remodelações das figuras de governação do PS.

Inversamente, jovens com orientações à esquerda, P2, P7, P9; ou centro-esquerda, em grafo, P6 e P17, refletiram que atualmente observam o partido com uma perspetiva menos positiva, que anteriormente. Indicativo que elementos com posições mais centristas ou indecisas, possam ter inclinações de afastamento ao PS derivado das suas perceções negativas. Ao que P14, perceciona uma relação entre o PS e a desinformação para com a população. Igualmente, pelo grafo, P10 produz uma associação das crises aos *media* num aproximar ao sensacionalismo. Numa posição equilibrada P13, sublinha:

Apesar de tudo, não foram as questões mais más, quanto são pintadas na comunicação social, (...) por exemplo, o turismo em Portugal está super funcional e em grande parte foi fomentado pela governação socialista. A cultura, apesar do crónico subfinanciamento, assim como a defesa nacional, tem sido cada vez mais valorizada. O cheque de cultura, um incentivo do governo para que possam consumir mais cultura e etc, acho que isso foi muito positivo (P13, MP)

Ilustrativo que a crítica se traduza numa negatividade generalizada, mas por percepções condicionadas pelos fatores contextuais da realidade política, face o enquadramento mediático. Numa ligação à “comunicação social”, para exemplificar que a sua percepção diferenciada, é em parte, moldada pelas narrativas mediáticas. Perspetivas em sequência de P9, P10 e P13, elementos mais jovens do estudo, introdutória de efeitos provenientes de consumos políticos captadores da atenção.

Entende-se que atribuíram conotação aos *media* pelas vertentes: a parcialidade política, os sensacionalismos e a confusão mediática. Aferindo-se uma percepção de confusão e hostilidade derivada das considerações de tendenciosidade mediática nas suas perspetivas (Shultziner e Stukalin, 2021; Thorson et al., 2016). Embora não associem os populismos aos *media*, a sua prevalência pode ser indicativa que consomem conteúdos envolvidos dos mesmos, levando à descrença dos *media* tradicionais (Reinemann et al., 2022). Ambas as vertentes convergem em uma evidência, que os contextos mediáticos ao difundir os conteúdos políticos caracterizam um afastamento da crença, nos *media* e no funcionamento das instituições.

Algumas das respostas desfavoráveis, apresentaram ténue justificação, “não tenho ouvido falar muito bem e acabo por captar essa informação, tenho ouvido mais mal do que bem” (P7, BM - esquerda), ou pelas palavras ambíguas de P9, “agora não consigo elaborar. Mas não me lembro de muito boas” (P9, GN - esquerda), e P11, “não tenho nenhuma percepção formulada, mas a ver com o António Costa diria que no final das contas seria mais negativa” (P11, CF). As posições, orientadas por atitudes negativas perante o partido ou às suas figuras, deixam em aberto a possibilidade de efeitos por agentes de socialização.

Os jovens encontram-se recessivos às informações, que se podem refletir em críticas formuladas no “acabo por captar essa informação”. Estudos anteriores, refletiam que as socializações pelos agentes ecoam nas perspetivas de compreensão política, e aprendizagem de conhecimentos políticos (Rodrigues et al., 2018; Thorson et al., 2016). Os familiares, o interesse do debate com os pares, o aumento da preocupação pela política face a idade e a intermediação das TIC, sugere que os agentes contribuem para a interpretação das suas preocupações e descontentamentos pela socialização crítica dos contextos políticos.

Refletiu-se uma proximidade dos acontecimentos recentes de crises político-mediáticos aos governantes António Costa e José Sócrates. Apresentando-se ténues os conhecimentos ao desenvolver sobre as governações, assim como das crises e escândalos socialistas. A crítica

associada, aproximam-na de uma dimensão de opinião, influenciada pelas percepções numa generalidade da política portuguesa. Representativo da mediatização dos acontecimentos, num envolvimento com de que os *media* amplificam a sua percepção de crises.

Convergingo numa construção gradual dos processos de formação de percepções, desde as memórias das conversas de crise em ambiente familiar aos consumos de conteúdos políticos de crises e escândalos políticos, que aparentam ser o culminar das variantes da socialização. Por elas, também se torna um mecanismo envolvido dos sistemas mediáticos pelo aumento de consumo em momentos de crise, mas influenciam como são compreendidos (Engblom, 2021; Pereira Filho et al., 2024). Como, por exemplo, P2, P13, jovens ideologicamente à esquerda, mas também à direita do espectro correlacionaram os sistemas mediáticos influentes dos contextos da informação perante a política e as crises. Contribuindo num afastar da sua confiança das figuras políticas, assim como dos partidos.

Os escândalos e crises emergem não só como fator no moldar das opiniões políticas, mas veículos de informação à conseqüente politização política. Advogando que podem conhecer as governações, associadas às suas percepções de crises ou escândalos. Destacando-se os descontentamentos associados aos casos de corrupção de José Sócrates, a operação influencer e demissão de António Costa, ou as polémicas da TAP. A mediatização dos acontecimentos, acentua um ceticismo ao sistema e figuras políticas além de percepções críticas ao PS. Relacionando-se o afastar de partidos tradicionais e a sensação de representatividade.

A relação dos ecossistemas, aflui no papel da narrativa mediática o consumo de conteúdos que tende a persuadir ou enquadrar as suas opiniões e percepções. Podendo intensificar as contextualizações de crise e refletir-se nos efeitos percetuais (Kim, 2019). Reforçando a dimensão que os consumos de conteúdos políticos pelos ecossistemas comunicativos moldam e impulsionam percepções desfavoráveis dos jovens. As percepções desfavoráveis podem estar associadas às percepções socializadas e, respetivamente, a uma percepção mediatizada. Argumentando-se uma trilogia entre as três dimensões de análise. Os conteúdos de natureza política consumidos pelos jovens, interagem com o seu entendimento da política, refletindo-se em percepções que desenvolvem acerca das crises e escândalos políticos.

## Considerações Finais

Esta dissertação como estudo exploratório centrou-se em interpretar as percepções dos jovens ubianos, sobre as governações socialistas e o papel dos meios de comunicação em tempos de crise. A pesquisa dirigiu-se para perceber as percepções de universitários, sobre os contextos de instabilidade na política portuguesa, em concreto no que tange a crises e escândalos políticos relacionados com o Partido Socialista. O estudo enquadrado-se por ser um contributo para o campo da comunicação, em particular tentando perceber o papel dos *media* no processo de socialização política dos jovens e da sua relação com outros agentes socializadores.

A partir da questão de investigação: *as percepções juvenis resultantes das governações Socialistas são moldadas de forma expressiva pelos seus consumos mediáticos?* Os resultados indicam que as percepções das crises políticas e escândalos sejam fortemente moldadas pelas narrativas nos *media* convencionais e TIC, mas também pelos agentes de socialização. O ecossistema de socialização intermediado pelos consumos mediáticos, impulsionam uma sensação negativa sobre os contextos políticos. Adicionando elementos perceptuais ao desacreditar dos jovens perante o sistema, instituições e figuras políticas. Culminando em descontentamentos políticos ou percepções desfavoráveis face às governações socialistas.

As percepções das governações manifestaram-se desfavoráveis em três níveis. Por um lado, os estudantes com posicionamentos ideológicos contrários ao PS expressaram-se os mais críticos, evidenciando a rejeição do partido face às suas discordâncias prévias. Por outro, os participantes com maior proximidade ideológica ao partido, adotaram uma postura mais compreensiva, relativizando os escândalos ou enquadrando-os como inevitáveis à esfera política. Por último, emergiram opiniões, que embora negativas, revelam-se superficiais, sustentadas por insatisfação sem articulação desse sentimento, pelo “ouvirem dizer”.

Através de uma abordagem metodológica qualitativa, produziu-se a recolha de 17 entrevistas semiestruturadas. A técnica de recolha permitiu trazer à conversa temáticas adicionais, por enquadramentos das suas experiências e percepções perante a questões colocadas. A partir de sentimentos de descontentamentos perante o sistema mediático e político, sensações de confusão mediática na interpretação dos conteúdos e opiniões expressivas perante o partido de extrema-direita. Permitiram um aprofundar face às socializações sobre política e aos efeitos dos consumos de conteúdos políticos. A análise das percepções dos estudantes, com o auxílio da ferramenta MaxQda, caracterizou-se tendo em conta três dimensões analíticas: a socialização dos jovens e o seu envolvimento pela política, os consumos político-mediáticos, e as percepções das governações, crises e escândalos socialistas.

O principal objetivo, tratou-se por compreender as percepções dos jovens sobre as governações socialistas em períodos de crise. As percepções indicam que os jovens tendem a ter a apresentar-

se descontentes com o sistema político, em parte por efeitos das crises políticas ligadas ao PS, os escândalos de corrupção e como são representados pela construção nas narrativas dos acontecimento difundidas nos *media* e conteúdos em TIC. Os consumos de conteúdos mediático-políticos dos jovens, evidenciam que os ecossistemas de comunicação interagem com a articulação da socialização política no que toca à formulação das perceções das governações. Verificando-se que os escândalos são percecionados como fenómenos mediáticos que reforçam à convergência de descontentamentos face ao PS.

Ao investigar-se os processos de formação política, destaca-se que os agentes de socialização primários continuam a desempenhar um papel fundamental na construção das perceções políticas. As conversas políticas, quando em núcleo familiar, e o incentivo escolar, tanto pela figura de professor, como pelo debate com colegas, surgem promotores de interesse e atitudes cívicas. Atribuindo-se uma transmissão de valores implícitos durante as interações, como contributos aos conhecimentos políticos pela exposição dos temas políticos durante as conversas. Conhecimentos, valores e atitudes que permanecem ou intensificam-se nesta fase introdutória de independência para a vida adulta.

Apesar da expressividade e importância dos agentes de socialização na aprendizagem política, verifica-se que a sua capacidade de influência demonstra-se permeada face à presença dos meios de comunicação nos processos de socialização. Através do envolvimento dos conteúdos de natureza política entre os jovens e os agentes, surgem com uma capacidade de captação de atenção dos jovens. Emergindo como intermediários da informação das socializações com outros agentes.

Os relatos revelam que as conversas e discussões familiares são intermediadas pelos conteúdos mediáticos através da televisão ou telejornal. Os meios de comunicação funcionam como elementos de mediação que fomentam o debate familiar. Podendo ser um ponto de partida para as conversas políticas, assumindo uma relação bidirecional entre os jovens e os familiares, nas discussões e interpretações. As televisões ao difundirem narrativas de escândalos ou crises, promovem um ambiente de socialização sobre as mesmas, que durante as conversas familiares, os jovens podem assimilar ou rejeitar as opiniões e posições dos familiares. Remetendo aos objetivos particulares.

Além da família, a escola e os pares, como incentivo, podem igualmente reforçar o interesse com a influência dos conteúdos de natureza política. Observou-se um aumento progressivo do interesse político pela uma maturação do desenvolvimento. Assim como, um interesse acrescido em momentos de eventos políticos, que passam desde atos eleitorais, eventos de crises e escândalos mediáticos. Os jovens ao procurarem informações para debates e conversas acerca de crises e temas políticos, argumentam as discussões, entre pares ou em ambiente escolar, com base em perceções formuladas e sustentadas pelos seus consumos.

Desenvolvendo conversas face às interpretações das informações mediáticas acerca dos eventos.

Constatou-se que, os participantes possuem elevado consumo de conteúdos mediáticos de natureza política, assim como interesse por os consumir. As TIC assumem destaque no consumo de conteúdos políticos, sendo as fontes de informação habitualmente mais utilizadas entre os jovens. A destacarem-se, os consumos de *media* sociais online e plataformas noticiosas. Cenário que reflete o paradigma de transição para o digital. No entanto, importa sublinhar, que os *media* tradicionais mantêm presença na vida dos jovens. Constando-se, que ainda assumem um papel relevante pela sua posição central de fonte de informação, ou por ser intermediários de outros agentes de socialização. Sugerindo efeitos desde a aprendizagem política às perceções desfavoráveis face às crises.

Os consumos de conteúdos mediáticos jogam um papel crucial não só na obtenção da informação, mas pelas preferências de conteúdos ou por algoritmos ao providenciar informação seletiva. Apesar de os participantes revelarem familiaridade das governações socialistas, evocaram as governações com base nas crises, escândalos políticos e mais recentes, retratando-se uma perceção mediada pelos acontecimentos políticos e a sua cobertura mediática. Casos, como as suspeitas de corrupção de António Costa e de José Sócrates ou a crise económica da troika, resultaram em reflexões críticas. Evidenciando a sensação de instabilidades constantes, como resposta.

Refletiram-se opiniões críticas sobre as narrativas em *media* tradicionais. Nomeadamente, os conteúdos que assistem demonstrarem-se confusos ou não serem imparciais, como exemplo, os debates televisivos. Demonstrativo da existência de uma perceção generalizada de ceticismo na fiabilidade de informação mediática, que desenvolveu uma perceção de dúvida face aos conteúdos e narrativas mediáticas. Produzindo ligações da difusão de desinformação aos escândalos políticos. Considerando, por vezes, os conteúdos noticiosos apenas para captar a atenção, ao serem muito sensacionalistas. Caracterizando-se, uma perceção mediatizada, numa relação dos consumos de conteúdos e as perceções desfavoráveis.

As considerações, apresentam a nuance de afastamento dos participantes aos meios convencionais, em procura dos conteúdos que preferem em TIC. Apontam os *media* como fonte essencial à informação, mas contrastam que não podem confiar nas informações e conteúdos de forma absoluta. Admitindo recorrer aos conteúdos informativos superficialmente, ao lerem apenas os títulos ou lerem e assistirem a pequenos resumos. Sejam, notícias ou vídeos, nas plataformas digitais e *media* sociais online. Surgindo a suscetibilidade aos desafios do ambiente digital, num comprometer da profundidade das perceções, pelo fluxo de informação, populismos e desinformação. Embora, julguem possuir literacia mediática e capacidade crítica para interpretar as informações em conteúdos nas TIC. Afirmando ter

capacidade, não apenas de compreender, mas de interpretar criticamente as narrativas nos conteúdos, tal como de as desconstruir e pesquisar a informação para a verificar.

Observou-se que, embora os estudantes demonstrem interesse e vontade de estar informados, isso não se traduz em conhecimentos aprofundados. Refletindo que a socialização política está presente, pelos agentes de socialização. Desde os familiares, aos *media*, e as TIC, ou discussão de pares, surgem como variáveis na construção e moldar das perceções políticas. O envolvimento das TIC e *media* para com os processos de formação inicia-se desde o ambiente familiar, ao dia a dia na procura de informação. Variantes que culminam em experiências e interações sociais, permeadas pelos contextos mediáticos. Os exemplos surgem nas sensações de falta de representatividade dos partidos, às opiniões políticas sem bases fundamentadas.

Desta forma, atendendo ao terceiro objetivo, depreende-se que os *media* possuem uma relação causa-efeito nas perceções dos jovens. Seja como agente de socialização, seja pelos consumos mediáticos. A presença de efeitos dos ecossistemas de comunicação, passam desde a família, a irmãos, à procura pela informação. Refletindo-se num cruzamento de crises ou escândalos políticos. Afetando nomeadamente a perceção que construíram da figura principal da governação socialista que tinham como mais próxima, António Costa.

Constatando-se uma falta de sustentação na argumentação das críticas enunciadas acerca das perceções desfavoráveis. Nomeadamente, nos menos interessados em questões políticas. Desde as considerações do sistema político, passando pelos posicionamentos e observações da informação mediática, às avaliações das governações socialistas. Pelo que, tendem a desenvolver julgamentos políticos sem formular uma justificação fundamentada das suas opiniões. Sugerindo que as perceções verificam a tendência de ser moldadas pelos conteúdos políticos que consomem e através das suas socializações políticas.

Concluindo-se, que nem todos, possuíram as mesmas perceções das crises, embora, numa generalidade atribuíram crítica desfavorável e desilusão perante a atuação do PS nas últimas governações. Ao aferir-se o cruzamento das posições ideológicas e perceções negativas, observou-se subjetividade na caracterização de atitudes críticas e perspetivas desfavoráveis. Por um lado, elementos à direita do espectro caracterizam-se por perceções mais críticas afluindo dos seus posicionamentos ideológicos. Discordando enfaticamente do PS, ao considerarem as crises políticas e os casos de corrupção, ser deteriorantes da política nacional. Por outro, elementos mais à esquerda no espectro com autoperceção de baixo conhecimento acerca das crises políticas, flutua entre uma argumentação de desculpabilização e aceitação.

Sentimentos em que atribuem responsabilidade aos fatores externos (por exemplo, contexto económico, pressões políticas e partidárias) e as falhas de outros partidos que também desenvolvem crises e escândalos. Ainda assim, interpretou-se que elementos mais moderados ou de aproximação de orientação ideológica ou valores do PS, apontaram perceções

desfavoráveis e um ceticismo perante a atuação das governações em tempos de crises. Refletindo, uma vez mais, os ecossistemas de comunicação e socialização como possíveis amplificadores de perceções desfavoráveis.

O emergir de respostas ao partido de extrema-direita, despertam especial interesse. Alguns entrevistados, associam o partido às crises e governações socialistas. Sugerindo que a sua própria existência seria uma crise democrática criando uma conotação negativa. Não obstante de conhecimentos políticos, foram associados a uma dimensão das governações socialistas, produzindo aproximação do PS ao partido Chega. Apesar de muitos, expressivamente se dissociem dos extremos, e em particular do extremo no espectro direito, produzem opiniões políticas detalhadas vinculadas ao partido e aos escândalos. Representativo da capacidade de captar a atenção do eleitorado mais jovem, efeitos por base de estratégias de populismos ou *fake news*. Reforçando a sua visibilidade, que pode partir dos seus consumos em TIC e digital. Com o contraste dos jovens com aproximação ideológica ao PS, tendem a atribuir as crises e escândalos socialistas, ao partido populista (extrema direita). Embora desiludidos, amenizam a responsabilidade do PS.

Deduzindo-se que os elementos com perceções mais críticas podem refletir-se pelos consumos de conteúdos mediáticos de natureza política. Perceções, em parte moldadas pelo posicionamentos ideológicos prévios, descontentamentos face aos erros das governações, memórias e interações por socializações políticas e, o consumo de desinformação e populismos. Sensações negativas, impulsionadas pela exposição de conteúdos em *media* e TIC. Particularmente, através das plataformas digitais e narrativas em *media* convencionais, que amplificam os escândalos. Apontando a críticas desfavoráveis perante a esfera política. Fatores que contribuem na erosão da confiança política, alimentando um questionar da ação e legitimidade dos poderes políticos. Resultados que evidenciam o papel dos consumos político-mediáticos e em TIC nos efeitos negativos sobre as perceções das governações socialistas.

As limitações nos estudos de perceção podem ser diversas, salienta-se o formato de interpretação das perceções. As limitações derivadas pela análise, visto serem um processo dependente da própria interpretação do investigador. Limitações voltadas para a análise, segundo Daymon e Holloway (2011), apontariam, que embora a codificação facilite o processo, o agrupar e organizar dos fenómenos, pode gerar um processo interpretativo que deixe de lado algumas questões pertinentes. Similar ênfase liga-se aos métodos da recolha e tratamento de dados, pelos contextos envolventes do estudo.

Lune e Berg (2017), destacaram limitações na utilização de informação de dados, pela recolha de entrevistas como: a contextualização dos dados e a autoperceção dos participantes. As questões contextuais das instabilidades da política portuguesa, podem indicar uma limitação, ao que as perceções estariam direcionadas aos problemas da política, no momento da recolha.

Outra limitação aponta-se à memória dos jovens para entendimento da transmissão de orientações ou percepções de crise. Desde o recordar as posições ideológicas dos pais ou memórias mais distantes em conversas. As memórias desvanecem ou alteram-se, podendo encontrar-se deturpadas (Lune e Berg, 2017). Não obstante, permitem aprofundar as experiências individuais dos estudantes no momento da recolha.

A recolha da amostra apresentou limitações, nomeadamente, na dificuldade de mobilização de universitários em participar no estudo. Explicação que não se restringe apenas ao mês da recolha, mas pela justificação de este atender a temáticas políticas, deixando em aberto a desmotivação ou falta de interesse dos jovens pela temática em apreço. O que afetou a questão da paridade de género da amostra, assim como, a diversidade dos posicionamentos ideológicos.

Avaliando investigações de trabalho futuro, aponta-se a um equacionar com outras instituições de ensino superior em Portugal. Ao focar a perceção dos jovens adultos universitários, para compreender os efeitos mediáticos nos posicionamento e adicionar diversidade dos estudantes acerca das governações e crises, em sentido mais amplo. Tal como, debruçar sobre jovens não universitários, para avaliar os efeitos específicos da desinformação, populismos e a necessidade de literacia mediática em tempos de crises, através dos consumos e socialização política. Assim como, enquadramentos de métodos mistos para comparar padrões a uma escala macrológica, face a conteúdos mediáticos de natureza políticas específicos.

## Bibliografia

- Aassve, A., Capezzone, T., Cavalli, N., Conzo, P., & Peng, C. (2024). Social and political trust diverge during a crisis. *Scientific Reports*, *14*(1), 331. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-50898-4>
- Aggeborn, L., & Nyman, P. (2021). Intergenerational Transmission of Party Affiliation Within Political Families. *Political Behavior*, *43*(2), 813–835. <https://doi.org/10.1007/s11109-020-09628-z>
- Alford, J. R., Funk, C. L., & Hibbing, J. R. (2005). Are Political Orientations Genetically Transmitted? *American Political Science Review*, *99*(2), 153–167. <https://doi.org/10.1017/S0003055405051579>
- Almeida, F. C. (2015). A direita radical em Portugal: Da Revolução dos Cravos à era da internet. *Estudos Ibero-Americanos*, *41*(1), 98–125. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2015.1.20463>
- Almeida, F. L. (2017). Concept and Dimensions of Web 4.0. *International Journal of computers & Technology*, *16*(7), 7040–7046. <https://doi.org/10.24297/ijct.v16i7.6446>

- Almeida, J. R. (2011). *A crise económica que levou Portugal a provar pela primeira vez a receita do FMI*. Público. <https://www.publico.pt/2011/04/07/jornal/a-crise-economica-que-levou-portugal-a-provar-pela-primeira-vez-a-receita-do-fmi-21786788>
- Almond, G. A. (1956). Comparative Political Systems. *The Journal of Politics*, 18(3), 391–409. <https://doi.org/10.2307/2127255>
- Almond, G. A., & Verba, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in five nations*. Princeton University Press.
- Alves, J. (1997). The thin end of the wedge: Jokes and the political socialization of children. *Humor*, 10(3), 301–332. <https://doi.org/10.1515/humr.1997.10.3.301>
- Amaral, I. (2019). A imagem na era da cultura digital e das narrativas alternativas. Em *Comunicação digital: media, práticas e consumos* (pp. 99–113). NIP-C@M - Núcleo de Investigação em Práticas & Competências Mediáticas. Departamento de Ciências da Comunicação. Universidade Autónoma de Lisboa. <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-87-8.5>
- Amaral, I., Lopes, P., Quintas, C., & Carriço Reis, B. (2017). The Millennial Generation: A study on digital consumption of portuguese youth. *Proceedings of INTED2017 Conference*, 4820–4828.
- Andolina, M. W., Jenkins, K., Zukin, C., & Keeter, S. (2003). Habits from Home, Lessons from School: Influences on Youth Civic Engagement. *PS: Political Science & Politics*, 36(2), 275–280. <https://doi.org/10.1017/S104909650300221X>
- Antunes, R. (2017). *Os 5 casos da face oculta de Sócrates na justiça*. Observador. <https://observador.pt/especiais/os-5-casos-da-face-oculta-de-socrates-na-justica/>
- Araújo, B., & Prior, H. (2021). Framing Political Populism: The Role of Media in Framing the Election of Jair Bolsonaro. *Journalism Practice*, 15(2), 226–242. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1709881>
- Ardèvol-Abreu, A., & Gil de Zúñiga, H. (2017). Effects of Editorial Media Bias Perception and Media Trust on the Use of Traditional, Citizen, and Social Media News. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 94(3), 703–724. <https://doi.org/10.1177/1077699016654684>
- Assembleia da República. (2010). *Revisões constitucionais*. <https://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx>
- Austin, E. W., & Domgaard, S. (2022). Processes and Impacts of Political Socialization. Em D. Lemish (Ed.), *The Routledge International Handbook of Children, Adolescents, and Media* (2.<sup>a</sup> ed., pp. 294–301). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003118824-37>
- Baptista, J. P., & Gradim, A. (2022). Online disinformation on Facebook: the spread of fake news during the Portuguese 2019 election. *Journal of Contemporary European Studies*, 30(2), 297–312. <https://doi.org/10.1080/14782804.2020.1843415>
- Baptista, J. P., Gradim, A., Loureiro, M., & Ribeiro, F. (2023). Fact-checking: uma prática recente em Portugal? Análise da perceção da audiência. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación*

- Barassi, V., & Treré, E. (2012). Does Web 3.0 come after Web 2.0? Deconstructing theoretical assumptions through practice. *New Media & Society*, 14(8), 1269–1285. <https://doi.org/10.1177/1461444812445878>
- Barreto, A. (1994). Portugal, a Europa e a Democracia. *Análise Social*, 29(129), 1051–1069. <https://www.jstor.org/stable/41011065>
- Barros, R. (2017). *Fogo de Pedrógão Grande é o 11º mais mortal do mundo desde 1900*. Renascença. [https://rr.sapo.pt/especial/86656/fogo\\_de\\_pedrogao\\_grande\\_e\\_o\\_11\\_mais\\_mortal\\_do\\_mundo\\_de\\_sde\\_1900](https://rr.sapo.pt/especial/86656/fogo_de_pedrogao_grande_e_o_11_mais_mortal_do_mundo_de_sde_1900)
- Belchior, A. M. (2008). Party Political Representation in Portugal. *South European Society and Politics*, 13(4), 457–476. <https://doi.org/10.1080/13608740902738384>
- Benoit, W. (2018). Crisis and Image Repair at United Airlines: Fly the Unfriendly Skies. *Journal of International Crisis and Risk Communication Research*, 1(1), 11–26. <https://doi.org/10.30658/jicrcr.1.1.2>
- Berelson, B. (1952). Democratic Theory and Public Opinion. *Oxford Journals*, 16(3), 313–330. <https://doi.org/https://www.jstor.org/stable/2745778>
- Bhatti, Y., & Hansen, K. M. (2012). Leaving the Nest and the Social Act of Voting: Turnout among First-Time Voters. *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, 22(4), 380–406. <https://doi.org/10.1080/17457289.2012.721375>
- Birukou, A., Blanzieri, E., Giorgini, P., & Giunchiglia, F. (2013). *A Formal Definition of Culture* (K. Sycara, M. Gelfand, & A. Abbe, Eds.; Vol. 6, pp. 1–26). Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-5574-1\\_1](https://doi.org/10.1007/978-94-007-5574-1_1)
- Bizarro, T. (2021). *Marcelo formaliza dissolução do parlamento*. Euronews. <https://pt.euronews.com/2021/12/05/marcelo-formaliza-dissolucao-do-parlamento>
- Blumler, J. G. (2001). The third age of political communication. *Journal of Public Affairs*, 1(3), 201–209. <https://doi.org/10.1002/pa.66>
- Boin, A., 't Hart, P., Stern, E., & Sundelius, B. (2005). *The Politics of Crisis Management. Public leadership under Pressure*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511490880>
- Bos, A., Greenlee, J., Holman, M., Oxley, Z., & Lay, J. C. (2022). This One's for the Boys: How Gendered Political Socialization Limits Girls' Political Ambition and Interest. *American Political Science Review*, 116(2), 484–501. <https://doi.org/10.1017/S0003055421001027>
- Botelho, L. (2021). *Parlamento está formalmente dissolvido. Governo em funções, mas com poderes diminuídos*. Público. <https://www.publico.pt/2021/12/05/politica/noticia/parlamento-formalmente-dissolvido-governo-funcoes-poderes-diminuidos-1987383>

- Braga, J., & Serfaty, S. (2019). *Portugal Since the Revolution: Economic and Political Perspectives*. Routledge.
- Brinkmann, S. (2020). Unstructured and Semistructured Interviewing. Em P. Leavy (Ed.), *The Oxford Handbook of Qualitative Research* (2.<sup>a</sup> ed., pp. 424–456). Oxford University Press.
- Busetto, L., Wick, W., & Gumbinger, C. (2020). How to use and assess qualitative research methods. *Neurological Research and Practice*, 2(1), 1–10. <https://doi.org/10.1186/s42466-020-00059-z>
- Caeiro, T. (2024). *Tribunal de Contas critica gestão da pandemia. Saúde gastou 153 milhões acima do previsto em testes e falhou vigilância das infeções*. Observador. <https://observador.pt/2024/01/18/tribunal-de-contas-critica-gestao-da-pandemia-saude-gastou-153-milhoes-acima-do-previsto-em-testes-e-falhou-vigilancia-das-infecoes/>
- Calado, V., Carapinha, L., & Neto, H. (2022). Comportamentos Aditivos aos 18 anos. Inquérito dos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional. *Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências*, 1–73. <http://www.sicad.pt>.
- Campbell, R., & Conradt, D. P. (2015). The Civic Culture at 50: Change, Continuity and Challenges in the Federal Republic of Germany. *German Politics*, 24(3), 217–233. <https://doi.org/10.1080/09644008.2015.1060588>
- Camponez, C., Ferreira, G. B., & Rodríguez-Díaz, R. (2020). *Estudos do Agendamento. Teoria, Desenvolvimentos e Desafios - 50 anos depois*. Labcom. [www.labcom.ubi.pt](http://www.labcom.ubi.pt)
- Cancela, J., & C. Magalhães, P. (2020). As Bases Sociais dos Partidos Portugueses. *Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI)*, 60, Art. 60. <https://doi.org/10.23906/wp60/2020>
- Carpini, M. X. D., & Keeter, S. (1993). Measuring Political Knowledge: Putting First Things First. *American Journal of Political Science*, 37(4), 1179–1206. <https://doi.org/10.2307/2111549>
- Cariço Reis, B., Magos, S. R., Prior, H., Fafe, J. P., Pereira, J. S., Araújo, R. A., Figueiras, R., & Ribeiro, V. (2019). *Comunicação política*. NIP-C@M - Núcleo de Investigação em Práticas & Competências Mediáticas. Departamento de Ciências da Comunicação. Universidade Autónoma de Lisboa. <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-99-1>
- Casimiro, F. (2002). *Os Conceitos de Família e Núcleo familiar nos recenseamentos da população em Portugal*. [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://censos.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp%3Flook\\_parentBoui%3D107072%26att\\_display%3Dn%26att\\_download%3Dy&ved=2ahUKEwi\\_m7f0wtqJAxWQQ\\_EDHSVxJFgQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw16xTXmOWArKie7ooWG18iu](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://censos.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp%3Flook_parentBoui%3D107072%26att_display%3Dn%26att_download%3Dy&ved=2ahUKEwi_m7f0wtqJAxWQQ_EDHSVxJFgQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw16xTXmOWArKie7ooWG18iu)
- Castanheira, J. P., & Baião, A. (2016). *A noite que mudou a vida de Guterres*. Expresso. <https://expresso.pt/politica/2016-10-13-A-noite-que-mudou-a-vida-de-Guterres>
- Castells, M. (2009). Power in the network society. Em *Communication Power*. Oxford University Press.

- Cho, H., Cannon, J., Lopez, R., & Li, W. (2024). Social media literacy: A conceptual framework. *New Media & Society*, 26(2), 941–960. <https://doi.org/10.1177/14614448211068530>
- Choudhury, N. (2014). World Wide Web and Its Journey from Web 1.0 to Web 4.0. *International Journal of Computer Science and Information Technologies*, 5(6), 8096–8100. [www.ijcsit.com](http://www.ijcsit.com)
- CNE. (2024a). *Método de Hondt*. Comissão Nacional de Eleições. <https://www.cne.pt/content/metodo-de-hondt>
- CNE. (2024b). *Sistema Eleitoral*. Comissão Nacional de Eleições. <https://www.cne.pt/content/apresentacao>
- Coelho, S. O. (2015). *Sócrates vende casa a paquistanês candidato a visto Gold*. Observador. <https://observador.pt/2015/08/11/socrates-vende-casa-a-paquistanes-candidato-a-visto-gold/>
- Colling, L. (2008). Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. *Revista FAMECOS*, 9(17), 88. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2002.17.3154>
- Constituição da República Portuguesa*. (2005). Assembleia da República. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx?id=1948>
- Contreras, C., Rivas, J., Franco, R., Gómez-Plata, M., & Luengo-Kanacri, B. P. (2023). Digital media use on school civic engagement: A parallel mediation model. *Comunicar*, 31(75), 91–102. <https://doi.org/10.3916/C75-2023-07>
- Conway, M. M., Wyckoff, M. L., Feldbaum, E., & Ahern, D. (1981). The News Media in Childre’s Political Socialization. *Source: The Public Opinion Quarterly*, 45(2), 164–178. <https://doi.org/https://www.jstor.org/stable/2748789>
- Coombs, W. T., & Holladay, S. J. (2011). An exploration of the effects of victim visuals on perceptions and reactions to crisis events. *Public Relations Review*, 37(2), 115–120. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2011.01.006>
- Cornejo, M., Rocha, C., Castro, D., Varela, M., Manzi, J., González, R., Jiménez-Moya, G., Carvacho, H., Álvarez, B., Valdenegro, D., Cheyre, M., & Livingstone, A. G. (2021). The intergenerational transmission of participation in collective action: The role of conversation and political practices in the family. *British Journal of Social Psychology*, 60(1), 29–49. <https://doi.org/10.1111/bjso.12420>
- Correia, J. C. (2012). A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. Em *Pesquisa em Media e Jornalismo* (pp. 79–106). Labcom.
- Costa, P. (2022). A Participação Política da Juventude em Portugal - Portugal em 2020. *Fundação Calouste Gulbenkian*, 1–52. <https://gulbenkian.pt/forum-futuro/participacao-politica-dos-jovens-em-portugal/>
- Creswell, J. W. (2009). *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto* (3ª). Sage.
- Cromdal, J. (2006). Socialization. Em *Encyclopedia of Language & Linguistics* (Número 1984, pp. 462–465). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B0-08-044854-2/00353-9>

- Cruz, M. B. da. (2017). *O sistema Político Português*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cruz Junior, G. (2019). Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. *ETD - Educação Temática Digital*, 21(1), 278–284. <https://doi.org/10.20396/etd.v21i1.8652833>
- Cruz, M. B. (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, XXI (87-88–89), 1067–1088. <https://doi.org/https://www.jstor.org/stable/41010734>
- Dalton, R., & Shin, D. (2014). Reassessing The Civic Culture Model. Em R. Dalton & C. Welzel (Eds.), *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens* (pp. 91–96). Cambridge Press.
- Daymon, C., & Holloway, I. (2011). *Qualitative Research Methods in Public Relations and Marketing Communications* (2.<sup>a</sup> ed.). Routledge.
- DCIAP. (2023). *Buscas e Detenções*. Ministério Público Portugal. <https://dciap.ministeriopublico.pt/destaque/buscas-e-detencoes>
- Dearnley, C. (2005). A reflection on the use of semi-structured interviews. *Nurse Researcher*, 13(1), 19–28. <https://doi.org/10.7748/nr2005.07.13.1.19.c5997>
- Demony, C., & Gonçalves, S. (2023). *Portuguese PM quits over lithium, hydrogen corruption probe*. Reuters. <https://www.reuters.com/world/europe/portuguese-prosecutors-search-government-buildings-lithium-investigation-2023-11-07/>
- Dias, A., & Hortas, M. J. (2020). Educação para a Cidadania em Portugal. *Revista Espaço do Currículo*, 13(2), 176–190. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51562>
- Dias, C. P., Reis, B., & Lopes, P. (2022). Post-Truth and Democracy: a reflection on disinformation mechanisms. *RIPS: Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, 21(1). <https://doi.org/10.15304/rips.21.1.8198>
- Dinas, E. (2014). The Long Shadow of Parental Political Socialization on the Development of Political Orientations. *The Forum*, 12(3), 397–416. <https://doi.org/10.1515/for-2014-5013>
- Dinis, D. (2017). *Foi tudo mal feito: relatório de Pedrógão não poupa (quase) ninguém*. Público. <https://www.publico.pt/2017/10/12/politica/noticia/foi-tudo-mal-relatorio-de-pedrogao-nao-poupa-quase-ninguem-1788662>
- Direção-Geral da Educação. (2013). *Educação para a Cidadania - Linhas Orientadoras*. <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania-linhas-orientadoras-0>
- Dornan, C. (2017). Dezinformatsiya: The past, present and future of «fake news». *Canadian commission for UNESCO*, 1–14. <http://www.unesco.se/wp-content/uploads/2017/05/2017-03-30-dezinformatsiya-the-past-present-and-future-of-fake-news-by-c-dornan-ccunesco.pdf>
- Dowse, R. E., & Hughes, J. (1971). The Family, The School, and The Political Socialization Process. *Source: Sociology*, 5(1), 21–45. <http://www.jstor.orgURL:http://www.jstor.org/stable/42851011>
- Easton, D. (1979). *A framework for political analysis* (Pheonix Edition 1979). University of Chicago Press.

- Eberl, J.-M., Boomgaarden, H. G., & Wagner, M. (2017). One Bias Fits All? Three Types of Media Bias and Their Effects on Party Preferences. *Communication Research*, 44(8), 1125–1148. <https://doi.org/10.1177/0093650215614364>
- Eckstein, K., Šerek, J., & Noack, P. (2018). And What About Siblings? A Longitudinal Analysis of Sibling Effects on Youth's Intergroup Attitudes. *Journal of Youth and Adolescence*, 47(2), 383–397. <https://doi.org/10.1007/s10964-017-0713-5>
- Ekström, M., & Östman, J. (2013). Family talk, peer talk and young people's civic orientation. *European Journal of Communication*, 28(3), 294–308. <https://doi.org/10.1177/0267323113475410>
- Engblom, A. (2021). The role of the media in times of crises. Em *Parliamentary Assembly of the Council of Europe*. Parliamentary Assembly of the Council of Europe. <https://pace.coe.int/en/files/28731>
- Espírito Santo, P., & Costa, B. F. (2017). Party Members and Activists: Party Membership Profiles in a Comparative Perspective. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 4(2), 131–149. <https://doi.org/10.21814/rlec.245>
- Esselimani, S., Sagsan, M., & Kiralp, S. (2021). E-Government Effect on Participatory Democracy in the Maghreb: Indirect Effect and Government-Led Participation. *Discrete Dynamics in Nature and Society*, 2021, 1–13. <https://doi.org/10.1155/2021/6642998>
- Estevens, J. (2018). Mudança institucional e informações durante o período democrático. *Análise Social*, 53(228), 752–782. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2018228.09>
- European Commission. (2006). *Ministerial Declaration - RIGA*. 1–7. [https://ec.europa.eu/information\\_society/activities/ict\\_psp/documents/declaration\\_riga.pdf](https://ec.europa.eu/information_society/activities/ict_psp/documents/declaration_riga.pdf)
- Falcão, C. (2015). *Os Governos mais curtos da democracia portuguesa*. Observador. <https://observador.pt/especiais/os-governos-mais-curtos-da-democracia-portuguesa/>
- Farnen, R. F. (2007). Class Matters: Inequality, SES, Education and Childhood in the USA and Canada Today. *Policy Futures in Education*, 5(3), 278–302. <https://doi.org/10.2304/pfie.2007.5.3.278>
- Feijó, R. G. (2020). The place of the President of the Portuguese Political System. Em *Relações Internacionais* (pp. 117–121). <https://doi.org/https://doi.org/10.23906/ri2020.br01>
- Fentress, J., & Wickham, C. (2003). *Memoria Social* (C. Gimeno, Trad.). Frónesis Cátedra- Universitat de València. [https://books.google.com.gt/books?id=QLX\\_hXVMv1wC&printsec=copyright#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.gt/books?id=QLX_hXVMv1wC&printsec=copyright#v=onepage&q&f=false)
- Fernandes, F. (2023). A participação cívica e política dos jovens portugueses. *Perspectivas - Journal of Political Science*, 28, 69–80. <https://doi.org/10.21814/perspectivas.4469>
- Fernandes, T., Santana-Pereira, J., Cancela, J., & Sanches, E. R. (2019). *Cultura política e democracia*. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/instituicoes-e-qualidade-da-democracia-cultura-politica-na-europa-do-sul>

- Ferreira, P. M. (2008). Associações e Democracia. Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses? *Sociologia, Problemas e Práticas*, 57, 109–130.
- FFMS. (2020). *Famílias como as nossas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://ffms.pt/pt-pt/ffms-play/fronteiras-xxi/familias-como-nossas#documentos-e-links>
- Figueiras, R. (2019). Mediatização 2.0: a integração das redes sociais na praxis política. Em *Comunicação política* (pp. 45–75). NIP-C@M - Núcleo de Investigação em Práticas & Competências Mediáticas. Departamento de Ciências da Comunicação. Universidade Autónoma de Lisboa. <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-99-1.2>
- Flyan, F. (2005). Semi-Structured Interviewing. Em J. Miles & P. Gilbert (Eds.), *A handbook of research methods for clinical and health psychology* (pp. 67–77). Oxford University press .
- FMI. (2011). *FMI assina acordo técnico de 26 mil milhões de euros com Portugal no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado*. <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/NP/sec/pr/2011/pr11160p.pdf>
- Freire, A. (2003). Desempenho da democracia e reformas políticas: O caso português em perspectiva comparada. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 133–160. <http://hdl.handle.net/10071/28880>
- Freire, A. (2006). The Party System of Portugal. Em *Die Parteiensysteme Westeuropas* (pp. 373–396). VS Verlag für Sozialwissenschaften. [https://doi.org/10.1007/978-3-531-90061-2\\_16](https://doi.org/10.1007/978-3-531-90061-2_16)
- Freire, A. (2022). The center-left and radical left in portuguese democracy 1976-2021. Em J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (1.<sup>a</sup> ed., pp. 88–101). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780192855404.001.0001>
- Galarza-Molina, R. (2023). Youth in the face of disinformation: A qualitative exploration of Mexican college students' attitudes, motivations, and abilities around false news. *Communication & Society*, 36(2), 97–113. <https://doi.org/10.15581/003.36.2.97-113>
- Galston, W. A. (2001). Political Knowledge, Political Engagement, and Civic Education. *Annual Review of Political Science*, 4(1), 217–234. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.4.1.217>
- García-Albacete, G., & Lorente, J. (2019). La juventud después de la austeridad. Comportamiento y actitudes políticas. *Revista Internacional de Sociología*, 77(4), e141. <https://doi.org/10.3989/ris.2019.77.4.19.004>
- Garramone, G. M., & Atkin, C. K. (1986). Mass Communication and Political Socialization: Specifying the Effects. *Public Opinion Quarterly*, 50(1), 76. <https://doi.org/10.1086/268960>
- Gidengil, E., Lahtinen, H., Wass, H., & Erola, J. (2021). From Generation to Generation: The Role of Grandparents in the Intergenerational Transmission of (Non-)Voting. *Political Research Quarterly*, 74(4), 1137–1151. <https://doi.org/10.1177/1065912920971715>

- Gil, H. (2019). A Literacia Digital e as Competências Digitais para a Infoinclusão: uma inclusão digital e social dos mais idosos. *RE@D- Revista de Educação e Distância e Elearning*, 2(1), 79–96. <https://doi.org/https://doi.org/10.34627/vol2iss1pp79-96>
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1997). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*. AldineTransaction.
- Gonçalves, G. (2018). Political Communication. Em *The International Encyclopedia of Strategic Communication* (pp. 1–9). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119010722.iesc0129>
- Gruber, H. (2018). Genres of political communication in web 2.0. Em R. Wodak & B. Forchtner (Eds.), *The Routledge Handbook of Language and Politics* (pp. 412–425). Routledge.
- Habermas, J. (1988). *Legimitation Crisis* (T. McCarthy, Trad.). Polity Press.
- Haegel, F. (2020). Political Socialisation: Out of Purgatory? *European Journal of Sociology*, 61(3), 333–364. <https://doi.org/10.1017/S000397562000017X>
- Hatemi, P. K., & Ojeda, C. (2021). The Role of Child Perception and Motivation in Political Socialization. *British Journal of Political Science*, 51(3), 1097–1118. <https://doi.org/10.1017/S0007123419000516>
- Hiremath, B. K., & Kenchakkanavar, A. Y. (2016). An Alteration of the Web 1.0, Web 2.0 and Web 3.0: A Comparative Study. *Imperial Journal of Interdisciplinary Research (IJIR)*, 2(4), 705–710. <http://www.onlinejournal.in>
- Hyman, H. H. (1959). *Political Socialization: A Study in the Psychology of Political Behavior*. Glencoe, Ill : Free Press.
- International IDEA. (2023). *The Global State of Democracy 2023: The New Checks and Balances*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA). <https://doi.org/10.31752/idea.2023.78>
- Jennings, M. K. (1973). The Child's Construction of Politics. By R. W. Connell. *American Political Science Review*, 67(2), 595–596. <https://doi.org/10.2307/1958792>
- Jennings, M. K. (2015). Politics and Socialization. Em *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (Second Edi, Vol. 21, pp. 509–511). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.93130-1>
- Jennings, M. K., & Niemi, R. G. (1968). The Transmission of Political Values from Parent to Child. *American Political Science Review*, 62(1), 169–184. <https://doi.org/10.2307/1953332>
- Jensen, D., & Khanna, S. K. (2019). *Community Health and Well-Being in Maunatlala: Mainstreaming Disability, Sexual and Reproductive Health, and Alcohol and Substance Abuse*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.23709.73447>
- Jonhson, I., & Alabi, A. L. (2019). Political Socialisation and Political Participation. Em S. A. Lafenwa (Ed.), *Government, Society and Economy* (pp. 59–84). Ibadan University Press. <https://www.researchgate.net/publication/360808248>

- Jorge, R. P. (2017). *2011: O FMI voltou a mandar aqui*. Negócios. <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/detalhe/2011-o-fmi-voltou-a-mandar-aqui>
- Kellner, D. (1995). *A Cultura da Mídia*. EDUSC. [https://ufabcpoliticacultural.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/08/kellner\\_a-cultura-da-mc3addia\\_2001.pdf](https://ufabcpoliticacultural.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/08/kellner_a-cultura-da-mc3addia_2001.pdf)
- Khalid, N. A., & Yang, Y. (2024). Multilevel perspective for the diffusion of e-democracy implementation: A systematic literature review. *JeDEM - eJournal of eDemocracy and Open Government*, *16*(1), 213–251. <https://doi.org/10.29379/jedem.v16i1.875>
- Kim, K. (2019). The Hostile Media Phenomenon: Testing the Effect of News Framing on Perceptions of Media Bias. *Communication Research Reports*, *36*(1), 35–44. <https://doi.org/10.1080/08824096.2018.1555659>
- Kingzette, J., & Neblo, M. A. (2021). The Civic Culture(s): Groups, Norms, and the Health of Democracy. *The Journal of Race, Ethnicity, and Politics*, *6*(1), 144–156. <https://doi.org/10.1017/rep.2020.39>
- Koskimaa, V., & Rapeli, L. (2015). Political Socialization and Political Interest: The Role of School Reassessed. *Journal of Political Science Education*, *11*(2), 141–156. <https://doi.org/10.1080/15512169.2015.1016033>
- Kosters, A. (2017). *Investigação Marquês: corrupção de Sócrates vem de longe*. Expresso. <https://expresso.pt/sociedade/2017-04-06-Investigacao-Marques-corrupcao-de-Socrates-vem-de-longe>
- Lacourt, A. (2024). *Media literacy and the empowerment of users*. European Audiovisual Observatory. <https://rm.coe.int/iris-2024-2-media-literacy/1680b06196>
- Langton, K. P. (1967). Peer Group and School and the Political Socialization Process. *American Political Science Review*, *61*(3), 751–758. <https://doi.org/10.2307/1976093>
- Lima, B. P. de, & Sá, T. M. de. (2005). As Teorias da Transição para a democracia e o caso português. *Relações Internacionais - UNL*, *7*, 127–144. [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/r7/RI07\\_11BPLima\\_TMSa.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r7/RI07_11BPLima_TMSa.pdf?utm_source=chatgpt.com)
- Lima-Quintanilha, T., Torres-da-Silva, M., & Lapa, T. (2019). Fake news and its impact on trust in the news. Using the Portuguese case to establish lines of differentiation. *Communication & Society*, *32*(3), 17–32. <https://doi.org/10.15581/003.32.27872>
- Lindholm, K., & Olsson, E.-K. (2011). Crisis Communication as a Multilevel Game: The Muhammad Cartoons from a Crisis Diplomacy Perspective. *The International Journal of Press/Politics*, *16*(2), 254–271. <https://doi.org/10.1177/1940161210391785>

- Lindskog, H., Gustafsson, N., & Voytiv, S. (2024). Does Peer Socialization Within Cohorts Foster Political Attitudes? A Longitudinal Study of Elite Business Students. *Political Behavior*, 1–22. <https://doi.org/10.1007/s11109-024-09978-y>
- Lobo, M. C., Pinto, A. C., & Magalhães, P. (2012). The Political Institutions of Portuguese Democracy—Politics, Society and Economics. Em S. Royo (Ed.), *Portugal in the Twenty-First Century. Politics, Society, and Economics* (pp. 23–48). Lexington Books.
- Lobo, M. C., Pinto, A., & Magalhães, P. C. (2009). The Political Institutions of Portuguese Democracy. Em S. Royo (Ed.), *Portugal. Uma democracia em construção* (pp. 23–48). Lexington Books. <http://hdl.handle.net/10451/6064>
- Loff, M. (2022). Escola, Democracia, Cidadania, Europa: uma reflexão em tempos de crise. Em I. Menezes, C. Malafaia, & P. D. Ferreira (Eds.), *Reinventar a cidadania europeia de jovens: As escolas como espaços de educação política* (CIEE/FPCEUP, pp. 81–100). <https://hdl.handle.net/10216/145793>
- Loján Fierro, B. E. (2012). Análisis matemático al Método D’Hondt de asignación de escaños parlamentarios. *Ingenius*, 8, 30–37. <https://doi.org/10.17163/ings.n8.2012.03>
- Lune, H., & Berg, B. L. (2017). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences* (9.<sup>a</sup> ed.). Pearson Education.
- Lusa. (2021). *Cronologia da Operação Marquês, com início em 21 de novembro de 2014, com a detenção de Sócrates no aeroporto de Lisboa*. Observador. <https://observador.pt/2021/04/09/cronologia-da-operacao-marques-com-inicio-em-21-de-novembro-de-2014-com-a-detencao-de-socrates-no-aeroporto-de-lisboa/>
- Lusa. (2023). *As polémicas que (têm feito «correr tinta» e) levaram ao inquérito à TAP*. Economia ao minuto. <https://www.noticiasao minuto.com/economia/2275552/as-polemicas-que-tem-feito-correr-tinta-e-levaram-ao-inquerito-a-tap>
- Magaldi, D., & Berler, M. (2020). Semi-structured Interviews. Em V. Zeigler-Hill & T. K. Shackelford (Eds.), *Encyclopedia of Personality and Individual Differences* (pp. 4825–4830). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-24612-3\\_857](https://doi.org/10.1007/978-3-319-24612-3_857)
- Magalhães, P. (2022). A participação política da juventude em Portugal — Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019. Em *Análise Social* (Vol. 25, Número 105/106). Gulbenkian Studies #1. Fundação Calouste Gulbenkian. [https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relatório-01-final\\_red.pdf](https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relatório-01-final_red.pdf)
- Magalhães, P., & Faria, S. (2003). Legitimidade, confiança institucional e descontentamento democrático em Portugal. *Conferência Internacional Portugal a Votos - Eleições Legislativas de 2002*, 1–7. <http://cvc.instituto-camoes.pt/portugues-institucional-e-comunitario.html>

- Magalhães, P., & Moral, J. S. (2008). Os jovens e a política: Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa. *Cesop*, 1–52. [https://www.jpn.up.pt/pdf/Os\\_jovens\\_e\\_a\\_politica.pdf](https://www.jpn.up.pt/pdf/Os_jovens_e_a_politica.pdf)
- Magone, J. (2024). Portugal: Political Developments and Data in 2023. *European Journal of Political Research Political Data Yearbook*, 63(1), 404–416. <https://doi.org/10.1111/2047-8852.12460>
- Martin, V. B. (2005). NRJ Book: Tuned Out: Why Americans under 40 Don't Follow the News. *Newspaper Research Journal*, 26(1), 73–75. <https://doi.org/10.1177/073953290502600109>
- Mateus, J., & Ramalho, T. (2013). *O Sistema de Partidos em Portugal* (151/2013). <http://hdl.handle.net/10071/9838>
- Matos, R. (2023). *Estudo desenvolvido pelo CEDH revela que 9 em cada 10 jovens já exerceram direito de voto*. Universidade Católica Portuguesa. <https://m.porto.ucp.pt/pt/central-noticias/estudo-desenvolvido-pelo-cedh-revela-que-9-cada-10-jovens-ja-exerceram-direito-voto>
- Matos, R., Soares, M., Torres, J., & Leandro Maia, R. (2023). *Estudo sobre a participação juvenil em Portugal: Resultados de um inquérito online e de grupos de discussão com jovens*. Conselho Nacional de Juventude (CNJ). <https://www.cnj.pt/politicamente-desperto/>
- Maurer, P. (2023). Perceptions of media influence and performance among politicians in European democracies. *International Communication Gazette*, 85(5), 347–364. <https://doi.org/10.1177/17480485221146088>
- Maurissen, L., & Claes, E. (2023). Understanding Online Political Engagement Among Young Adolescents in 21 Countries. *Pensamiento Educativo: Revista de Investigación Educativa Latinoamericana*, 60(2). <https://doi.org/10.7764/PEL.60.2.2023.7>
- Maxwell, K. (1989). The Consolidation of Political Democracy in Portugal: Some Unanswered Questions. *Source: Portuguese Studies*, 5, 161–177. <http://www.jstor.orgURL:http://www.jstor.org/stable/41104887>
- Mayer, A., Neubauer, A. B., & Jugert, P. (2023). What is in the news today? How media-related affect shapes adolescents' stance towards the EU. *Journal of Adolescence*, 95(8), 1553–1563. <https://doi.org/10.1002/jad.12225>
- Mazzoleni, G. (2017). Changes in Contemporary Communication Ecosystems Ask for a “New Look” at the Concept of Mediatization. *Javnost - The Public*, 24(2), 136–145. <https://doi.org/10.1080/13183222.2017.1290743>
- Mazzoleni, G., & Schultz, W. (1999). «Mediatization» of Politics: A Challenge for Democracy? *Political Communication*, 16(3), 247–261. <https://doi.org/10.1080/105846099198613>
- McCombs, M., & Valenzuela, S. (2007). The Agenda-Setting Theory. *Cuadernos.info*, 20, 44–51. <https://doi.org/10.7764/cdi.20.111>

- McLeod, J. M., & Shah, D. V. (2009). Communication and Political Socialization: Challenges and Opportunities for Research. *Political Communication*, 26(1), 1–10. <https://doi.org/10.1080/10584600802686105>
- Melo, A., & Piano, R. (2021). *Governo reconhece dificuldades na gestão da pandemia*. Sic Notícias. <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2021-01-27-Governo-reconhece-dificuldades-na-gestao-da-pandemia>
- Menezes, I. (2003). Civic Education in Portugal: Curricular Evolutions in Basic Education. *Social Science Education*, 2(2), 1–13. <https://doi.org/10.4119/UNIBI/jsse-v2-i2-474>
- Menezes, I. (2007). Evolução da Cidadania em Portugal. *Educação para a cidadania e culturas de formação*, 17–34. <https://hdl.handle.net/10216/98766>
- Menezes, I., Pereira, V. B., & Hedtke, R. (2016). Educação e Participação cívica e política: 40 anos de mudança em Portugal e na Europa. *Sociedade & Culturas*, 49, 7–10. <https://doi.org/https://doi.org/10.34626/esc.vi49.145>
- Milner, H. (2004). *La compétence civique: comment les citoyens informés contribuent au bon fonctionnement de la démocratie*. Presses de l'Université Laval. <https://archive.org/details/lacompetencecivi0000miln/page/24/mode/2up?q=médias>
- Monteiro, J. A., & Costa, P. (2007). A reforma do sistema eleitoral português. *Eleições (11)*, 99–112.
- Monteiro, M., & Pinto, R. L. (2022). Eleições Legislativas em Portugal (30 de Janeiro de 2022). *POLIS*, 2(5), 235–244. <https://doi.org/https://doi.org/10.34628/fqk1-3x69>
- Monteiro, N., & Jalali, C. (2022). *Impactos da pandemia de COVID-19 em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://ffms.pt/sites/default/files/2022-08/resumo-do-estudo-um-novo-normal-impactos-e-licoes-de-dois-anos-de-pandemia-em-portugal.pdf>
- Moscovici, S. (1986). *Psicología Social, II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales*. Presses Universitaires de France. [https://www.academia.edu/45127758/\\_Biblioteca\\_Serge\\_Moscovici\\_Psicologia\\_social\\_II](https://www.academia.edu/45127758/_Biblioteca_Serge_Moscovici_Psicologia_social_II)
- Nath, K., & Iswary, R. (2015). International Conference on Computing and Communication Systems (I3CS'15) What Comes after Web 3.0? Web 4.0 and the Future. *International Conference on Computing and Communication Systems*, 1–4. [https://www.researchgate.net/publication/281455061\\_What\\_Comes\\_after\\_Web\\_30\\_Web\\_40\\_and\\_the\\_Future](https://www.researchgate.net/publication/281455061_What_Comes_after_Web_30_Web_40_and_the_Future)
- Neundorf, A., & Smets, K. (2017). Political Socialization and the Making of Citizens. Em *Oxford Handbook Topics in Politics* (Número February, pp. 1–30). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199935307.013.98>
- Newman, N., Fletcher, R., Robertson, C. T., Arguedas, A. R., & Nielsen, R. K. (2024). *Reuters Institute Digital News Report 2024*. Reuters Institute - University of Oxford. <https://doi.org/10.60625/risj-vy6n-4v57>

- Niemi, R. G., & Sobieszek, B. I. (1977). Political Socialization. *Annual Review of Sociology*, 3(1), 209–233. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.03.080177.001233>
- Nkansah, G. B., & Papp, Z. (2023). Does cohort size matter? Assessing the effect of youth cohort size and peer influence on young people’s electoral participation. *Journal of Youth Studies*, 26(7), 859–877. <https://doi.org/10.1080/13676261.2022.2053666>
- Norris, P. (2000). *A Virtuous Circle*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511609343>
- Obercom. (2023). *Digital News Report: Portugal 2023*. OberCom| Reuters Institute for the study of journalism. <https://obercom.pt/digital-news-report-portugal-2023/>
- Ognyanova, K. (2022). Contagious Politics: Tie Strength and the Spread of Political Knowledge. *Communication Research*, 49(1), 116–138. <https://doi.org/10.1177/0093650220924179>
- Ohme, J., & de Vreese, C. (2020). Traditional and “New Media” Forms and Political Socialization. Em *The International Encyclopedia of Media Psychology* (pp. 1–9). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119011071.iemp0167>
- Oliveira, A. F., Maneta, M., Brites, M. J., & Ribeiro-Rodrigues, V. (2024). How is Portugal addressing disinformation? Results of a mapping of initiatives (2010-2023). *Observatorio (OBS\*)*, 158–174. <https://doi.org/10.15847/obsOBS18520242444>
- Oliveira, M., & Dias, P. S. (2024). *O essencial da Operação Marquês*. Público. <https://acervo.publico.pt/sociedade/noticia/o-essencial-da-operacao-marques-1715123>
- Onkarappa A.P. (2021). Theoretical Framework on Political Socialization. *Journal of Creative Research Thoughts (IJCRT)*, 9(9), 813–821. <https://ijcrt.org/papers/IJCRT2109200.pdf>
- Owen, D., & Soule, S. (2015). *Political Knowledge and Dimensions of Political Engagement*. California State University. <http://hdl.handle.net/10211.3/160182>
- Paletz, D. L., Owen, D., & Cook, T. E. (2016). *American Government and Politics in the Information Age*. University of Minnesota Libraries. <https://open.lib.umn.edu/americangovernment/>
- Paris, A. (2023). *Policy Brief: Governo e Perfis Ministeriais em Portugal - Uma análise do XXIII governo constitucional numa perspetiva longitudinal*. Observatório da Qualidade da Democracia. <http://hdl.handle.net/10451/56190>
- Paris, A., & Silveira, P. (2023). O III governo de António Costa: Partidarização e especialização da elite ministerial. Em M. Camerlo, D. Pimenta, J. Lima, & L. Hanenberg (Eds.), *Democracia em Portugal 2022. Caderno do Observatório da Qualidade da Democracia* (pp. 61–68). Instituto de Ciências Sociais.
- Pereira Filho, A. J., Stephenson, L. B., & Turgeon, M. (2024). Loyalties and interests: How political motivations influence voters’ responses to scandals. *Electoral Studies*, 89, 102792. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2024.102792>

- Peters, C. (2016). Spaces and Places of News Consumption. Em T. Witschge, C. Anderson, D. Domingo, & A. Hermida (Eds.), *The Sage Handbook of Digital Journalism* (pp. 354–369). Sage. <https://www.researchgate.net/publication/304135774>
- Pinto, A. C., & Teixeira, C. P. (2019). Portugal Before and After the “Great Recession”: A Resilient Democracy? Em *Political Institutions and Democracy in Portugal* (pp. 1–12). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-98152-9\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-98152-9_1)
- Pinto, A., & Rapaz, P. (2018). *Presidentes e (Semi)Presidencialismo nas Democracias Contemporâneas* (1.<sup>a</sup> ed.). Instituto de Ciências Sociais. [www.ics.ul.pt/imprensa](http://www.ics.ul.pt/imprensa)
- Polit, D. F., & Beck, C. Tatano. (2010). *Essentials of nursing research: appraising evidence for nursing practice*. Wolters Kluwer Health/Lippincott Williams & Wilkins.
- Pordata. (2022). *Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro* | Pordata. <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+abstencao+nas+eleicoes+para+a+assembleia+da+republica+total++residentes+em+portugal+e+residentes+no+estrangeiro-2208>
- Pordata. (2023). *Podata faz retrato dos jovens entre os 15 e 24 anos*. [https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f\\_2023\\_07\\_25\\_pr\\_jovens\\_vf.pdf](https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2023_07_25_pr_jovens_vf.pdf)
- Postman, N. (1999). *O Desaparecimento da Infância* (S. M. Carvalho & J. L. Melo, Trans.). Graphia Projetos de Comunicação. [www.graphiaeditorial.com.br](http://www.graphiaeditorial.com.br)
- Prior, H. (2019). Media, Democracia e Escândalos Políticos. Em *Comunicação política* (pp. 156–187). NIP-C@M - Núcleo de Investigação em Práticas & Competências Mediáticas. Departamento de Ciências da Comunicação. Universidade Autónoma de Lisboa. <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-99-1.6>
- PRP. (2021). *Presidente da República dissolve Parlamento e convoca eleições*. Presidência da República Portuguesa. <https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2021/12/presidente-da-republica-dissolve-parlamento-e-convoca-eleicoes/>
- Público. (2016). *Do Freeport à Face Oculta: os casos polémicos de Sócrates*. Público. <https://www.publico.pt/2014/11/22/politica/noticia/do-freeport-a-face-oculta-os-casos-polemicos-de-socrates-1677124>
- Razak, M., & Sabarudin, M. A. (2023). The Perception of Social Media Usage on the Development of Democracy in Selangor. *Journal of Communication, Language and Culture*, 3(1), 57–70. <https://doi.org/10.33093/jclc.2023.3.1.5>
- Reese, S., Gandy Jr, O. H., & Grant, A. E. (2008). *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Regulamento (UE) 2017/2391. (2017). *Jornal Oficial da União Europeia*, L350, 1–6. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32017R2391>

- Reinemann, C., Haas, A., & Rieger, D. (2022). "I don't care,'cause I don't trust them!" the impact of information sources, institutional trust, and right-wing populist attitudes on the perception of the COVID-19 pandemic during the first lockdown in Germany. *Studies in Communication and Media*, 11(1), 132–168. <https://doi.org/10.5771/2192-4007-2022-1-132>
- Reis, R., Bação, P., Correia, I. H., Valério, N., Varejão, J., Tavares, J., & Aguiar-Conraria, L. (2024). *1983-1984: A Crise que demorou a chegar*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/1983-1984-crise-que-demorou-chegar#authors-main-list>
- República Portuguesa. (1976). *Constituição da República Portuguesa. Texto originário da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976*. <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>
- República Portuguesa. (2017). *Histórico XXI Governo - República Portuguesa*. República Portuguesa. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/governos-anteriores>
- Resende, J. M., & Caetano, P. J. (2017). Socialização Política na Escola Secundária Portuguesa: as composições entre o projecto estatal imaginado de Cidadania e as gramáticas políticas disponíveis. *Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, XX, 317–330. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2292>
- Resende, J. M., & Dionísio, B. M. (2005). Escola pública como «arena» política: contexto e ambivalências da socialização política escolar. *Análise Social*, 40(176), 661–680. <https://doi.org/https://www.jstor.org/stable/41012171>
- Ribeiro, A. B., & Menezes, I. (2013). Participação cívica e política dos jovens europeus: Alienação ou tempos de mudança. *O não-formal e o informal em educação: centralidades e periferias: atas do I colóquio internacional de ciências sociais da educação*, 68–73. <https://hdl.handle.net/10216/126581>
- Ribeiro, N. (2014). Educação Para a Cidadania em Portugal: contributos para analisar a sua evolução no currículo escolar português. *Currículo sem Fronteiras*, 14(3), 12–31. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78011/2/98363.pdf>
- Rico, G., & Jennings, M. K. (2012). The Intergenerational Transmission of Contending Place Identities. *Political Psychology*, 33(5), 723–742. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2012.00894.x>
- Rodrigues, A. S., Salvado, S., Piteira, S., Birra, L., & Ferreira, S. (2015). *Governos de Portugal*. RTP Notícias. [https://www.rtp.pt/noticias/politica/governos-de-portugal\\_i852231](https://www.rtp.pt/noticias/politica/governos-de-portugal_i852231)
- Rodrigues, L. (2011). *Historial do FMI em Portugal*. RTP Ensina. <https://ensina.rtp.pt/artigo/as-intervencoes-do-fmi-em-portugal/>
- Rodrigues, M., Menezes, I., & Ferreira, P. D. (2018). Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens. *Educação e Pesquisa*, 44(0), 1–20. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201844175560>

- Rosa, L., Costa, C. A., & Caetano, E. (2023). *Apreendidos 75 mil e 800 euros em notas no escritório do chefe de gabinete de António Costa*. Observador. <https://observador.pt/2023/11/09/apreendidos-75-mil-e-800-euros-em-numerario-no-escritorio-do-chefe-de-gabinete-de-antonio-costa/>
- Rosa, R. (2017). *Ministra da Administração Interna Exigiu demissão, Costa aceitou*. Sic Notícias. <https://sicnoticias.pt/pais/2017-10-18-Ministra-da-Administracao-Interna-exigiu-demissao-Costa-aceitou-3927f0fd>
- RTP. (2009). *Caso Freeport*. RTP Arquivo. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/caso-freeport/>
- RTP. (2016). *António Guterres demite-se para evitar um «pântano político»*. RTP Notícias. [https://www.rtp.pt/noticias/politica/antonio-guterres-demite-se-para-evitar-um-pantano-politico\\_v853577](https://www.rtp.pt/noticias/politica/antonio-guterres-demite-se-para-evitar-um-pantano-politico_v853577)
- Rudolph, T. J. (2022). Handbook on Politics and Public Opinion. Em *Partisanship and public opinion*. Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781800379619>
- Ryder, N. B. (1965). The Cohort as a Concept in the Study of Social Change. *American Sociological Review*, 30(6), 843. <https://doi.org/10.2307/2090964>
- Sagnier, L., Morell, A., Mesa, M., Garcia, I., Morcillo, R., Arena, E., & Yanguas, G. (2021). Os jovens em Portugal, hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem. Em *Fundação Francisco Manuel dos Santos*. <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/os-jovens-em-portugal-hoje>
- Sampermans, D., & Claes, E. (2018). Teachers as role models in the political socialization process: How a good student–teacher relationship can compensate for gender differences in students’ gender equality attitudes. *Citizenship Teaching & Learning*, 13(1), 105–125. [https://doi.org/10.1386/ctl.13.1.105\\_1](https://doi.org/10.1386/ctl.13.1.105_1)
- Santos, N., Monteiro, V., & Mata, L. (2021). Using MaxQda in Qualitative Content Analysis: An Example Comparing Single-Person and Focus Group Interviewd. Em M. C. Gizzi & S. Radiker (Eds.), *The practice of Qualitative Data Analysis - Research Examples Using MaxQda* (pp. 35–54). MaxQda Press. <https://doi.org/https://doi.org/10.36192/978-3-948768058>
- Sarwar, B., Sarwar, A., Mugahed Al-Rahmi, W., Almogren, A. S., Salloum, S., & Habes, M. (2023). Social media paradox: Utilizing social media technology for creating better value for better social outcomes: Case of developing countries. *Cogent Business & Management*, 10(2). <https://doi.org/10.1080/23311975.2023.2210888>
- Satta, C. (2021). Grupos de Pares / Peer Groups. Em *Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives* (pp. 277–283). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.34>
- Schein, E. (2012). What is Culture? . Em *Sociology of Organizations: Structures and Relationships* (pp. 311–314). Sage.

- Scheufele, D. A. (1999). Framing as a Theory of Media Effects. *Journal of Communication*, 49(1), 103–122. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x>
- Schmitter, P. C. (1992). The Consolidation of Democracy and Representation of Social Groups. *American Behavioral Scientist*, 35(4–5), 422–449. <https://doi.org/10.1177/000276429203500406>
- Schnapper, D. (2000). A educação cívica nos países democráticos. *Nação e Defesa*, 2(93), 89–98. [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1469/1/NeD093\\_DominiqueSchnapper.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1469/1/NeD093_DominiqueSchnapper.pdf)
- Schudson, M. (1992). *Watergate in American memory*. New York: Basic Books.
- Schultz, J. (1998). *Reviving the Fourth Estate. Democracy, Accountability and the Media*. Cambridge University Press.
- Sebastião, S. P., & Lourenço, J. (2016). As fontes de informação digitais sobre política: estudo exploratório com jovens adultos portugueses. *Observatorio (OBS\*)*, 10(1), 125–135. <https://doi.org/10.15847/obsOBS1012016749>
- Serra, P., Camilo, E. J. M., & Gonçalves, G. (2013). *Participação Política e Web 2.0*. LabCom Books. <https://labcom.ubi.pt/participacao-politica-e-web-2-0/>
- Shah, D. V. (2008). Political Socialization through the Media. Em *The International Encyclopedia of Communication* (pp. 1–6). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781405186407.wbiecp068>
- Shultziner, D., & Stukalin, Y. (2021). Distorting the News? The Mechanisms of Partisan Media Bias and Its Effects on News Production. *Political Behavior*, 43(1), 201–222. <https://doi.org/10.1007/s11109-019-09551-y>
- Sic Notícias. (2021). *Relatório crítica gestão da pandemia em Portugal*. Sic Notícias. <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2021-06-23-Relatorio-critica-gestao-da-pandemia-em-Portugal-4ac11c4f>
- Sigel, R. (1965). Assumptions About the Learning of Political Values. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 361(1), 1–9. <https://doi.org/10.1177/000271626536100101>
- Sikorski, C. von, Heiss, R., & Matthes, J. (2020). How Political Scandals Affect the Electorate. Tracing the Eroding and Spillover Effects of Scandals with a Panel Study. *Political Psychology*, 41(3), 549–568. <https://doi.org/10.1111/pops.12638>
- Silva, M., Figueiras, R., Brites, M. J., Amaral, I., Maropo, L., Santos, S. C., Jerónimo, P., Santo, P. E., & Pacheco, L. (2017). Audiências e cross-media: Estudo de padrões de consumo de notícias em Portugal. *Estudos em Comunicacao*, 25, 177–199. <https://doi.org/10.20287/ec.n25.v1.a11>
- Silva, P., Com, E. C., Macêdo, M., Palhau, J., & Machado, S. (2022). *A Participação Política da Juventude em Portugal As juventudes partidárias e os movimentos associativos*. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Soares, M. R. (2022). *Pedro Nuno Santos demitiu-se do cargo de ministro das Infraestruturas e da Habitação*. RTP Notícias. [https://www.rtp.pt/noticias/politica/pedro-nuno-santos-demitiu-se-do-cargo-de-ministro-das-infraestruturas-e-da-habitacao\\_n1456515](https://www.rtp.pt/noticias/politica/pedro-nuno-santos-demitiu-se-do-cargo-de-ministro-das-infraestruturas-e-da-habitacao_n1456515)
- Sorensen, L. (2024). Populist disruption and the fourth age of political communication. *European Journal of Communication*, 39(1), 71–85. <https://doi.org/10.1177/02673231231184702>
- Stattin, H. (2024). *Understanding Adolescents' Political Agency*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003371731>
- Stoddard, S. V. (2023). The Civic Value of Education: How Scholastic Experiences Create Active Citizens. *American Politics Research*, 51(4), 492–509. <https://doi.org/10.1177/1532673X221144053>
- Suspiro, A., & Machado, A. (2023). *Relatório final do inquérito sobre a TAP aprovado só com votos a favor do PS que diz ter havido «registo acusatório» na comissão - como aconteceu*. Observador. <https://observador.pt/liveblogs/relatorio-final-do-inquerito-sobre-tap-vai-a-votos-com-ps-a-aceitar-varias-alteracoes-da-oposicao/>
- Syzdykov, A., Sarsenova, S., Babajanyan, Y., Voznyak, O., Bexultanova, R., Kudiyarova, U., & Dautbaeva-Murkhtarova, A. (2016). Towards the Concept of the Political System. *IEJME-Mathematics Education*, 11(7), 2187–2193. <https://www.iejme.com/article/towards-the-concept-of-the-political-system>
- Tabatadze, S., Dundua, S., & Chkuaseli, K. (2023). Liberal-democratic Values and Secondary School: The Case of Georgia. *Journal of Eurasian Studies*, 14(1), 67–81. <https://doi.org/10.1177/18793665221134305>
- Tandoc, E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Defining “Fake News”. *Digital Journalism*, 6(2), 137–153. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>
- Teixeira, R. C. (2016). Matemática no quotidiano: O método de Hondt. *Atlântico Expresso*, 17. <http://hdl.handle.net/10400.3/3887>
- Tennyson, R. D., & Volk, A. (2015). Learning Theories and Educational Paradigms. Em *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 699–711). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.92036-1>
- Terriquez, V., Villegas, R., Villalobos, R., & Xu, J. (2020). The political socialization of Latinx youth in a conservative political context. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 70, 101188. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2020.101188>
- Thompson, J. B. (1990). *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (P. Guareschi, C. Gisci, J. Bernardes, M. Muller, R. Nora, & V. Maya, Trads.). Vozes.
- Thorson, E., McKinney, M., & Shah, D. (2016). *Political Socialization in a Media-Saturated World* (Vol. 29). Peter Lang. [www.peterlang.com](http://www.peterlang.com)

- Tims, A. R. (1986). Family Political Communication and Social Values. *Communication Research*, 13(1), 5–17. <https://doi.org/10.1177/009365028601300102>
- Toksoz, S. (2021). The Role of Agents of Political Socialization in the Use of Social Media. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, 74, 48–74. <https://doi.org/10.33788/rcis.74.4>
- Torga, M. (1999). Sisifo. Em V. Rosa (Ed.), *Diário - Vols. XIII a XVI* (5<sup>a</sup>, pp. 20–20). Publicações Dom Quixote.
- Torre, L., Jerónimo, P., & Amaral, I. (2024). Disinformation, media literacy and journalism: proposals from journalists in Portugal. *Observatorio (OBS\*)*, 41–57. <https://doi.org/10.15847/obsOBS18520242438>
- Valentino, N. A., & Sears, D. O. (1998). Event-driven political communication and the preadult socialization of partisanship. *Political Behavior*, 20(2), 127–154. <https://doi.org/10.1023/A:1024880713245>
- Van Ditmars, M. M., & Bernardi, F. (2023). Political socialization, parental separation, and political ideology in adulthood. *Frontiers in Political Science*, 5, 1–12. <https://doi.org/10.3389/fpos.2023.1089671>
- Vegetti, F., & Mancosu, M. (2022). Perceived Exposure and Concern for Misinformation in Different Political Contexts: Evidence From 27 European Countries. *American Behavioral Scientist*, 69(2), 131–147. <https://doi.org/10.1177/00027642221118255>
- Vieira, M. M. (2015). Modernidade, Cidadania e Educação das Dinâmicas aos Desafios. *Revista Interações*, 11(36), 20–33. <https://doi.org/https://doi.org/10.25755/int.7246>
- Wall, K. (1995). Apontamentos sobre a família na política social portuguesa. *Análise Social*, 30(131–132), 431–458. <https://doi.org/https://www.jstor.org/stable/41011096>
- XXI Governo Constitucional. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNjQ3AQB1U8BXBA AAAA%3D%3D>
- XXIII governo. (2023, Novembro 7). *Dignidade da função de Primeiro-Ministro não é compatível com a suspeição sobre a sua integridade*. República Portuguesa. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=dignidade-da-funcao-de-primeiro-ministro-nao-e-compativel-suspeicao-sobre-a-sua-integridade>
- Zuboff, S. (2023). The Age of Surveillance Capitalism. Em W. Longhofer & D. Winchester (Eds.), *Social Theory Re-Wired. New connections to classical and contemporary perspectives* (3.<sup>a</sup> ed., pp. 203–214). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003320609>

## Apêndice (s)

a) Guião entrevistas semi-estruturadas, de resposta aberta:

Indicadores	Questões Orientadoras
Sociodemográfico	- Idade; género; origem; nível de escolaridade (licenciatura, mestrado); curso; trabalhador-estudante; composição do núcleo familiar; classe social que acha que pertence.
Aprendizagem Política	- O que dirias acerca do teu conhecimento político e interesse geral pela política? - Considerando as ideologias da política portuguesa, a qual dirias que te aproxima mais?
O papel da família como agente de socialização política e memória de eventos políticos	- No teu âmbito familiar usualmente existem discussões/debates ou conversas sobre política? - Em tua casa é habitual falar-se sobre política, e tens interesse? Quais são as tuas memórias mais distantes acerca do tema? - Quais são as posições políticas que consideras que os teus familiares possuem?
Aprendizagem de conhecimentos políticos no âmbito escolar	- De que forma dirias que a escola te ajudou a criar conhecimentos políticos e opiniões?
Apropriação de conhecimentos de grupos de pares ou instituições (extracurriculares)	- Conta-me se tiveste alguma experiência de atividade política durante o teu percurso escolar ou extracurricular ou ativismo político? - Discutes política entre os teus amigos, colegas, colegas de trabalho e quais as posições que tomas? - Já alteraste as tuas posições ou opiniões políticas para evitar sentir-te excluído, atacado, ou para te integrares melhor num grupo social?
Interesse pela política (entretenimento, influência, motivação, afiliação partidária, ideologia)	- Se consumes conteúdos políticos ou discutes política, quais são as tuas motivações de o fazer? (defender posição, entretenimento)
Confiança/desconfiança pelas instituições políticas e informação política	- Qual a tua opinião acerca das instituições políticas portuguesas (parlamentos, sistema político, partidos) ao nível da confiança?
Aferir os consumos mediáticos e políticos pelos meios de comunicação e TIC	- Quais são os meios/formas/canais que utilizas para consumir política? (tele, radio, jornais, internet, redes, amigos, família) - Que conteúdos políticos dirias que consumes e porque os consumes? - Consegues dar um exemplo, de um conteúdo que dirias que alterou a tua opinião política ou discordaste?
(Des) crença e (des) confiança nos meios de comunicação	- Dirias que os meios de comunicação social são isentos e imparciais acerca informações políticas? - Possuis confiança nos meios de comunicação/ <i>media</i> ?
Restrições ou barreiras no acesso à informação política	- Na tua experiência existe algum impedimento para que não consigas estar informado sobre a política?
Fontes de informação e o papel das redes, e fontes de informação adicionais;	- Consumes política via outro meio que não tenha sido descrito?
Perceção do pós-verdade, desinformação ou manipulação mediática e populismos	- Ao consumir informações políticas consegues identificar aquelas que são fake news, populismos e achas que os <i>media</i> têm vindo a ter cada vez mais?
Conhecimento sobre a conceptualização de crise política (como é que criou essa perceção)	- Na tua opinião o que considerarias uma crise política? E como criaste essa perceção? (para dar exemplo)
Conhecimento das governações socialistas	- Tens conhecimentos sobre o partido socialista e as suas governações nos últimos 50 anos? Quais conheces?
Conhecimentos das Crises Políticas Socialistas;	- Considerando crises/escândalos políticos socialistas, possuis conhecimento, e quais são aqueles que na tua opinião terão sido mais relevantes para a política portuguesa?
Predisposição perante as crises das governações socialistas;	- Num ponto de vista de crises e governações qual é a perceção que possuis atualmente relativamente ao partido socialista e as suas governações?

(Fonte: Elaboração própria)